

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural



Dissertação

**Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros
(Pelotas, RS)**

MARCELO GARCIA DA ROCHA

Pelotas, 2014

Marcelo Garcia da Rocha

**Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros
(Pelotas, RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira
Pelotas, 2014

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Eremites Oliveira (UFPel)

Prof. Dr. Pedro Luis Machado Sanches (UFPel)

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (UFPel/Orientador)

Dedico esse trabalho aos meu familiares e todos aqueles que pela perversidade social não tiveram oportunidade de estudar.

Agradecimentos

Agradecer é sempre um doce perigo, pois nem sempre a memória atualiza todos que compartilharam esse trabalho. Esta pesquisa é fruto das vivências em arqueologia ao longo de quatro anos, incluo os dois anos que estive na Serra da Capivara, no Piauí. Assim começo por agradecer aqueles que lá conheci e me incentivaram a cursar o mestrado, ao invés de concluir minha segunda graduação (Arqueologia e Preservação Patrimonial na Universidade Federal do Vale do São Francisco -UNIVASF.)

Saúdo o colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial na Universidade Federal do Vale do São Francisco -UNIVASF, nas pessoas do prof. Dr. Jaime Macedo, querido amigo que me introduziu aos estudos pós-coloniais e sempre foi um ótimo parceiro para discussões de cunho sócio-racial (ainda estou na introdução). Ao Prof. Dr. Guilherme Medeiros, por sua disposição, serenidade e competência, tudo isso junto. *Salaam Aleikum*. A professora Dra. Selma Passo, por ser o que é, mulher aguerrida e visceral em suas convicções. Ótima tripla.

Agradeço ao Prof. Dr. Leandro Surya, por sua disposição, sempre pronto para acolher as vivências dos alunos sem transitar na arrogância acadêmica, muito comum a esta classe. Ótimos papos sobre possibilidade de tecnologia e arqueologia (temos que retomar).

Salvas a Ms. Nívia Paula, por sua tranquilidade, delicadeza, vontade e por estar sempre pronta, é alguém que pode-se contar. Obrigado por tudo Nívia, você tem parte nesse trabalho. Minhas salvas ao corpo dissente se limitam a essas pessoas, mas não posso deixar de lado Angêlica, Paulo, Paulinho e Sandro do administrativo.

Saúdo a todo corpo dissente de Arqueologia e Preservação Patrimonial na Universidade Federal do Vale do São Francisco -UNIVASF, meus amigos e inimigos do peito, (estes últimos são raros, há de se conservar) todos foram importantes, mas em especial não posso deixar de agradecer: Moises (Victoria's Secret), José Thiago (Deitado), Tainã (mulher sempre feliz, saravá, Nega), Ana (caras e bocas), Rodrigo (Rudi), Lenom (grande irmão), Melkesedek (grande irmão nas reflexões), Antônio e Nevi (beijos em Amora e Muzzarela) Orestes (Capitão Planeta, *god save the forest*), Roberto (IPHAN), Natalicio, (grande compadre, irmão de tantos momentos felizes) e a Gêneses Naun (Poeta).

Agradeço em especial Dona Chiquinha e Ubirajara, casal que nos acolheu ao alugarem sua casa e sempre nos trataram em família, beijos nas meninas. (saudades)

Saúdo ao prof. Dr. José Aragão da Universidade Federal do Maranhão - UFMA por me incentivar tanto, foi numa conversa que me veio esse “*start*” do mestrado. Valeu Aragão, sempre em frente.

Salvas ao prof. Dr. Clóvis Siqueira da Universidade Estadual do Piauí - UESPI por seu apoio crucial na formatação do projeto e me tranquilizar. Clóvis, gratidão a ti onde estiver.

Não devo deixar de fora, Giane Valles (Gi) obrigado por todo apoio, sem tuas mais variadas formas de apoio, não teria feito essa caminhada. Gratidão.

Por fim desta primeira parte, saludo a Ms. Marcela Valls Pacini (arqueóloga do IPHAN), ótimo encontro. Obrigado por me dizer o que deveria ser feito para que tudo acontecesse da melhor maneira, você também tem responsabilidade na iniciativa de fazer essa dissertação.

Para aqueles que encontrei nas bandas meridionais do Brasil, abro minhas saudações ao amigo, prof. Dr. Lúcio Menezes (meu orientador). Agradeço-te pela seriedade e serenidade que tratou esse trabalho, pela forma que me orientou e prestou assessorias e cuidados que extrapolaram suas demandas como orientador, por isso te classifico mais como um amigo que esteve ao meu lado, do que um orientador por formalidades acadêmicas. Te desejo tudo de bom, SARAVÁ Lúcio (como dizem nas periferias de São Paulo: “é tudo nosso”).

Saudações a Ms. Francisco Noeli, obrigado pelas sugestões que me fizeste, quando nos fomos apresentados na USP, a partir daí direcionei melhor o trabalho ouvindo suas observações. Valeu Chico, espero que você goste quando ler esse trabalho.

Saludos ao prof. Dr. Javier Nastri (meu orientador na Argentina). Javier muito obrigado pela disposição. Nessa perspectiva de águas Platinas, continuo em agradecer aos Drs. (as), Carlos Landa, Liliana Crespi, Marisa e Virgina Penau por estarem dispostos a me receberem e serem tão amáveis. (*tengo ganas de volver aí*). A essa oportunidade devo agradecer a Comitê de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior – CAPES, sem o apoio do Governo Federal esse trabalho não seria possível em sua integridade.

Agradeço ao professor doutor Jaime Mujica (que espetacular [com sotaque uruguayo]). Pelos diversos convites que me fez durante o tempo que estivemos no Laboratório, pelos trabalhos de campo, sugestões acadêmicas e seriedade. Obrigado por tudo Jaime.

Saúdo a Banca Examinadora deste trabalho. Prof. Dr. Jorge Eremites lhe agradeço por responder os contatos que mantínhamos ainda quando estava você em Dourados-MS e eu no Piauí. Obrigado por aceitar o convite de compor esta banca e por suas pontuações, tão importantes. Imenso prazer ter alguém com tanto gabarito, assiduidade intelectual e militância em minha banca, sinceramente, achei uma honra. Obrigado *cumpa*. Há-braços

Agradeço ao prof. Dr. Pedro Sanches por ter aceito o convite em compor a banca, por todas as conversas que tivemos no Laboratório (sobre os mais variados temas, desde História da Arte, até Epistemologia em Arqueologia), por nossa identificação em partilharmos vivências na Serra da Capivara (em momentos distintos). Obrigado pelas aulas de arqueologia histórica ao lado do Lúcio, gostei muito das discussões, profundas, eu diria. Jovem pesquisador, cheio de erudição com muita lenha pra queimar. Abraços

Saúdo todos os Amigos do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LÂMINA. Ana Paula, Anelize, Taciane, Marta, Aluísio, Susana, Victória, Victor, Gil e Fabiane. Nesse lugar aprendi uma lição importante, que o trabalho pode ser divertido e sério, sem rimar tanto com *tripalium*. Sinto saudades dos nossos trabalhos de campo. Saravá a todos vós.

Agradeço a Estefânia Jakel pela disposição em ajudar com vossos dados. Muito Obrigado Estefânia .

Agradeço a meu *cumpa* Cristiano Araújo pela força que me deu em Pelotas. Valeu Cris. (tamo junto irmão).

Agradeço minha família pelo apoio, saudades de pássaro desterrado.

Por fim me desculpo com aqueles que não entraram nesses agradecimentos em virtude de puro e simples esquecimento.

RESUMO

ROCHA, Marcelo Garcia da Rocha. **Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, Brasil)**. 2014. 156f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

Essa dissertação apresenta um estudo arqueológico sobre a região do Passo dos Negros em Pelotas. Sob a perspectiva da arqueologia da escravidão, procura-se entender como a região do Passo dos Negros, em Pelotas (RS), relacionou-se, ao longo do século XIX, com diversos locais do Atlântico por meio da produção do charque e seus derivados. Para tanto, empreendemos estudos sobre documentação relacionada ao sítio e região, confecção de mapas e prospecção arqueológica, a fim de evidenciarmos o valor do sítio como patrimônio arqueológico e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO; PASSO DOS NEGROS; CHARQUEADAS; PATRIMONIO CULTURAL

ABSTRACT

ROCHA, Marcelo Garcia da. **Archaeology of Slavery and Cultural Heritage in Passo dos Negros (Pelotas, Brazil)**. 2014. 156f. Dissertation (Master Degree em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014

This study aims at analysing the Passo dos Negros, a region located at Pelotas, Rio Grande do Sul, Brazil, from a archaeology of slavery and Cultural Resource Management perspectives. From this standpoint, it explores the archaeological site Passo dos Negros in order to show how the location was conected to global and modern world in the nineteenth century. This is carried out through the studie of historical sources, geographical information system and archaeological survey, offering an interpretive avenue on the value of Passo dos Negros as cultural heritage.

Key-words:ARCHAEOLOGY OF SLAVERY; PASSO DOS NEGROS; JERKED BEEF, CULTURAL HERITAGE

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jean Baptiste Debret (1989).....	131
Figura 2: Jean Baptiste Debret (1989).....	132
Figura 3: Aventura com uma brasileira. Rudolf Herrmann Wendroth.....	134
Figura 4: Jean Baptiste Debret (1989).....	136

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Vista da Região do Roteiro das Charqueadas	128
Foto 2: Vista da Retaguarda da Edificação na Chácara da Brigada	139
Foto 3: Vista Frontal da Edificação na Chácara da Brigada	140
Foto 4: Detalhe da construção anexa ao edifício na Chácara da Brigada	141
Foto 5: Detalhe das diferentes técnicas de construção no interior do edifício	142
Foto 6: Detalhe do madeiramento recente aplicado ao telhado	143
Foto 7: Cravo de Ferro	144
Foto 8: Fragmento de louça: Borrão Azul.....	145
Foto 9: Fragmento de louça: Floral	146
Foto 10: Fragmento de louça: Trigo.....	147
Foto 11: Atracadouro.....	148
Foto 12: Monumento a Batalha Farroupilha.....	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Entrada de escravos no porto de Rio Grande em 1802.....	66
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Áreas de Sítios Arqueológicos. III Plano Diretor de Pelotas.....	126
Mapa 2: Áreas de Amostragem.....	127
Mapa 3: Primeiras ocupações de Pelotas.....	129
Mapa 4: Núcleo Saladeiril e disposição das propriedades.....	130
Mapa 5: Charqueada Santa Bárbara.....	133
Mapa 6: Proposta de Malha urbana de Pelotas no Passo dos Negros.....	135
Mapa 7: Possível abrangência regional do Passo dos Negros.....	137
Mapa 8: Distribuição de artefatos arqueológicos na Chácara da Brigada.....	138
Mapa 9: Entrada de Produtos em Pelotas (1817-1819).....	150
Mapa 10: Chegada de Escravos a Pelotas.....	151
Mapa 11: Importações de Pelotas em escala transcontinental (1817-1819).....	152
Mapa 12: Escoamento da produção de Pelotas para demais regiões costeiras do Brasil.....	153
Mapa 13: Exportações de Pelotas para países das Américas e Europa.....	154
Mapa 14: Áreas Especiais de Interesse Arqueológico.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela1: Profissões dos escravos nas charqueadas.....	61
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIARQ	Áreas Especiais de Interesse Arqueológico
COMPIC	Conselho Municipal do Patrimônio histórico e Cultural
COMCUT	Conselho Municipal de Cultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CRM	Cultural Resource Management
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INDEC	Instituto Nacional de Dados y Censos
LAMINA	Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica
MNU	Movimento Negro Unificado
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZCC	Zona Central de Comércio
ZPPC	Zona de Preservação do Patrimônio Cultural

Sumário

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE FOTOS.....	11
LISTA DE GRÁFICOS.....	12
LISTA DE MAPAS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	15
Sumário.....	16
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I – ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NAS AMÉRICAS E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	23
1.1 A emergência da Arqueologia da Escravidão na América do Norte.....	23
1.2 Arqueologia da Escravidão no Contexto Caribenho.....	29
1.3 Arqueologia da Escravidão na América do Sul.....	32
1.4 Patrimônio e Legislação: Tratados, convenções e leis sobre os bens culturais..	37
1.4.1 Tradados do Patrimônio Cultural.....	37
1.4.2 O Patrimônio Cultural de Pelotas.....	46
CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO ESCRAVOCRATA DO BRASIL MERIDIONAL: UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA.....	50
2.1 Historiografia e escravidão no Rio Grande do Sul.....	50
2.2 Gêneses, processo produtivo e arquitetura da Charqueadas Pelotenses.....	57
2.3 Dinamismo e produção nas Charqueadas.....	60
2.4 Demografia e diáspora regional de escravos em Pelotas e Região.....	66
2.5 Passo dos Negros: Uma abordagem arqueológica e a inserção de Pelotas na dinâmica mundial do séc. XIX.....	73

2.6 Apresentação de dados preliminares de campo.....	77
2.7 Arqueologia e documentos: documentação e geoprocessamento.....	81
2.8 Mapear informações e geoprocessar objetos e pessoas.....	87
2.9 Do micro ao macro; circulação de produtos e pessoas numa perspectiva atlântica.....	89
CAPÍTULO III O Passo dos Negros e a categoria de Patrimônio Cultural.....	94
3.1 Domínio e Burocracia: Análise.....	94
3.2 O Passo dos Negros e o Presente.....	99
3.3 Tutelas do Patrimônio.....	105
Considerações Finais.....	111
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a região do Passo dos Negros, localizada no encontro do Arroio Pelotas e Rio São Gonçalo, na cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul. Sua posição privilegiada, entre dois cursos d'água, conferiu-lhe valor estratégico no final do séc. XVIII e XIX para escoamento de parte da produção charqueadora e praça comercial para taxaço de produtos vindos de outras regiões, tendo como principal objetivo a redução de contrabando de artigos vindos da Banda Oriental (Uruguai) para os domínios da Coroa Portuguesa.

A produção charqueadora na região sul do Brasil se fez enquanto mecanismo basilar da economia no séc. XIX. Sua dinâmica produtiva se deu pelo trabalho de mão-de-obra escravizada trazida da África e de outras regiões dos domínios portugueses. A fundação de Pelotas está diretamente relacionada aos estabelecimentos charqueadores que se fizeram na margem esquerda do Canal São Gonçalo e margem direita do Rio Pelotas. Essa posição geográfica favorecia os processos de importação e exportação da produção de charque, fluxo de escravos e mercadorias diversas, a partir das ligações marítimas entre os cursos d'água de Pelotas e Lagoa Mirim, mas principalmente a Laguna dos Patos, que lhe conferia acesso ao oceano Atlântico. Logo ao mercado mundial (GUTIERREZ, 2001, p. 93).

O sítio investigado está relacionado à elevação da Vila de São Francisco de Paula (atual cidade de Pelotas) à categoria de Freguesia, em 1812. Nesse período o Passo dos Negros foi cotado para instalação do primeiro traçado urbano, contou com um projeto de seis quadras onde nasceria Pelotas. Porém, sob alegação de forte fluxo de escravos, terreno pantanoso, odor agudo, falta de segurança e insalubridade, o Passo não foi contemplado para instalação do traçado urbano de Pelotas. Desta forma, as autoridades decidiram instalar a cidade numa região mais alta, onde hoje se encontra a catedral. (GURIERREZ, 2001, p. 156; AGUIAR; 2009 p.34).

Nosso objeto de pesquisa está ligado às investigações empreendidas pelo Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LAMINA/ICH/UFPel, através

do projeto *“O Pampa negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780 – 1888)”*. Como assinala seu coordenador Lúcio Menezes Ferreira (2009a), as pesquisas desenvolvidas por tal laboratório relacionadas à arqueologia da escravidão estão amparadas em dois pontos focais de trabalho. O primeiro se dá pelo exame de documentação em Arquivos históricos das cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre a fim de produzir bancos de dados que suportem informações referentes à estâncias e charqueadas de Pelotas e região, assim traçar e combinar diversos elementos informativos, como perfil dos proprietários, possível origem e demografia dos trabalhadores escravizados, produção econômica, importações e exportações, dieta alimentar dos grupos envolvidos, mecanismos e modos de produção, procedência e variação da cultura material, ocupação e profissões dos escravos. O segundo enfoque se dá pelo auxílio do Sistema de Informação Geográfica (SIG), prospecções e escavações arqueológicas, a fim de mapear estruturas topográficas de estâncias e charqueadas da região. (FERREIRA, 2009a, p.9).

Para a investigação do Passo dos Negros enquanto espaço de potencial arqueológico, se observou as premissas metodológicas da Arqueologia da Escravidão, abordagem que pesquisa sítios históricos através de análise e interpretação de fontes escritas, orais, matérias e iconográficas, a fim de recuperar informações relacionadas a habitações, usos dos espaços, formas de alimentação, formas de domínio e resistência, entre outros aspectos do cotidiano relativo aos grupos de pessoas escravizadas (SINGLETON, 1995, p.122).

Em março de 2012, a partir de coordenadas obtidas por inventários, pesquisadores do LAMINA prospectaram uma área de 26 hectares, num perímetro de 2,600 metros, na região do Passo dos Negros, também conhecida como Chácara da Brigada, por se tratar de sua última ocupação como centro de treinamento da Brigada Militar. Ferreira (2013) indica que no trabalho prospectivo a equipe pôde visualizar na margem norte do canal São Gonçalo um conjunto de edifícios contemporâneos, próximo a estes, observou-se estruturas de pisos e fundações mais antigas. Ao seguir a margem esquerda do São Gonçalo encontrou-se um monumento em homenagem a Revolução Farroupilha, composto por placa comemorativa (2009) e réplica de um canhão, além de observar no mesmo espaço uma estrutura de tijolos antigos de material diverso ao monumento. Na margem do arroio Pelotas observou-se um edifício antigo que foi utilizado pela brigada militar até o início de 2013 como centro de treinamento. A estrutura principal do edifício apresenta uma construção antiga, a qual recebeu reforma interiores e

exteriores, observações pormenorizadas do interior e fachada revelaram técnicas construtivas comuns nos século XIX, como: tijolos grandes e maciços, aberturas em forma de arcos, além de estruturas de fundação em tijolos. Na superfície do terreno prospectado foram encontrado 3 fragmentos de louça e um cravos de ferro (FERREIRA, 2013).

A partir das informações obtidas nos inventários e prospecção, decidiu-se aprofundar o levantamento de dados sobre a Chácara da Brigada na região do Passo dos Negros, como sucessão das ocupações, documentação primária relacionada (Atas da Câmara Municipal, Código de Postura) e documentação secundária, além de dados iconográficos. A fim de observar o sítio numa perspectiva que esteja para além de seus limites espaciais, isto é, compreende-lo enquanto vetor de relações comerciais, sociais e espaciais que instalaram a Região de Pelotas numa ótica mundial. Para tal empreitada, decidimos orientar parte da pesquisa a partir da proposta de Charles E. Orser (1998), que entende a diáspora transcontinental africana como parte do processo global de formação do mundo moderno, de modo que a presença africana no continente americano é fruto da imbricação de relacionamento triangular (África, América e Europa). Assim, pesquisas relacionadas à escravidão no novo mundo poderão estabelecer conexões ultramarinas, logo transcontinentais (ORSER, 1998, p.64).

Nos debruçamos sobre a documentação relacionada ao sítio em duas frentes, documentos que estão ligados diretamente e indiretamente ao Passo dos Negros e processamento de informações em Sistemas de Informações Geográficas - SIG. Isto significa que nos ocupamos da documentação relacionada ao cotidiano legal da cidade (atas da Câmara municipal, Códigos de Posturas Policias) de modo a entender como os grupos dominantes fizeram uso da burocracia enquanto um dos dispositivos de poder. Sobre o exercício da dominação pelo mecanismo da burocracia Weber (1971, p.25), nos explica que o significado da administração burocrática é fundamentalmente o exercício da dominação com base no saber.

O segundo passo se deu pela sistematização de entrada e saída de produtos relacionados às charqueadas na região de Pelotas, através do Sistema de Informação Geográfica – (SIG). Para tal, compilamos dados descritos pelo naturalista Francês Auguste F. C. Saint-Hilaire que esteve na cidade acompanhado pelo charqueador Gonçalves Chaves (1820), que lhe forneceu números detalhados sobre as transações comerciais de Pelotas no recorte temporal de 1817 a 1819. Estes dados foram de grande importância, observando que os mesmos convertidos em mapas nos deram a dimensão das relações comerciais da cidade, traduzidas na circulação de objetos e pessoas nas

esferas locais, regionais, nacionais, continentais e mundiais. Com estes mapas tivemos a oportunidade de traçar quais eram os principais produtos consumidos na cidade, origem dos mesmos, escravos vindos de outras regiões do Brasil, quais produtos eram enviados para Europa, Estados Unidos, Caribe e América do Sul. Que tipo de relação Pelotas manteve com a África, quais países subsidiaram a produção charqueadora através de matérias primas preponderantes para o trabalho, como é o caso do sal, entre outras informações de grande valia que poderão ser vistas neste trabalho.

Estes procedimentos serviram para justificar o Passo dos Negros enquanto importante espaço para pesquisas arqueológicas.

Formulada nossa primeira abordagem, partimos então para observação da cidade por outra perspectiva, a patrimonial. Esta outra frente do trabalho é caracterizada pela observação dos processos legais sobre o Patrimônio Cultural de Pelotas, visto que a cidade dispõe de diversas leis de proteção e salvaguarda. Observou-se que a cidade, por meio de seus mecanismos legais, desenvolveu áreas de proteção patrimonial de edifícios que estiveram na eminência de destruição pelo reaproveitamento de sua área central, na década de 1980. Para tal, o município usou ferramentas de inventário de imóveis, isenção de taxas para prédios tombados entre outros meios de proteção. Estes relacionados à malha urbana onde se esquadrinhou o município desde 1812. Porém, áreas como a do Passo dos Negros que também tiveram importância para a formação da cidade, não dispõem de legislações específicas de proteção, ainda que sejam contemplados como Áreas Especiais de Interesse Arqueológico (2008) ou no Roteiro das Charqueadas (2003), estas últimas, medidas legais de proteção. Constatamos que a ausência de legislações de proteção específica para a área em questão pode significar um risco para a investigação arqueológica da escravidão e para o patrimônio cultural relacionado a charqueadas. Visto que parte da área compreendida como região do Passo dos Negros já sofreu intervenções com a construção de um condomínio de alto padrão em 2010 e, nos últimos anos, é cortejada pelos governos municipais para construção de um polo naval de grandes proporções.

Para estas frentes que nosso trabalho se insere, organizamos esta dissertação em três capítulos. O primeiro discorre sobre as investigações desenvolvidas na América do Norte, onde se originou a pesquisa em Arqueologia da Escravidão, seguido pelos trabalhos desenvolvidos no Caribe e América do Sul no mesmo viés. Discorridas as observações sobre arqueologia da escravidão no continente americano, o primeiro capítulo ainda conta com uma exposição sobre as tutelas de proteção patrimonial e

arqueológico na esfera internacional, nacional e municipal.

O segundo capítulo está relacionado ao modelo de organização da sociedade escravocrata no sul do Brasil, isto compreende a relação entre historiografia e escravidão e quais foram os modos que a construção histórica abordou a escravidão nesta região. Este capítulo ainda compreende a formação do modelo produtivo das Charqueadas no Séc. XIX, seguida da apresentação do sítio pesquisado. Na sequência, apresentamos dados preliminares de campo (prospecção) e a relação entre a documentação analisada e a conversão de mapas, estes últimos enquanto ferramentas que traduziram parte das relações comerciais da cidade na esfera global.

O terceiro e derradeiro capítulo é composto pela análise dos dados levantados e sistematizados através do geoprocessamento de informações, observação da burocracia enquanto ferramenta de dominação pelos grupos dominantes sobre a escravaria e análise das deliberações do poder municipal para com o Passo dos Negros no presente, para deste modo, conseguirmos relacionar as representações do sítio no passado e no presente.

Em síntese, este trabalho apresenta a relação entre Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural. Através de vestígios arqueológicos e fontes escritas, procurou-se relacionar o Passo dos Negros e a cidade de Pelotas a uma esfera global de comércio no século XIX, pela perspectiva da escravidão e observar parte da trajetória de leis municipais de proteção do Patrimônio Cultural, como ferramenta de representação desigual entre os grupos sociais do passado.

CAPÍTULO I – ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NAS AMÉRICAS E PATRIMÔNIO CULTURAL

1.1 A emergência da Arqueologia da Escravidão na América do Norte.

A arqueologia da escravidão¹ é uma linha de pesquisa da arqueologia histórica. Ela se debruça sobre aspectos da cultura material, estruturas de ocupação e artefatos ligados a assentamentos de africanos que foram transplantados de seu continente e seus descendentes, que no decorrer de mais de três séculos foram forçados a exercerem trabalho escravo nas Américas².

As investigações em arqueologia da escravidão se iniciaram nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, com o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em *plantations* no litoral da Geórgia e Flórida. Ainda que pesquisas arqueológicas em contextos de *plantations* nos EUA tenham datas que recuam aos anos 1930, as aproximações em arqueologia histórica nesse período estiveram ligadas a análises voltadas a observação de traços materiais de culturas dominantes, restauração e reabilitação de edifícios e jardins, no intuito de promover a ideologia nacional Norte-Americana. Por sua vez, o trabalho relacionado às *plantations* na década de 1930 legou pouca ou nenhuma atenção para os traços de ocupação escrava ou afro-americana

1 É importante ressaltar de início que Arqueologia da Escravidão a que nos referimos, está vinculada ao trabalho forçado de indivíduos de origem Africana ou Afro-americana. É conhecido que o a máquina colonial escravizou outros grupos sociais, como é o caso de grupos de nativos indígenas. Sobre isso pode-se ler para o caso norteamericano: *Indian Slavery in Colonial America* editado por Alan Gallay, 2010. 448 p. Em nosso caso (Brasil) pode-se ler entre outros: *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. Por John Manoel Monteiro, 1994, 312 p.

2 Eric Williams assinala períodos recuados de expedições inglesas para traficar escravos. Chegam essas incursões a datas retrocedentes de 1562, para o tráfico de escravos no Novo Mundo (WILLIAMS, 1975, p.35)

(BLAKEY, 2001, p. 399; ORSER, 1998, p. 65; SINGLETON, 1995, p. 120).

As décadas de 1960 e 1970 marcam um período de transição bastante acentuado em diversas partes do mundo. Vários movimentos sociais se engajam em lutas das mais variadas reivindicações, como por exemplo, o movimento estudantil (França, 1968), a segunda organização feminista da Europa, guerras por independência dos países africanos, guerra do Vietnã e movimentos de guerrilhas contra as Ditaduras na América Latina. Nos Estados Unidos não seria diferente. Destacou-se, lá, o Movimento por Direitos Civis dos Negros (ALBUQUERQUE, 2006; PINTO, 2010).

A legitimação do trabalho em arqueologia da escravidão relacionou-se, desde o princípio, aos movimentos sociais e comunidades afro-americanas. Contou ainda com vários pesquisadores ligados a lutas pelos direitos civis dos negros. Todo esse contexto político e intelectual também angariou o apoio de movimentos que surgiam na academia como a emergência das minorias étnicas nas ciências humanas em 1960 e a nova história social em 1970 (BLAKEY, 2001, p. 401; p. 06; SINGLETON 1995, p. 120-121).

O empenho nos estudos ligados a cultura material de origem escrava ou afro-americana, assim como outros grupos componentes do tecido social norte-americano, ocorreu com a promulgação da lei nº 89-665, em 15 de outubro de 1966, intitulada como *National Historic Preservation Act* (Blakey, 2001, p. 399). Projeto de lei que instaura órgãos de preservação do patrimônio histórico norte-americano, tais como Conselho Consultivo para Preservação Histórica (*Advisory Council on Historic Preservation*). Tal instituição seria similar ao Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Brasil. Parte da lei nº 89-665 EUA compreende a necessidade de assegurar assistência técnica ou financeira para instituições de ensino historicamente ligadas a grupos indígenas, negros e havaianos:

[...] "(C) technical or financial assistance, or both, to historically black colleges and universities, to tribal colleges, and to colleges with a high enrollment of Native Americans or Native Hawaiians, to establish preservation training and degree programs; [...]" (LAW 89-665, October 15, 1966; 470a,16 U.S.C.)"

Esta entre outras deliberações referentes ao patrimônio cultural daquele país desencadeou a criação de empresas de arqueologia consultiva, ou como conhecemos no Brasil, arqueologia de contrato, uma vez que a lei nº 89-665 também exigia o financiamento de pesquisas arqueológicas a fim de mitigar os efeitos de grandes projetos da esfera federal, auto-estradas e edifícios (Blakey, 2001). As empresas voltadas à gestão e organização dos recursos culturais, conhecidas segundo sua sigla: CRM – *Cultural*

Resource Management.

As reverberações do ato 89-665 de Preservação do patrimônio histórico nacional norte-americano, alinhadas ao desenvolvimento de pesquisas arqueológicas de cunho empresarial, propiciaram uma propagação da demanda investigativa em sítios arqueológicos afro-americanos. Porém, é importante ressaltar que o aquecimento das pesquisas segundo as demandas nacionais na esteira da preservação acomodaram uma produção aleatória aos levantamentos arqueológicos. Elas estiveram vinculadas às receitas das empresas de gestão de recursos culturais (CRM) (BLAKEY, 2001, p.399). Ou, como apontou Singleton (1995), neste período a arqueologia da escravidão sofreu uma benção mista por ter a possibilidade de ampliação do seu campo de estudos, mas, por outro lado, não contou com o necessário rigor acadêmico nas investigações. Os projetos vinculados a CRM trouxeram dados de curto alcance para a pesquisa, em virtude da limitação de tempo nas investigações; e dificultaram diálogos mais solidificados com as comunidades negras, que tiveram seu patrimônio averiguado pelo trabalho de arqueólogos (SINGLETON, 1995, p.121).

Com o exponencial aumento de publicações a partir da década de 1980, e a pressão por parte de pesquisadores comprometidos com a área de pesquisa, a arqueologia da escravidão, a partir de meados dos anos 1990, passou a criticar os trabalhos já produzidos, desenvolvendo abordagens mais condizentes com as discussões teóricas contemporâneas em arqueologia, sobretudo aquelas ligadas às noções de ação social e resistência (SINGLETON, 1995, p.122).

Investigações ligadas a ações sociais dos escravos tangem as mais variadas práticas, uma delas, pode ser o exame das formas de morar e se alimentar no regime de escravidão. Singleton (1995) aponta estudos em senzalas do século XVIII na Carolina do Sul, onde apesar das vivendas refletirem a imposição de estilos arquitetônicos europeus, os escravos criavam sua própria maneira em lidar com o espaço, como por exemplo, a ação de cavar poços no interior das mesmas a fim de armazenarem alimentos ou objetos de valor (SINGLETON, 1995, p.124). Este tema foi investigado por vários estudiosos e suscitaram diversas interpretações. William M. Kelso (1986) sugeriu que os poços poderiam ser produtos de cultura africana, porque não havia encontrado este tipo de ação em vivendas investigadas anteriores ao forte fluxo de escravos na Virgínia no século XVII. Anne Yentsch (1992) da continuidade a essa perspectiva, sob o argumento de que no sudeste da Nigéria o povo Igbo manteve tais práticas, a ter como referência as descrições de um capitão de navio (sea-captain) inglês que relata tal ação no início de século XIX,

somado isto, ao número de 40-60% dos escravos e escravas importados para a Virginia terem “origem” Igbo. Outros arqueólogos argumentam que o uso de poços não esteve associado a uma perspectiva étnica, mas sim, a resistência a dominação em condições de escravidão (Hall, 1992, McKee, 1992).

Outra perspectiva é a observação das formas de alimentação, esta investiga atitudes relacionadas as formas de se alimentar, isto é, aquisição de alimentos, caça, pesca, plantio, preparo, formas de servir e consumir. A gama de investigação pode ser dividida inicialmente a dois vieses de abordagens: estudo sobre alimentos recuperados em escavações, especialmente em depósitos de lixo referente ao contexto estudado ou como segunda fonte, o estudo dos objetos (utensílios) utilizados no preparo, processamento e formas de servir a comida. Geralmente lança-se mão da zooarqueologia para entender os hábitos alimentares de escravos, a final esta pode lançar luz sobre que tipos de animais eram caçados, domesticados, suas recorrências na dieta de um grupo , etc (Singleton, 1995, p.195).

Adiante veremos abordagens que relacionam a o registro arqueológico dos assentamentos de escravos a perspectivas étnicas, no sentido de relacionar determinadas práticas cotidianas à possível origem das pessoas escravizadas.

Charles Fairbanks (1968), arqueólogo vinculado à *University of Florida*, iniciou trabalhos arqueológicos em Kingsley³ em 1968, quando investigou assentamentos de origem africana, no intuito de encontrar “evidências de africanismos” na cultura material dos escravos, ele observou o comportamento de assentamentos de escravos, a fim de entender como as manifestações de grupos de origem africana poderia se apresentar na cultura material como continuidade cultural africana nas Américas. O pesquisador encontrou ferramentas de caça, artefatos de ferro associados ao cozimento de alimentos, materiais ligados à dieta de povos escravizados na propriedade. Estes achados foram importantes para entender que os escravos não limitavam sua dieta à ração que lhes era fornecida, mas caçavam como forma de complemento (FOUNTAIN, 1995, p. 69, 72). Não obstante essas descobertas, Fairbanks concluiu que não havia, na cultura material, informações suficientes para a identificação de uma forte continuidade da influência cultural africana no grupo de escravos que ocuparam o sítio pesquisado (FOUNTAIN, 1995, p.69; ORSER, 1998, p. 67).

Sobre a questão de continuidade da influência cultural africana na cultura

3 Plantation de Kingsley é hoje um famoso Parque nacional localizado a centro-norte da periferia industrial de Jacksonville, Flórida – EUA (Antoinette T. Jackson with Allan F. Burns Department of Anthropology, University of Florida, Gainesville, Florida, 2004).

Americana, Joyner (2003), argumenta que é possível rastrear manifestações culturais das mais variadas origens do continente africano nos processos relativos à formação do novo mundo. Elas podem permear as mais diversas formas de relação social (JOYNER, 2003). Em suas palavras:

“[...] The study of Africanisms is tied to the study of African American history, and more directly to the study of creolization of African and European cultures, which is the essence of African American culture. The questions that creolization raises are: when do cultures begin to meld and what is it that each brings to the confluence? As it concerns African Americans creolization encompasses the relationship of African to African American, Afro-Caribbean to African American, and African and Native cultures to European culture, and vice versa. Historian and poet Edward Kamau Brathwaite describes creolization as “a cultural action — material, psychological and spiritual—based [...] “on the stimulus/response of individuals within the society to their environment...to each other.”(3) Anthropologists James Deetz, in *Small Things Forgotten*, and Grey Gundaker, in *Signs of Diaspora/Diaspora of Signs*, use creolization as a way to discuss African cultural reflections within American culture.(4) Scholars, such as John Vlach, view America as having a triple heritage—African, European, and Native American. There’s ulting blended culture is crucial to interpreting American material culture. (5) Thus, Africanisms are rarely “pure” transfers of African culture to the Americas, but a blending with other cultures to product the unique American culture” [...]” (JOYNER, 2003, p.2-3).

No que se refere ao processo de crioulização no Novo Mundo, o linguista John Holm (2000) assinala que a palavra crioulo tem origens no latim *Creare*, relativo a criar. Tem no português a mesma aplicação, relativo à criação de criança ou conotação de criado nascido em casa; mais tarde, adquiriu sufixo diminutivo para designar escravos nascidos em terras do novo mundo. Indicou, também, os descendentes de europeus nascidos nas colônias. Com exceção do Romeno, nas colônias Americanas a palavra crioulo foi apropriada por todas as línguas neolatinas, português, crioulo; espanhol, *criollo*; francês, *créole*; além do holandês, *creools* e inglês, *creole*, (JOHN HOLM, 2000, p. 9).

A crioulização das culturas no continente americano pode ser definida segundo uma fundição ou confluência de costumes e hábitos culturais diferentes, que se reúnem em um espaço comum, capaz de gerar novos elementos culturais. Trata-se da formação do que Gilroy (2001, p.58), chamou de culturas híbridas no “Atlântico Negro” O autor alerta sobre necessidade de observação daquilo que já acontecia nos navios, quando nota a embarcação enquanto um espaço de unidade potencial para novas possibilidades de formação cultural:

“[...] “Deve-se enfatizar que os navios eram os meios vivos pelos quais se uniam os pontos naquele mundo atlântico. Eles eram elementos móveis que representavam os espaços de mudança entre os lugares fixos que eles conectavam. Consequentemente precisam ser pensados como unidades culturais e políticas em lugar de incorporações abstratas do comércio triangular. Algo mais que um meio para conduzir a dissensão política e, talvez, um modo de produção

cultural distinto. O navio oferece a oportunidade de se explorar as articulações entre as histórias descontínuas dos portos da Inglaterra, suas interfaces com o mundo mais amplo” [...] (GILROY, 2001, p.60).

A noção de diáspora africana, enquanto dispersão forçada de grupos de indivíduos de várias regiões africanas para o novo mundo, tornou-se objeto de pesquisa a partir da apropriação que fizeram os movimentos sócio-intelectuais do pan-africanismo nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX. A investigação desta temática foi, inicialmente, esboçada nos anos 1970, por pesquisadores das ciências humanas e sociais, notadamente críticos literários. Porém, o termo diáspora passou a ser empregado por arqueólogos com maior recorrência na década de 1990. Vem a servir para designar uma série de processos relativos a investigações arqueológicas nas Américas que estejam ligados a questões afro-americanas, afro-caribenhas e ou afro-latino-americanas (SINGLETON & SOUZA, 2009, p. 449).

Para Orser (1998), a Diáspora transcontinental africana é parte de um processo global, onde a presença africana na América pós-colombiana é composta de uma verdadeira imbricação de relacionamento triangular. O autor sinaliza que a investigação do processo diaspórico deve ser feita a partir de uma ótica capaz de permitir conexões ultramarinas, logo, transcontinentais. Nesta esteira, o autor remata que há necessidade de maior colaboração entre pesquisadores africanos, americanos e europeus, a fim de encurtarem a distância do além-mar sobre as dispersões dos grupos nos continentes, para, assim, melhor entendermos as interações fundadoras das relações sociais no mundo moderno; observa, ainda, que o cenário da arqueologia do mundo moderno tende a refletir muito mais pontos em comum que estão relacionados ao Novo Mundo (ORSER, 1998, p. 64). Ainda segundo o autor, a arqueologia do mundo moderno pode ser definida da seguinte maneira:

[...] “los practicantes de la arqueología del mundo moderno están constantemente conscientes de las conexiones extra-sitio que los habitantes de un sitio mantuvieron con el “mundo externo”, de cualquier manera que uno quiera definir o contextualizar este mundo. Debido a que el “mundo externo” es entendido multidimensionalmente. La arqueología del mundo moderno rechaza la idea que los arqueólogos históricos deban auto-restringirse a los estudios únicos como objetivo final de sus investigaciones” [...] (ORSER, 2007, p.16).

Lúcio Menezes Ferreira (2009c), por sua vez, concebe a arqueologia da diáspora africana como o estudo da cultura material que expressa as relações identitárias de escravos afro-americanos, de forma a entender a ação social que os indivíduos lançavam mão para comporem suas identidades. Uma forma atuarem no mundo e como estas táticas de ação e transformação interagiram e, simultaneamente, compuseram os

sistemas escravistas das Américas em seus mais de três séculos de duração (FERREIRA, 2009c, p. 272).

Em seus mais de três séculos de escravidão e tráfico, o processo de diáspora forçada para o novo mundo não se restringiu à América do Norte, mas englobou, também, o Caribe e a América do Sul, África e Europa. Sobre estas conexões, assinalou Willians:

“[...] Os séculos XVII e XVIII foram os séculos do comércio internacional, como o século XIX foi o século da produção [...] Nesse comércio triangular, a Inglaterra – da mesma maneira que a França e a América colonial – fornecia as exportações e os navios; a África, a mercadoria humana; as plantações, a matéria prima colonial [...]” (WILLIAMS, 1975, p 57.)

Orser (2007) argumenta pela necessidade de observar os processos pós-colombianos de consolidação do mundo moderno por uma perspectiva global (ORSER, 2007, p. 16). Desta forma, certamente, a arqueologia da escravidão não se limitaria a América do Norte, tão pouco ao continente Americano, como já vimos anteriormente neste capítulo.

Nesse sentido, apresentamos, a seguir, a arqueologia da escravidão nos contextos Caribenho e Sul-americano.

1.2 Arqueologia da Escravidão no Contexto Caribenho

As pesquisas com o enfoque da arqueologia histórica em território caribenho recuam ao final dos anos 1960. Segundo Delle (2002), embora as pesquisas em arqueologia histórica tenham iniciado trabalhos na primeira metade do séc. XX, os estudos em arqueologia da diáspora africana ganharam fôlego somente na década de 1980, com a investigação de uma variedade de assentamentos relacionados a escravos africanos e ex-escravos, nas ilhas que compõem o Caribe. As observações iniciais estão relacionadas a espaços das fortificações espanholas, inglesas e holandesas, além de *plantations* de açúcar, café, algodão e quilombos (*maroons*, *cimarrones*) (DELLE, 2002, p. 96).

Escavações relacionadas ao cotidiano dos escravos no contexto afro-caribenho foram empreendidas pelos arqueólogos Jerônimo Handler e Frederico Lange na década de 1970, em um cemitério de escravos da *Plantation* Newton, em Barbados. Os pesquisadores tiveram seu trabalho fortemente apoiado no que chamaram de “*ethnohistorical approach*” (abordagem etno-histórica). Na década de 1980, Lydia Pulsipher e Conrad Goodwin conduziram trabalhos relacionados aos jardins situados na *Plantation* Galways, em Montserrat, pesquisa que, inicialmente, relacionou-se à

monumentalidade arquitetônica e, mais tarde, orientou Pulsipher a observar os jardins como um possível espaço usual de escravos. As investigações da década de 1990 ligaram-se à distribuição espacial de assentamentos escravos, na costa Norte da Jamaica, na Drax Hall e *Plantation* Sevilha, com os trabalhos desenvolvidos por Douglas Armstrong. A abordagem espacial empreendida pelo pesquisador foi importante para entender a interação desenvolvida na parte exterior das habitações, a fim de conceber como os escravos cultivavam hortaliças, criavam animais e preparavam alimentos (DELLE, 2002, p.97).

O estudo das relações de poder nos sistemas escravistas foi outro objeto analisado a partir do cruzamento de fontes, como documentação escrita, cartografia e estruturas arquitetônicas. James Delle explorou, no final dos anos 1990, em *plantations* de café em montanhas da região central da Ilha Jamaicana, a ação social exercida pelas elites e por escravos, em uma negociação ativa do espaço e suas maneiras de interação. Seu trabalho observa a imposição de uma estrutura social e física por parte dos senhores, traduzida nas características de transformação racionalizada do espaço enquanto legitimação da lógica social da modernidade europeia na paisagem Jamaicana. De modo que a visão de mundo colonialista se fez pela hierarquia social baseada em construções europeias (DELLE, 2002, p 98; 2009 p.496).

As pesquisas em arqueologia da escravidão também foram e continuam a ser frutíferas em Cuba. Aproximações iniciais na ilha se deram a partir do fim dos anos 1960, com os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de arqueologia da Academia de Ciências de Cuba em Taoro, na cidade de Cangrejas, a oeste da ilha cubana, na província de Havana. Investigou-se naquele período (1968 e 1970) as estruturas remanescentes de um engenho, senzalas (*barracón*) e um cemitério de escravos, que deve ter sido o primeiro trabalho de escavação sistemática em arqueologia da escravidão cubana. Dominguez (2005) observa em seu trabalho desenvolvido na *plantation* da região de montanhosa de Pinar Del Rio, a oeste de Havana, estruturas arquitetônicas que guardam peculiaridades em comparação com outras *plantations* pesquisadas. Possivelmente ligadas à migração de proprietários franceses fugidos da revolução haitiana (1791), as propriedades analisadas mostram uma ausência de senzalas (moradas coletivas - *barracón*), que talvez possam sinalizar uma negociação do espaço (DOMINGUEZ, 2005, p. 62; DOMINGUEZ & FUNARI, 2008 p.6; SINGLETON & SOUZA, 2009, p. 451).

Outra espécie de sítio abordado em arqueologia da escravidão em Cuba são os

quilombos (*palenques* e *cimarrons*). Gabino La Rosa Corzo (2005) investiga as habitações de escravos fugidos das *plantations* em Matanzas e Havana. Seu trabalho discorre, a partir da morfologia regional e documentos de autoridades coloniais da Província de Havana, como a localização dos quilombos em terrenos montanhosos e acidentados, não era aleatória, mas obedeciam a uma estratégia de resistência:

“[...] According to an 1849 report submitted by a local authority from El Naranjal in the province of Matanzas, the eastern end of these mountains “is very rough and the ascent to them quite dangerous due to the cliffs.” He goes on to say that from those elevations the *cimarrones*, or escaped slaves, “can see all the movements in the surrounding area perfectly and they free immediately because they have developed the custom of having lookouts watch for movements; their defense strategy is to escape for other parts” (Archivo Histórico Provincial de Matanzas, I Gobierno Provincial, Leg. 13, no. 66). In an 1852 letter from the governor of the city of Matanzas addressed to the Capitán General of the island, the governor asserts that these mountains had become habitual dens for *cimarrones*, “since they have many inaccessible parts *where no human foot has set down*, almost all of them difficult to access, and where dogs are normally useless” (Archivo Nacional de Cuba [ANC], Gobierno Superior Civil, Leg. 1416, no. 55225; emphasis added) [...]”. (CORZO, p.165)

La Rosa Corzo (2005) observa que a associação, localização e multiplicidade de objetos resgatados nos abrigados escavados são de várias origens, como fazendas próximas (recipientes cerâmicos, vidro, ferramentas); e que outros artefatos são, possivelmente, de confecção local (vasos de cerâmica, cachimbos “rústicos” e artefatos em madeira). Convencido de que os restos faunísticos podem ser importantes para análise do contexto, o autor acredita serem estes biofatos (elementos da natureza aos quais se atribui valor cultural) interessantes para entender as formas de subsistência, a partir da inserção dos *cimarrons* no meio ambiente (CORZO, 2005, p.166).

Singleton (2001), em sua investigação no *Cafetal del Padre*, a sudoeste da cidade Havana, na banda ocidental da Ilha, observa o que chamou de dialética do espaço ou espacial. A autora notou como a racionalização do espaço empreendida pelos senhores reflete uma tentativa consciente de maximização da produção, obtenção de lucros e controle social dos cativos e de como esses, por sua vez, exerciam ação social ao burlar certa ordenação do espaço produtivo, organizando fugas, rebeliões e formas variadas de resistência cotidiana (SINGLETON, 2001 p. 104,108,110).

Feita essa breve resenha sobre a arqueologia da escravidão no Caribe, vejamos, agora, os resultados da disciplina na América do Sul.

1.3 Arqueologia da Escravidão na América do Sul

Como em grande parte do Continente Americano, os anos de 1960, na América do Sul, foram importantes para os movimentos civis, os quais, como alhures, influenciaram a prática arqueológica (FERREIRA, 2008). Assim, as investigações sistemáticas em arqueologia histórica na América do Sul são desenvolvidas a partir da primeira década da segunda metade do século XX (1960), porém não é de se estranhar o fato de que outros profissionais, não arqueólogos, também desenvolveram pesquisas na área de arqueológica entre os anos de 1960 e 1970 (LIMA, 1993 p.226).

A década de 1980 foi particularmente um período marcado por transformações, na arqueologia e nas sociedades sul-americanas em geral. O desgaste de regimes militares possibilitou o alargamento das narrativas sobre a heterogeneidade cultural. Neste lineamento de ideias que se inter-relacionavam, os arqueólogos se inseriram com a possibilidade de contribuir na produção de narrativas destoantes das oficiais (ZARANKIN & SALERNO, 2007, p. 33).

A abordagem em arqueologia histórica no Cone Sul tem sido destacada a partir de uma quantidade substancial de pesquisas, em especial na Argentina, Brasil e Uruguai. Outros países como Bolívia, Equador, Peru e em certo ponto na Venezuela, devido à magnitude dos monumentos dos povos aborígenes, têm pouca produção em arqueologia histórica, o que pode estar relacionado na busca identitária ligada a grandes civilizações do passado Pré-colombiano (FUNARI, 2002).

Na Argentina, as pesquisas em arqueologia da escravidão recuam a 1983. O pesquisador Agustín (1983) analisou cachimbos antropomorfos, associados a figuras de origem africana (SCHAVELZON, 2003, p.110, 134, 155). Schávelzon (2003) escavou diferentes pontos da capital portenha no final dos anos de 1990, afim de identificar aspectos da vida material da população Afro-portenha na capital. Seus trabalhos são expostos em *Buenos Aires Negra: Arqueología Histórica de una sociedad silenciada* (2003). Neste trabalho, ele analisa uma série de artefatos, como vasos cerâmicos, cachimbos antropomorfos, e objetos possivelmente de cunho ritualístico, a fim de desvendar a cultura material afro-portenha obtida em diferentes locais da capital Buenos Aires (SCHAVELZON, 2003).

No Uruguai, as pesquisas da área restringiram-se àquelas feitas por arqueólogos

vinculados à *Universidad de la República*, em 1998. O trabalho teve por objetivo a instauração do projeto *El Casario de los negros: investigación arqueológica del contacto americano*. O objetivo foi identificar e escavar ocupações associadas aos escravos recém chegados ao porto de Montevideu, particularmente no galpão onde os escravos permaneciam em quarentena até que fossem deslocados para as fazendas e demais postos urbanos de trabalho (ONEGA, 2005; FREGA, 2011).

Quanto ao Brasil, a exemplo do Uruguai e Argentina, há poucos pesquisadores trabalhando no tema. O possível desinteresse de arqueólogos brasileiros pela temática em arqueologia da escravidão pode estar associado, como assinalaram Singleton e Souza (2009), ao discurso sobre o caráter homogêneo de formação identitária da narrativa nacional. Desta forma, as abordagens em arqueologia histórica estiveram ligadas à monumentalidade de artefatos que traduziam grandes eventos da história política nacional, como assinalam os pesquisadores:

“[...] Only after the end of the military dictatorship, and increased inspiration from Anglophone archaeology pertaining to the archaeological study of disfranchised people, did Brazilian historical archaeologists begin incorporating the idea that slave groups were culturally distinct from other Brazilians” [...]” (Singleton & Souza, 2009, p. 458).

Contudo, já na década de 1980, Carlos Magno Guimarães e Ana Lúcia Lanna investigaram o quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais. Tal quilombo foi, possivelmente, destruído no séc. XVIII (1746); Guimarães avaliou uma vala, enquanto estrutura para fins defensivos, além de investigar estruturas de paredes em pau-a-pique, possivelmente associado a construções remanescentes ao quilombo. O autor prossegue suas pesquisas e analisa documentos que datam de 1750 ou 1751. Constatado que as deliberações da coroa portuguesa sobre tal sítio estiveram ligadas à legitimação do processo escravista e coibição das constantes fugas na região (GUIMARÃES, 1998).

Na década de 1990, Tânia Andrade Lima desenvolveu trabalhos de escavações em estruturas associadas a uma senzala, na região de Vassouras, Rio de Janeiro. Lima (1993) afirma a opção em escavar espaços de descartes, por suas potencialidades em contar através de artefatos, dados sobre as práticas culturais no período do século XIX. Conclui a autora que o espaço associado à vivenda de escravos revelou apenas materiais construtivos, daí a opção em escavar locais de concentração de escravos no trabalho doméstico, onde um dos tanques revelou uma porção de diferentes artefatos, entre eles cachimbos e contas de colar que podem estar ligados aos escravos da propriedade (LIMA, 1993 p.186-187).

As abordagens em arqueologia da escravidão no Brasil ligadas a espaços de resistência ganharam destaque a partir da década de 1990. Os arqueólogos Pedro Paulo Funari (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), Charles E. Oser Jr (*Illinois State University*) e o arqueólogo africanista Michael Rowlands (*University College London*) iniciaram uma pesquisa na Serra da Barriga (1992/1993), localizada em Alagoas. O intuito foi o de evidenciar a cultura material para fins de entendimento da dinâmica cotidiana no conhecido Quilombo de Palmares (FUNARI, 1996).

O primeiro trabalho arqueológico efetuado pela equipe foi o levantamento da documentação para entender as representações do espaço e quais eram os indicadores de fontes da cultura material. Esse sentido de trabalho caracteriza muito bem o feitiço de “escavação” em documentos/fontes textuais, capaz de mostrar como essas referências podem apresentar atributos da vida social de artefatos nos contextos em que foram confeccionados. Entender as representações textuais pode significar entender a vida social/contextual das fontes materiais (FERREIRA; CORZO, 2013).

Os trabalhos de campo se deram por um levantamento superficial-prospectivo, e observações a partir de quadrículas e sondagens. Levantou-se no trabalho de campo um número de 14 sítios, sendo apenas um deles relativo a períodos posteriores à ocupação palmarina. Os materiais recuperados foram, basicamente, cerâmicos, perfazendo 90% no total dos artefatos evidenciados, que correspondem a 2.448 objetos e fergmentos. O tipo de cerâmica vidrada ou majólica fina encontrada nos sítios poderia relacionar-se à classe de faiança de tradição hispano-mourística, introduzida nas Américas com a expansão das navegações espanholas e portuguesas. Porém, as origens do material ainda são difusas; constatou-se que o material pode não ser majólica fina, mas, sim, ter sido produzida na costa da África ou na Europa (FUNARI, 1996; 2001).

Outro objeto bastante curioso encontrado foi um vaso enterrado possivelmente no período colonial, composto por dois machados líticos com os fios apontados para a parte inferior do recipiente; foram descobertos *in situ*, podendo corresponder a usos ritualísticos. O recipiente ainda contava, em sua parte superior interna, com um segundo vaso menor, escuro. As interpretações acerca de possíveis origens associativas desse material não eram seguras; pode ser de origem tupinambá, ou, ainda, pertencer a cemitérios indígenas pré-cabralinos; contudo, a morfologia dos vasos não é estranha aos africanos, tendo em vista que *Mbundus*, em Angola, produziam recipientes de forma bem semelhante. Mais recentemente, foi confirmada a ligação do recipiente com enterramentos indígenas (FUNARI, 1996; 2001).

Não é de se estranhar a presença de cerâmica indígena em assentamentos coloniais em outros contextos da América do Sul, especificamente, em Santa Fé de La Vieja, no nordeste da Argentina; entre 1573 e 1660, observou-se o uso de cerâmica não hispânica, associada a um tipo Tupi-guarani bastante difundido naquela região (FUNARI, 1996).

Allen (2000b) chama atenção para a complexidade que compunha Palmares; ele mostra como as pesquisas podem tomar caminhos diferentes, sofrendo apropriação por grupos sociais ou estarem vinculadas a agendas políticas que acabam por 'desviar' as conclusões da pesquisa. Contudo, o autor atenta para a multiplicidade étnica que compunha o cenário, capaz de desvencilhar, assim, a visão do quilombo que se acreditava ser constituído em sua maioria por negros:

“[...] Aprendemos que os Palmarinos praticavam uma religião sincrética, aceitavam índios, brancos e judeus, foram organizados politicamente de acordo com modelos similares aos que se encontravam na região do Congo e Angola atual e tiveram um 'rei' eleito e um cônsul ligado aos diversos quilombos que compunham os Palmares. Desses 'fatos' é entendido que Palmares era uma sociedade igualitária e tolerante, induzindo alguns estudiosos a caracterizá-lo como *mosaico étnico*, *pequeno Brasil* e até uma verdadeira *democracia racial* [...]” (ALLEN, 2000b, p.02).

Isto revela que o levantamento arqueológico em Palmares trouxe à tona uma gama de cultura material que dá a entender o Quilombo como espaço multiétnico, o que gerou conflitos com membros do Movimento Negro, pois o sítio não estaria mais relacionado exclusivamente à resistência de escravos, mas era composto por outros grupos sociais cooperantes entre si. Passada a vista sobre as abordagens que se deram em Palmares, seguimos para outras aproximações em arqueologia da escravidão no contexto brasileiro.

Os pesquisadores Luís Cláudio Symanski e Marcos André Torres de Souza (2007) desenvolvem trabalhos de arqueologia da escravidão em engenhos localizados em Mato Grosso e Goiás. Quando desenvolveu suas pesquisas em engenhos dos séculos XIII e XIX, na região da bacia do Rio Manso, no município de Chapada dos Guimarães, no Estado do Mato Grosso, Symanski (2007) observou o material encontrado e estabeleceu uma ligação com práticas religiosas de origem africana que resistiam ou subvertiam a imposição da religião católica. Em sua análise, Symanski (2007) mostrou como um espaço concebido com suas funções objetivas pré-determinadas pode sofrer outros usos em alguns momentos, capaz, assim, de reverter seu sentido original:

“[...] os consumidores nem sempre são sujeitos passivos, antes, através de suas práticas, eles podem dar diferentes usos a esses espaços e mesmo, em algumas ocasiões, subverter os propósitos originais e conseqüentes significados

associados aos mesmos. Artefatos portáteis são itens empregados na execução dessas práticas, tendo, portanto, um caráter mais dinâmico do que as estruturas. Em suma, enquanto a análise das estruturas e de sua distribuição espacial pode informar sobre os propósitos originais para os quais o espaço foi organizado – as estratégias dos produtores –, a análise dos artefatos portáteis pode informar sobre os modos alternativos, táticos, nos quais o espaço foi usado pelos consumidores na execução de suas práticas [...]” (SYMANSKI, 2007, p.11).

Nesta abordagem, o pesquisador observa como a distribuição espacial do universo físico do engenho se relaciona com as formas hierárquicas que regiam o código de comportamento social entre as classes que habitavam esses espaços. As distâncias físicas poderiam indicar as intenções ideológicas de maior ou menor proximidade em relação à sede, o que visa uma determinada ordem de relacionamento entre a sede e as habitações dos grupos subordinados, como uma grande lógica social do espaço. Estabelece, dessa maneira, uma área de segregação sócio-espacial, o que gera uma estratificação social através da organização geográfica dos espaços. Ainda é observada a distribuição espacial de objetos, onde se percebe que a posse dos mesmos estava ligada ao centro (casa/sede), agregando certo valor social aos seus portadores. Observou como a descontinuidade dos objetos relacionados à sede da fazenda ligava-se ao *status* social, o que assinala uma distribuição gradual dos mesmos, capaz de estabelecer e reforçar a condição hierárquica em que se relacionavam essas classes (SYMANSKI, 2007).

Marcos André Torres (2007) examinou a paisagem social do engenho São Joaquim (1800), em Goiás. O pesquisador lança mão de observação do espaço pela metodologia da sintaxe espacial⁴ para entender como a adoção de do modelo arquitetônico foi efetiva para reforçar assimetrias entre os grupos sociais, entre outras observações, como por exemplo, o caráter de segregação funcional do mesmo. O pesquisador observa:

[...] “Nesse conjunto, o Engenho de São Joaquim é o que apresenta com mais definição uma relação entre os encadeamentos de “nós” e unidades funcionais diferentes, com distribuições feitas, principalmente, pela varanda de fora e pelo corredor. Criou-se, com esse esquema, segregação entre moradores e visitantes, livres e escravos, homens e mulheres” [...] A sintaxe encontrada nessa construção apresentava um grau mais acentuado de segregação funcional, se comparada a outras do seu tempo. Na lógica de Alves, esse esquema baseava-se, provavelmente, na percepção de que cada atividade humana possui uma lógica natural a ela inerente. Interessava-lhe que o trabalho realizado no engenho fosse orientado pela lógica e razão, um princípio aplicado de forma muito clara no controle do trabalho, bem como na vigilância dos escravos, uma preocupação acentuada de Alves, o que se devia não só à sua rígida educação jesuítica, cuja ênfase recaiu, provavelmente, na construção de um espírito metódico e organizado, mas também no uso de uma lógica iluminista, preocupada com a obediência à ordem e às normas. (SOUZA, 2007 p.79-80).

4 Ver: The Social Logic of Space; Hillier e Hanson, 1984.

Passados alguns trabalhos relativos a perspectiva da arqueologia da paisagem social na escravidão, apontamos a seguir pesquisas relativas análises de cultura material relativa a escravos.

Camila Agostini (2008; 2009) faz uso de análises estilísticas sobre artefatos cerâmicos ligados a escravos, relacionados ao período oitocentista do Brasil. A pesquisadora analisa fragmentos de cachimbos confeccionados em cerâmica, atinentes ao Rio de Janeiro do século XIX. Para tal análise, Agostini lança mão de material proveniente de 17 amostras arqueológicas e 2 coleções de museus. As informações estilísticas do material analisado dão uma resposta sobre teia intrincada de formação estética dos cachimbos. Como, por exemplo, padrões estilísticos com maior recorrência no Rio de Janeiro, mas que, também, são encontrados em Porto Alegre; observa, ainda, as técnicas de produção empregadas e a possibilidade no uso de molde para confecção das mesmas.

Ao estabelecer uma tipologia de materiais, estilos e recorrência, a autora parte para análises de documentação histórica (relatos de viajantes, documentos antigos da burocracia imperial, iconografia, entre outros). Numa sistematização de informações derivadas de diversas fontes colocadas em paralelo, ela sugere a possibilidade de estilos decorativos estarem associados a marcações étnicas, o que viabiliza uma dispersão espacial de uma possível “origem” africana (AGOSTINI, 2008; 2009).

Como se pode notar, a Arqueologia da escravidão na América do Sul, e especialmente no Brasil, ainda é diminuta, se comparada à amplitude da institucionalização da disciplina nos Estados Unidos. Uma das razões repousa, a nosso ver, na própria legislação e mecanismos de gestão do patrimônio arqueológico no Brasil. É o que discutiremos a seguir.

1.4 Patrimônio e Legislação: Tratados, convenções e leis sobre os bens culturais.

1.4.1 Tradados do Patrimônio Cultural

A origem da palavra Patrimônio vincula-se ao latim *patrimonium*, ligando-se, no

contexto dos antigos romanos, à transmissão dos bens pertencentes ao pai de família e possuindo, ainda, valor aristocrático e de propriedade privada (FUNARI & PELEGRINI, 2006). Na idade moderna, o conceito de patrimônio liga-se à ideia de nação, propiciando a criação dos Estados modernos e tornando-se ferramenta para atribuir sentido de pertencimento nacional. O patrimônio destilou a noção de que todos deveriam compartilhar a mesma língua, origem, cultura e território (FUNARI & PELEGRINI, 2006). Estados nacionais criam suas demandas legais, a fim de organizarem o sentimento de pertença, o que garantiu a unidade nacional sob a apropriação patrimonial enquanto vínculo social. As discussões sobre Estados Nacionais, Patrimônio e Identidade, serão vistas mais tarde, no terceiro capítulo. Por enquanto, optamos por seguir com as demandas legais sobre o Patrimônio cultural, notando suas possíveis relações com a arqueologia da escravidão.

Até os anos iniciais do século XX não houve um tratado internacional formal sobre a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural. A convenção de Haia (1899,1907) marca a disponibilidade internacional para pensar as deliberações acerca de regras universais para proteção de pessoas e propriedade privada no Ocidente. De forma que as zonas de conflitos armados teriam que resguardar hospitais e espaços que contivessem bens culturais. A proteção de bens culturais em tempos de paz ainda não havia sido discutida até então (SILVA, 2003, p.30).

O ano de 1919 é marcado pela criação da Liga das Nações. Composta por um aglutinado de outras organizações, entre elas, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, responsável pela coordenação, promoção e articulação de políticas Culturais.

O pacto de Roerich (1935), porém, foi o primeiro “Tratado para Proteção dos Monumentos e Instituições Culturais”. Contou com 21 Estados signatários. Suas deliberações sobre a proteção do patrimônio ou bens culturais formavam orientações genéricas. As deliberações objetivavam a autonomia de cada Estado signatário em confeccionar suas próprias medidas legais e administrativas, por via de suas peculiaridades locais, relacionadas à proteção de seus bens. Talvez, em virtude de seu pioneirismo enquanto projeto e as especificidades de cada signatário, o tratado não estabeleceu nenhum tipo de sanção para transgressões de suas orientações (SILVA, 2003, p.130).

A partir do tratado de Roerich, deu-se a formação de um grupo de trabalho encabeçado pelo jurista belga Charles Visscher, interessado em deliberar sobre as

demandas de cooperação para proteção de bens culturais em tempos de paz, o que se deu em julho de 1937. O projeto foi aprovado em 1938, o qual se chamou de “Convenção Internacional para proteção de Bens Artísticos e Históricos” (SILVA, 2003, p. 131).

O fim do século XIX é especialmente interessante para o Direito Comparado, tendo em vista que Nações como Egito, Grécia, México, Itália, Tunísia e Turquia, trataram de assegurar uma espécie de organização legal para seus acervos de bens culturais, com iniciativa de tombamentos. Neste viés, o Brasil não é tão efetivo na formação legal de salvaguarda e proteção de bens culturais. As constituições de 1824 e 1891 não contemplaram a proteção de bens culturais. É na efetivação da constituição de 1934⁵ que observamos a primeira recomendação para proteção de “belezas naturais e monumentos de valores históricos e ou artísticos” (SILVA, 2003; FONSCECA, 2003). A constituição de 1937⁶ estende a responsabilidade de proteção para os Estados e Municípios pela nomeação de Bens culturais. Para que potenciais bens sejam caracterizados como “monumentos artísticos, históricos, bens naturais, paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1937).

De forma geral, a proteção dos bens culturais ganhou impulso a partir de 1945, quando nasce a União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A formulação de convenções pela UNESCO para medidas protetoras sobre o Patrimônio Cultural de seus signatários nasceu para servir de referência às legislações nacionais; de forma geral, elas são deliberações que podem dar uma visão de “ideal” protetor, convencionado. Numa avaliação rápida observamos uma mudança histórica das convenções:

1. “Convenção para proteção de bens culturais em conflito” (Convenção de Haia – 1954).
2. “Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita dos bens culturais” (Convenção de Paris, 1970).
3. “Convenção Relativa a Proteção do patrimônio Mundial, Cultural e natural” (Convenção de Paris, 1972) (Silva, 2003).
- 4.

Fernando Fernandes da Silva (2003) destaca algumas orientações da UNESCO

5 Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte; Constituição Federal de 1934

6 Art 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. Constituição Federal de 1937

como positivas para a convenção internacional de bens culturais. Elas estão relacionadas da seguinte maneira:

1. "Recomendação que define os princípios internacionais que deverão aplicar-se às escavações arqueológicas (Nova Delhi 1956)"
2. "Recomendação relativas a proteção da Beleza e do Caráter dos Lugares e Paisagens (Paris, 1962)"
3. "Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita dos bens culturais" (Convenção de Paris, 1970).
4. Recomendação concernente a conservação de bens culturais que a Exportação de Obras públicas e privadas pode por em Perigo (Paris, 1968).
5. "Recomendação sobre a proteção, em âmbito Nacional, do patrimônio cultural e natural (Paris, 1972)".
6. "Recomendação relativa a Salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na Vida Contemporânea (Nairobi, 1976)"
7. "Recomendação sobre a salvaguarda da cultura popular e tradicional (Paris, 1989) (SILVA, 2003, p. 133)".

As iniciativas da UNESCO para o Patrimônio Cultural estiveram vinculadas ao esforço em estabelecer leis patrimoniais genéricas. Tal medida buscou dar condições viáveis para cada país signatário, de modo que eles tivessem condições para gerir suas leis de bens patrimoniais a partir de orientações gerais. Passada essa rápida vista sobre os processos de formação de leis sobre proteção patrimonial na esfera internacional, seguimos em observar o processo de tal formação no caráter nacional.

Em 1936, Mário de Andrade é incumbido de formular um plano institucional de proteção de bens culturais do Brasil, a pedidos do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Campanela. De maneira genérica, discorremos sobre algumas características do anteprojeto de Andrade (1936). O anteprojeto de Mário de Andrade teve a finalidade de organizar aplicações profissionais, seleção e salvaguarda de bens culturais do Brasil. O Capítulo I é caracterizado pelas ordenações que cabem ao órgão, como por exemplo: "determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio Artístico nacional". O Capítulo II contém as definições preliminares: entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de artes puras, artes aplicadas, arte popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e particulares estrangeiros residentes no Brasil. O capítulo III discorre sobre a organização da instituição, de forma que a mesma se faz da seguinte maneira: I diretoria e suas deliberações, II conselho consultivo, destes, composto por 05 membros fixos e 20 membros móveis; III Chefia de tombamento; VI Conselho Fiscal. O documento é finalizado com um cronograma de 5 anos futuros, onde descreve as implementações pretendidas para os anos seguintes (ANDRADE, 1936, p.226). É importante entender que estamos a falar do anteprojeto, e não daquele que foi

implementado mais tarde.

A lei 378 de 13 de janeiro de 1937 institui o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN) com a “finalidade de promover em todo país, e de modo permanente, o tombamento, a conservação, enriquecimento e o conhecimento do Patrimônio e Artístico nacional”. Sublinhe-se que, em boa medida, o SPHAN foi fruto do anteprojeto de Mário de Andrade:

“[...]Lei nº 378 de janeiro de 1937”. Dá Nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o poder legislativo e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO III

SEÇÃO III

Dos Serviços da Educação

Artigo 46º Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN, com a finalidade de promover em todo país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o reconhecimento e enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional [...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1937, p.02).

As legislações prosseguem, e formam corpo para os encaminhamentos de proteção dos bens culturais. A lei 378/37 é um marco organizador para a salvaguarda dos bens culturais nacionais. Mais adiante, ainda em 1937, o decreto nº 25 discorre sobre a organização do patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Vejamos o que determina a legislação sobre a organização e atribuições do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O primeiro capítulo encaminha o que constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O capítulo II argumenta sobre os procedimentos para tombamento (provisório ou definitivo) enquanto ferramenta de proteção através dos livros de tomo.

Tomar um bem privado ou público, segundo a tutela do Estado, é uma espécie de seguro legal, que por sua inscrição em um dos livros da instituição, “garante” a preservação e proliferação de tal bem. O terceiro capítulo orienta para os efeitos do tombamento. Transcorre sobre as características de cuidados legais empregadas em espaços já tombados. Os procedimentos para tombamento serão revistos a partir da promulgação da lei nº 6.292 de 15 de dezembro de 1972, a qual assinala que a efetivação de tombamento discorrida no decreto 25/37 dependerá de homologação de conselho consultivo.

Para as especificidades em matéria de arqueologia, o ponto que circunscreve pode ser observado a partir da lei nº 3924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos. Seu primeiro artigo trata da origem e tutela,

ou seja, “monumentos de natureza arqueológica ou pré-histórica de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontrarem, ficam sobre guarda e proteção do poder público”. Para trocarmos em miúdos: todas as “jazidas” arqueológicas pertencem ao Estado. Em seu parágrafo único, suspende, para caso de jazidas arqueológicas, o direito de superfície, garantido no artigo 161⁷ da constituição federal. Para as definições daquilo que foi consentido enquanto monumentos arqueológicos ou pré-históricos, os seguintes itens são expostos no segundo artigo da mesma lei:

“Artigo 2º - Consideram-se Monumentos arqueológicos e pré-históricos:

- a) As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais, ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias, e quaisquer outras não especificadas aqui, a de juízo de autoridade competente;
- b) Os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos ameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sobre rocha;
- c) Os sítios identificados como cemitérios, sepulturas, ou locais de repouso prolongado ou aldeamento, “estações” e “cerâmico” nos quais se encontram vestígios de interesse arqueológico ou paleontográfico;
- d) As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividades de paleoameríndios” (LEI FEDERAL Nº 3927 DE 26 DE JULHO DE 1961)

A mesma lei prossegue ao proibir a destruição e aproveitamento econômico⁸ dos sítios arqueológicos. As iniciativas que impliquem em destruição dos bens incorrerão em crime contra o Patrimônio Nacional. Os espaços não registrados ou cadastrados serão considerados bens da união, para disposições gerais.

O segundo capítulo se empenha em tratar dos procedimentos para escavação arqueológica a serviço de empreendimentos particulares e obras de engenharia. As autorizações devem vincular-se à licença concedida pela União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para isso, o pesquisador responsável deverá comprovar idoneidade técnico-científica, tempo de pesquisa, a entidade responsável pela salvaguarda do material arqueológico, conservação e pesquisa dos materiais resgatados, obrigatoriedade de informar trimestralmente o andamento dos trabalhos, reestabelecimento das feições originais do monumento, após o término das pesquisas; em caso de valor excepcional de uma jazida, poderá proceder-se segundo os

⁷ Parágrafo único. A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados na forma do [art. 152 da mesma Constituição](#).

⁸ Art 3º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas *b*, *c* e *d* do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

instrumentos de desapropriação do imóvel.

Os capítulos (IV, V e VI) finais tratam de descobertas fortuitas e a vinculação e comunicação a órgãos competentes, procedimentos para remoção de objetos arqueológicos e pré-históricos para o exterior e as disposições gerais referem-se aos pontos tratados nos capítulos anteriores (Lei nº 3927 de 26 de julho de 1961).

Ao seguirmos a legislação que trata de pontuar a importância de material arqueológico nos procedimentos legais, observamos a resolução 01/86 do Conselho Nacional do Meio-Ambiente – CONAMA, na especificidade que lhe confere do artigo 6º, Inciso I Alínea C:

“Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto a completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

[...] c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconômica, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos [...]” (RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986) .

Tal resolução é muito interessante para entendermos o conceito de meio ambiente, que segundo a disposição do CONAMA, não desassocia as atividades humanas do mesmo, como discutiremos mais adiante no capítulo II sobre o quesito de paisagem.

Ao seguirmos na esteira legal sobre o patrimônio nacional, é possível pensar a ação popular como segurança para o mesmo, segundo a constituição de 1988, ainda observamos as seguintes recomendações:

[...] “LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;” [...] (Artigo 5º , L XXIII, da Constituição Federal de 1988).

Para a constituição federal de 1988, observamos o artigo nº 23 do capítulo IV, que garante a seguinte proteção: “III proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (Constituição Federal de 1988, Artigo nº 23, L III, C IV)”. Ou para o Artigo nº 24 “VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”.

Há, ainda, as competências do Governo Federal, Estados e Municípios no que diz respeito à proteção do Patrimônio:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual" (ARTIGO Nº 30 L IXX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)

"Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais"

(ARTIGO Nº 215, I – II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 216-A:

"Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

VII - transversalidade das políticas culturais;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação" (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 71, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012).

Ainda no ano de 1988, o IPHAN dispõe sobre as regras para concessão⁹ de autorização de pesquisas arqueológicas. Pouco mais de um ano depois, é veiculada a portaria interministerial nº69 de janeiro de 1989, que normatiza a "pesquisa, exploração e demolição de coisas de valor artístico, interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em água sobre a jurisdição Nacional".

Onze anos se passaram para ser promulgada a portaria nº 230 de dezembro de 2002. A deliberação trata de organizar as medidas a serem tomadas em vista dos licenciamentos ambientais e de normatização dos trabalhos de empreendimentos potencialmente impactantes para com o patrimônio arqueológico. Por fim, em maio de 2009, é sancionado o decreto nº 6.844 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–IPHAN. Em sua estrutura organizacional são

⁹ Portaria nº 007 de 1º de dezembro de 1988: Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961.

criadas as Unidades Especiais, entre elas esta o Centro Nacional de Arqueologia – CNA, este vinculado ao Departamento de Patrimônio Material. A seguir destacaremos algumas de suas demandas ligadas ao CNA:

“Art.17. Ao Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização compete:

VIII-autorizar, por intermédio do Centro Nacional de Arqueologia, as pesquisas arqueológicas e avaliá-las, cadastrar e registrar os sítios arqueológicos brasileiros;

IX-acompanhar, por meio das Superintendências Estaduais e do Centro Nacional de Arqueologia as pesquisas arqueológicas realizadas em território nacional;

IV-supervisionar e orientar as atividades do Centro Nacional de Arqueologia e do Sítio Roberto Burle Max” (Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009).

Das ações desenvolvidas pelo CNA, destacamos três importantes eixos: Coordenação de Normas e Acautelamento (Proteção), a Coordenação de Pesquisa e Licenciamento (conhecimento) e a Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico (difusão). Há no CNA a confecção de um Plano Diretor Estratégico, que abrangerá temas como:

“[...] a definição de uma política nacional para o patrimônio arqueológico, em todos os seus aspectos – identificação, pesquisa, proteção, promoção e socialização;
a construção de um modelo institucional de gestão;
a definição das formas de articulação da área central (CNA) com as Superintendências do IPHAN nos estados para a gestão do patrimônio arqueológico;
o desenvolvimento de programa de tombamento de bens de natureza arqueológica;
a elaboração de instrumentos normativos e a atualização dos instrumentos já existentes;
a criação de um sistema informatizado de gestão do patrimônio arqueológico alinhado às novas tecnologias;
o estabelecimento de parcerias interinstitucionais e internacionais para a ampliação de experiências de gestão do patrimônio arqueológico;
a dotação de estrutura organizacional e física e de recursos humanos e financeiros compatíveis com a demanda da gestão do patrimônio arqueológico [...]” (IPHAN s.d.)¹⁰

Como Unidade Gestora o CNA se apresenta como uma nova fase do IPHAN no que tange a arqueologia no Brasil e sua regulamentação pretende como já foi assinalado acima, reorganizar o trabalho arqueológico na esfera nacional e estadual (superintendências).

Passada essa exposição geral das leis sobre o patrimônio Cultural e

10 Disponível em Centro Nacional de Arqueologia: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15506&retorno=paginaIphan> acessado em 12/04/2012

arqueológico nas esferas mundial e nacional, apresentamos a seguir, questões sobre a legislação Patrimonial em Pelotas.

1.4.2 O Patrimônio Cultural de Pelotas

As ações legislativas relativas ao Patrimônio Cultural de Pelotas para nosso trabalho podem ser evocadas a partir do II plano diretor (1980). O II plano diretor surge, a partir de proposta urbanista de ocupação e reaproveitamento do solo na área central, a fim de criar-se uma área de comércio. Desse modo, seleciona-se uma Zona Central de Comercio (ZCC) (Pelotas - LEI Nº 2565/80).

Almeida & Bastos (2006) afirmam que a seleção desta área se deu em um espaço central também para o Patrimônio Histórico da cidade. A eleição da zona de comércio na cidade causou a destruição de uma série de prédios históricos na década de 1980, por não haver uma fiscalização efetiva por parte do Estado, o que só aconteceu na década de 2000 (Almeida & Bastos 2006). Junto ao II plano diretor, é criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), embasado no decreto federal 25/37, que prevê processos de tombamento em nível Municipal.

Em 1988, é aprovada na Câmara Municipal a Lei Municipal nº 3.128, de 23 de julho, que altera o processo de tombamento. Em 1993, surge a lei municipal nº 3660/93, que inclui a Ilha da Feitora e adjacências ao Patrimônio Histórico Municipal. Três anos mais tarde, nasce o Conselho Municipal de Cultura (CONCULT) (Almeida & Bastos 2006).

Na década de 2000, surge uma ferramenta importante para a preservação do Patrimônio Histórico municipal, a Lei nº 4568/00, que institui as leis Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC).

Em 2003, é publicada a Lei nº 4.977, de 14 de outubro, que estabelece o Roteiro das Charqueadas, com a “finalidade de dar orientação geográfica às atividades educacionais, culturais, turísticas, sociais e econômicas, com vistas ao estudo, conhecimento, valorização, preservação e utilização da memória do ciclo econômico do charque no Município de Pelotas”. É estabelecido o seguinte roteiro:

Art. 3º O Roteiro das Charqueadas é definido por uma rota terrestre e outra fluvial, que transitam pelo cerne do núcleo charqueador de Pelotas.

§ 1º A rota terrestre é definida pelas seguintes vias públicas:

- a) Avenida Salgado Filho;
- b) Avenida São Francisco de Paula, desde a Tablada até a Avenida Ferreira Viana;
- c) Antigo Corredor das Tropas, no prolongamento da Avenida São

Francisco de Paula, desde a Avenida Ferreira Viana até a Estrada Do Engenho, passando pela Ponte dos Dois Arcos;
 d) Avenida Cidade de Rio Grande, a partir da Estrada do Engenho até a Rua Dr. Mário Meneghetti;
 e) Estrada do Engenho;
 f) Estrada do **Passo dos Negros**¹¹ até a Boca do Arroio Pelotas;
 g) Corredor da Prainha;
 h) Corredor no prolongamento da Rua Capitão Nelson Pereira, desde a Avenida Ferreira Viana até o Corredor da Prainha;
 i) Avenida Adolfo Fetter até o Recanto de Portugal;
 j) Rua Capitão Nelson Pereira;
 k) Avenida Barão de Corrientes;
 l) Avenida Auguste de Sant Hilaire;
 m) Estrada da Costa;
 n) Estrada da Boa Vista, desde o Logradouro Público até a Estrada da Costa;
 o) Estrada do Cascalho até o Cotovelo;
 p) Estrada da Galatéia (Lei municipal de Pelotas, nº 4.977, de 14 de outubro de 2003).

Seguida a trilha do Patrimônio Cultural de Pelotas, uma série de medidas foram implementadas, até o surgimento do III Plano Diretor Municipal (2008). Neste documento, os trabalhos de proteção do Patrimônio ganham uma orientação sobre arqueologia, estabelecendo as Áreas Especiais de Interesse Arqueológico (AEIARQ)¹².

A legislação municipal sobre o Patrimônio arqueológico de Pelotas, respaldada segundo a legislação nacional vigente, permite uma série de posturas. Elencaremos, aqui, algumas delas, que o atual plano diretor sugere em casos de AEIARQ.

A organização espacial do que se considera como Área Especial de Interesse Arqueológico - AEIARQ não exclui futuros sítios arqueológicos encontrados posteriormente de serem protegidos segundo seu valor de importância cultural para a cidade¹³, a partir do procedimento de laudo de órgão técnico autorizado. Fica orientado que a administração pública, em caso de planejamento urbano ou obras de engenharia, proceda junto ao IPHAN em informar e fiscalizar os potenciais espaços arqueológicos da cidade.

O órgão técnico responsável pelo trabalho de pesquisa (detecção, acompanhamento e salvaguarda) deverá ser encarregado de informar e responsabilizar-se sobre material arqueológico coletado. Será responsável, ainda, por informar, fiscalizar

11 Grifo nosso

12 Art. 80 - São definidos como Áreas Especiais de Interesse Arqueológico (AEIARQ) os espaços em que forem identificados sítios arqueológicos, dado um perímetro definido por profissionais de arqueologia, conforme mapa nº M-04 anexo à presente lei. LEI Nº 5.502, DE 11 DE SETEMBRO DE 2008.

13 Parágrafo único: Poderão ser acrescidas ao levantamento das AEIARQ as áreas futuramente identificadas e registradas conforme laudo de órgão técnico autorizado e reconhecido pelo IPHAN. LEI Nº 5.502, DE 11 DE SETEMBRO DE 2008.

e preservar os sítios arqueológicos da cidade¹⁴.

Desenvolver, também, trabalhos de educação patrimonial (artigo 84), nos quais as comunidades serão corresponsáveis da preservação e fiscalização dos bens arqueológicos. O artigo 85 descreve os procedimentos para a feitura de laudo técnico em perímetros de potencial arqueológico.

As orientações para procedimentos de trabalhos arqueológicos são assinaladas no artigo 86, especialmente aqueles destinados no caso de impactos ambientais e patrimoniais.

As disposições do patrimônio arqueológico, segundo o último plano diretor da cidade, são muito interessantes para pensar a situação desses bens, a efetividade das aplicações e apropriação comunitária de espaços arqueológicos. No capítulo III, retornaremos a essa discussão, aprofundando-a a partir da pesquisa arqueológica no Passo dos Negros.

Por ora, cabe ressaltar duas questões a propósito da legislação sobre patrimônio arqueológico e arqueologia da escravidão no Brasil e, especialmente, em Pelotas. Em primeiro lugar, ao contrário dos Estados Unidos, a arqueologia da escravidão, no Brasil, emerge largamente desatrelada dos movimentos sociais e, especialmente, das normativas do patrimônio arqueológico (FERREIRA; FUNARI, 2011). No caso brasileiro, portanto, a arqueologia da escravidão nasce no vácuo da legislação e não dialoga com os movimentos sociais.

No que se refere ao Plano III Diretor de Pelotas, note-se que, embora ele defina o Roteiro das Charqueadas e contemple o Passo dos Negros, o mesmo não tem incorporado as pesquisas arqueológicas recentes. Observe-se, a esse respeito, que, além das 14 charqueadas a servirem ao roteiro turístico de Pelotas, há diversas áreas de interesse arqueológico, reveladas pelo Projeto O Pampa Negro. É o que podemos averiguar nos anexos A e B (páginas 126 e 127) que são mapas de Distribuição Espacial das Charqueadas;

O que se pode perceber nesses mapas é que, além das charqueadas já estudadas, e que estão no Plano Diretor da cidade, há diversas áreas ainda a serem pesquisadas. Os poderes municipais de Pelotas, contudo, têm ignorado o potencial arqueológico do Roteiro das Charqueadas. Para tanto, é suficiente notar o crescimento imobiliário no Passo dos Negros, o qual pode ser verificado no anexo C: Foto da Vista aérea da região do Roteiro

14 Art. 82 - Cabe ao órgão técnico autorizado e reconhecido pelo IPHAN, informar sítios arqueológicos identificados no Município de Pelotas, bem como ficar responsável do material arqueológico coletado. LEI Nº 5.502, DE 11 DE SETEMBRO DE 2008.

das Charqueadas (página, 128) que mostra o avanço do condomínio Lagos de São Gonçalo na região. Vê-se, portanto, o quão as pesquisas arqueológicas precisam aproximar-se do Conselho Municipal de Cultura de Pelotas e incidir mais pontualmente nas definições do Plano Diretor. Precisam, também, dialogar mais com os movimentos civis da cidade, se quiser institucionalizar-se de forma consistente a arqueologia da escravidão como área de investigação. Voltaremos a essas discussões no capítulo III, antes, porém, vejamos como se deu, historicamente, a organização do sistema escravista no Sul do Brasil, especialmente na cidade de Pelotas.

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO ESCRAVOCRATA DO BRASIL MERIDIONAL: UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA.

2.1 Historiografia e escravidão no Rio Grande do Sul

A região meridional do Brasil, especificamente a Província de São Pedro (Rio Grande do Sul, 1821) e outras regiões brasileiras, foram representada pelas mais diversas fontes. Iconografia, registros escritos, entre outras formas de representação que constituíram o Sul do Brasil nos últimos duzentos anos. Artistas, aventureiros, botânicos, cientistas, comerciantes, clérigos, mercenários, militares e naturalistas representaram a paisagem, fauna e flora, aspectos geológicos, arquitetura, recursos hídricos, trânsito naval, hábitos domésticos, vida campeira, trabalho, formação do Estado, guerras, cismas, festas, transporte de mercadorias e, de forma geral, o modelo de colonização implantado na região e suas peculiaridades. Nessas fontes, quase sempre, ressalta-se a escravidão como importante motor da economia local.

Candau (2011), quando observa a formação de identidade e a forja de uma memória “comum”, ou dominante, nos aponta que o narrador carrega o poder de registrar traços do passado, e assim oferecer aos grupos a possibilidade de re-apropriação dos

traços transcritos com o fim de busca identitária. De forma que lugares, escritos, comemorações e monumentos possuem uma vocação para contribuir com a manutenção e transmissão da memória. Ou seja, objetos e lugares, os quais Candau conceitua como sócio-transmissores, apresentam propensão de guardar informações e vincular lembranças que os fazem conversores de um passado formalizado, capazes de limitar as possibilidades interpretativas e que, de certa maneira, são constitutivos de uma memória “educada”, institucionalizada, portanto, compartilhada (CANDAU, 2011, p.118).

A representação da formação sul-rio-grandense está comumente relacionada às reduções jesuítas, revolução Farroupilha ou imigrantes alemães, italianos, lagunenses, açorianos e castelhanos; em menor proporção, os europeus do leste e uma pequena parcela de nativos catequizados pelo projeto de cristianização da América espanhola. De forma que a imagética “tradicional” do Estado esteve por muito tempo, e perdurou até a segunda metade do século XX, uma formação majoritariamente constituída por brancos descendentes de europeus migrados para o Sul do Brasil. Júlio Roberto dos Santos (1991) afirma que:

“[...] a linha historiográfica tradicional conservadora, quer seja idealista, liberal ou positivista, a surpresa é estupefaciente, pois ficamos atônitos devido à construção idealizada do passado rio-grandense. Nele o Rio Grande de hoje é o resultado exclusivo do trabalho livre e a superioridade preponderante é da “raça” branca sobre as demais [...]” (SANTOS, 1991, p.113).

Esta perspectiva de contar a história formativa, a partir de um Estado embranquecido, trabalho e bravura do colonizador e imigrantes europeus, enquanto projeto de manutenção das memórias rio-grandenses, segregou a contribuição do trabalho dos homens, mulheres e crianças escravizados no Brasil meridional. Classifica os escravos como pouco dispostos ao trabalho e amante de festas, suscetível a embriaguez, indolência, entre outras práticas de depreciação de identidades como instrumento de manutenção da reprodução social vigente (SANTOS, 1991, p. 133).

Como afirma Candau (2011), “assim como a memória, a história pode recompor o passado a partir de pedaços escolhidos”. Pode transformar-se em um jogo, objeto de embates e servir de estratégias militantes quando apropriados por um grupo que busque reivindicar sua memória identitária e enaltecer as qualidades e seleção de traços de caráter que são julgados dignos pelo grupo e devem permanecer, portanto, minorando a seus possíveis defeitos (CANDAU, 2011, p.132). Ou, como assinala Ricoeur (2007), a memória é incorporada à identidade por meio da narrativa, de modo que a configuração da mesma contribui num modelar de identidades dos protagonistas da ação (RICOEUR,

2007, p.98).

Santos (1991), ao discorrer sobre uma lógica exercida pela historiografia tradicional de cunho conservador, assinala que ela representa os valores da elite opressora branca, eurocêntrica, cristã, ocidental, a qual apresenta o processo de escravização de africanos e afro-brasileiros a partir de um desenvolvimento pautado em relações brandas, amenas; e o escravizado como um ser dócil, porém, tal relacionamento é posto como mecanismo de dominação:

“[...] a intelectualidade empenhava-se em inculcar a idéia de que a escravidão rio-grandense se caracterizava pela relação paternal e benigna, devido ao fato de serem fraternais. Em verdade, esta versão é o mascaramento da realidade, pois aspecto fraternal pode apresentar-se quando muito como mecanismo de dominação, na medida em que não excluía as relações de produção escravista. Mascaramento da realidade, excluí-se o negro do processo histórico e privilegia-se o branco, identificado como classe senhorial opressora [...]” (SANTOS, 1991, p.135).

Maestri (2008) aponta os três pilares historiográficos formadores do imaginário gaúcho: *Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, de 1819; as *Memórias ecôno-mo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, de Antônio José Gonçalves Chaves, de 1822; e as *Notícias descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, do comerciante francês Nicolau Dreys, de 1839 (MAESTRI, 2008, p. 55, 56). A forja destas memórias escritas estabelecia um vínculo estreito com a perspectiva eurocêntrica, logo suas origens identitárias não congregaram o elemento escravo como parte da formação gaúcha; limitaram-no, quando muito, ao componente servil, para o desenvolvimento das bandas meridionais.

Maestri (2008) observa certo descompasso de inserção dos elementos componentes da sociedade gaúcha na historiografia de transição entre os séculos XIX e XX. Como por exemplo, a visão de Alcides Lima, em “*história Popular do Rio Grande do Sul* (1822)”, onde a formação da sociedade sul-rio-grandense está vinculada aos portugueses, paulistas, mineiros e imigrantes alemães, todos descritos por suas qualidades laborais:

“[...] A hierarquização epidérmica no mundo escravista colonial, que se assentou, sobretudo na exploração do africano e afro-descendente cativo, explica a origem, difusão e funcionalidade do racismo anti-negro. O racismo gerado pelo passado escravista e sua posterior recuperação pela ordem capitalista não explicam suficientemente o sentido e muito menos o processo de desconhecimento ou minimização pela cultura, memória e historiografia da contribuição do africano e do afro-descendente à construção do Sul. [...] As narrativas tradicionais das classes pastoris foram sistematizadas como historiografia, em uma época em que se consolidavam e refinavam as visões da determinação da sociedade pelo meio e pela raça [...]” (MAESTRI, 2011, p. 55).

Visões expostas por Joaquim Francisco de Assis Brasil (1822), em sua *História da República Rio-grandense*, são pautadas pelo determinismo racial e geográfico. O autor argumenta que indígenas e africanos tiveram pouca penetração no tecido social (MAESTRI, 2008, p. 65). João Cezimbra Jacques (1883), por exemplo, estabelece um trabalho de enaltecimento do nativo em congregação com o elemento colonizador. De orientação positivista, Jacques analisa que o escravizado “combinou” pouco ou quase nada com o branco explorador, em virtude da repugnância na aproximação dos sexos. Seus trabalhos estão relacionados à elevação idealizada dos nativos e suas miscigenações com os portugueses, cuja força originava-se da alimentação com base no gado. Dispõe alguns números demográficos, assinalando divisão de 364.526 homens livres e 66.519 escravizados para o período de 1880 (MAESTRI, 2008, p. 66, 68).

A abordagem sobre o escravo na ocupação meridional pode ser identificada, segundo Maestri, a partir do trabalho empreendido por Dante Laytano. O pesquisador desenvolveu sua temática na década de 1930, publicando os seguintes textos: “O africanismo no dialeto gaúcho”(1937); “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul” (1937); “Como viu Saint-Hilaire o Negro no Rio Grande do Sul” (1940); “Alguns Aspectos da História do Negro no RS”, capítulo do livro *Imagem da Terra* (1942). Alicerçado em dados demográficos, Laytano (1957) discorre sobre o vínculo cultural entre casas de cultos afro-brasileiros e cultos da cosmogonia sudanesa. Pesquisou, ainda, sobre as charqueadas, os negros nas batalhas da Farroupilha, incitando os primeiros passos capazes de sinalizar os caminhos das investigações sobre o negro na esteira da sociedade gaúcha (MAESTRI, 2008, p. 73,76).

As observações sociológicas das relações estabelecidas no Brasil meridional ganharam impulso em meados dos anos 1960, quando Fernando Henrique Cardoso, vinculado a Escola Paulista de Sociologia, desenvolveu sua investigação de doutoramento: *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962). Sua pesquisa discorre sobre a estruturação e posterior abolição do processo escravocrata na região sul do Brasil, a partir da dinâmica estabelecida pelas relações entre senhor e escravo.

Ao examinar a região meridional do Brasil, a partir da dinâmica estabelecida em um viés de observação polarizada (senhor e cativo) do contexto social, Cardoso (1962) discorre sobre a impossibilidade de implante do sistema capitalista, pelas limitações de expansão econômica do séc. XIX. Para Cardoso:

“[...] A situação específica da economia do charque no mercado internacional permite a discussão das possibilidades de desenvolvimento capitalista da sociedade escravista, mostrando como a escravidão foi, num primeiro momento, o recurso possível para a exploração mercantil numa região de terras abundantes e escassez de mão-de-obra, e, no momento seguinte, se transformou num obstáculo a generalização do sistema mercantil de produção capitalista. [...] a escravidão se tornou um obstáculo insuperável para o desenvolvimento capitalista e um sistema de produção destinado ao insucesso diante da concorrência capitalista [...]” (CARDOSO, 1962, p. 156, 177).

O trabalho desenvolvido por Cardoso (1962) inaugura uma sequência de pesquisas sobre a escravidão no Sul do Brasil, nos quais as abordagens da escravidão fariam do escravo o foco de análise, este deslocamento de perspectiva nas investigações esteve ligado ao contexto político e cultural, como veremos a seguir.

A segunda metade do século XX foi marcada por uma série de mudanças culturais e sociais de escala global, em especial nas décadas de 1960 e 1970. Para elencá-las de maneira geral, observamos como já discutido anteriormente, os movimentos estudantis e feministas na Europa, a luta dos negros norte-americanos por direitos civis, a guerra do Vietnã, as guerras por independência de países africanos, e os movimentos de guerrilhas em países da América Latina (ALBUQUERQUE & FILHO, 2006).

O Brasil amargava as ações repressivas da ditadura militar, que cassou os direitos políticos de parlamentares, banindo os partidos políticos e coibindo organizações camponesas, sindicais, estudantis, além de combater as organizações de esquerda (1967). O Brasil alterou seu processo político pela transição do regime militar para o democrático (1988). Nesta esteira, na década de 1980 nasceram partidos políticos (Partido dos trabalhadores, 1980) e sindicatos (Central Única dos Trabalhadores, 1983), além de um grande número de organizações sociais (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, P. 19).

Surge no país a necessidade de organizar os processos de institucionalização do patrimônio e suas revisões sobre as narrativas históricas acerca das representações dos grupos sociais (FONSECA, 2003). Estados criam legislações específicas sobre suas demandas, municípios observam em seus planos diretores a necessidade de assegurar espaços que são passíveis de reconstrução histórica, caracterizados como componentes da identidade social no tempo e no espaço. Grupos que se inseriam nas lutas sociais se organizavam de maneira legal (associações, câmaras municipais, grupo de pesquisadores com causas afins, institutos e fundações) para formarem legislações acerca do patrimônio que os representassem no cenário nacional (ALBUQUERQUE &

FILHO, 2006; FONSECA, 2003; FUNARI, 2008).

Um exemplo é a criação do Movimento Negro Unificado – (MNU) (1978) – e, dez anos mais tarde, a formação da Fundação Cultural Palmares, com o intuito de gerar materiais, produtos e discussões acerca da igualdade racial e preservar a cultura afro-brasileira.

Assim, é na esteira dessas transformações da sociedade brasileira que a historiografia da escravidão caminhará a partir de 1980. Ela passou a criticar radicalmente a exclusão de africanos e afro-descendentes nas representações da formação da sociedade brasileira. Não foi diferente na historiografia gaúcha sobre a escravidão. As aproximações históricas que caracterizam o negro no Rio Grande do Sul enquanto elemento presente e responsável pela formação de identidades na fundação da narrativa regional, e as abordagem do elemento servil enquanto sujeito.

A perspectiva dos homens e mulheres escravizadas podem ser consideradas a partir dos trabalhos de Mário Maestri (1980). O pesquisador instaura uma linha de pesquisa em pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica – (PUCRS). Maestri (1980) defende sua tese de doutoramento, a partir da ótica de que o escravo era membro fundamental na formação sul-rio-grandense. Sua pesquisa intitulada: *“O Escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho”* (1980) sublinha a presença categórica do escravo e suas táticas de ação social enquanto estratégia para encontrar subterfúgios na malha social escravocrata da região de Pelotas dos séculos XVIII e XIX.

Os estudos confeccionados na década de 1990 que se relacionam à historiografia em Pelotas estão ancorados em temas como: trabalho escravo nas charqueadas, contexto político, social e econômico do sistema escravista, memória de afro-descendentes, resistência e trabalho rural (Arriada 1997; Assumpção 1985; Caldeira 1992; Maestri, 1994 Ognibeni 2005; Piccolo 1997; Recondo 1995; Simão 1990; 1994). Outra abordagem da historiografia é sobre a resistência escrava em Pelotas, cuja principal temática versa sobre os quilombos (Maestri 1995; 1996; Motta 1985; Piccolo 1992; Marsico 1997). É possível contar ainda com estudos referentes à manipulação de venenos empregada por escravos, religiosidade, jogatina e carnaval (Al-Alam 2007; Maestri 1984; Mello 1994; Simão 2002; Silva, 2001).

Destacam-se nessa historiografia mais recente, ainda, os trabalhos de Ester Gutierrez. Tanto sua dissertação de mestrado, intitulada: *“Negros, Charqueadas &*

Olarias: um estudo sobre a evolução do núcleo charqueador pelotense (1780-1888)”, quanto sua pesquisa de doutorado: *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo e Pelotas (1777-1888)*, versam sobre o cotidiano do trabalho escravo nas charqueadas de Pelotas (GUTIERREZ, 2001; 2004).

Al-Alam (2008) em sua dissertação de mestrado “*A força negra da Princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*”, discorre sobre o sistema penal, prisional, corpo policial e execuções de “criminosos” na sociedade escravocrata de Pelotas (Al-Alam, 2008). Gabriel Santos Berute (2006), por sua vez, em seu trabalho intitulado: “*O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectivada proibição do tráfico atlântico de escravos (1826-1831)*”, analisa os despachos e passaportes de escravos emitidos, entre 1826 e 1831, pela polícia da corte do Rio de Janeiro para cativos que viriam para os portos de Porto Alegre e Rio Grande. O autor sugere que a demografia de escravos enviados para o sul do Brasil, a partir do porto carioca, foi em sua maioria de escravos novos, negros ladinos. Constata a intensidade do tráfico interno com destino à região meridional, em consequência da lei de 1831, que coibia tráfico transatlântico (BERUTE, 2006, p 3-4).

Tiago Leitão de Araújo (2008) investigou os aspectos relacionados entre liberdade e escravidão na região fronteiriça do sul. Em seu trabalho: “*Escravidão, Fronteira e Liberdade: Políticas de domínio, Trabalho e Luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, Província do Rio Grande De São Pedro, 1834-1884)*” (2008). Ele discorre sobre as táticas de domínio senhorial, como manutenção e reprodução das relações escravistas e estratégias de ação social dos escravos. Realiza também uma abordagem demográfica, observando os processos de aquisição da mão-de-obra escrava na primeira e segunda década do século XIX na região de Cruz Alta – (RS) (ARAÚJO, 2008).

Há, também, o trabalho de Bruno Pessi (2008). O autor analisa inventários post-mortem do período entre 1830 e 1857, analisando as fortunas de charqueadores, perfil demográfico (sexo e idade de cativos), especializações e preços na aquisição da mão-de-obra escrava. Seu objetivo é discutir o impacto direto que o fim da escravidão proporcionou na derrocada da “Princesa do Sul” (PESSI, 2008).

Estefânia Jakel (2012) vinculada ao Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LAMINA investiga uma série propriedades entre charquedas, estâncias e propriedades de charqueadores em seu trabalho chamado: “*Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas Pelotenses*”. Em sua pesquisa Jakel (2012)

desenvolve uma abordagem arqueológica sobre estruturas de remanescentes de Charqueadas do Século XIX, a fim de entender a dinâmica de funcionamento, inserção de escravos, suas formas de viver e agir no contexto charqueador. Suas análises são embasadas em investigação de fontes escritas, artefatos arqueológicos e formação de gráficos e mapas (Sistemas de informação Geográficos) a fim de conceber as estruturas como passíveis de leituras sobre a vida das pessoas escravizada e perfil demográfico.

Feita esta revisão historiográfica sobre a escravidão no sul do Brasil, vejamos, agora, como se deu a gênese e o processo produtivo das charqueadas Pelotense.

2.2 Gênese, processo produtivo e arquitetura da Charqueadas Pelotenses

A ocupação de terras de Pelotas está ligada ao Tratado de Santo Ildefonso (1777). Esse Tratado visou a dirimir os conflitos territoriais entre as coroas portuguesa e espanhola, favorecendo certa estabilidade política na região (GUTIERREZ, 2001). A política expansionista portuguesa objetivava dominar o Rio da Prata para se assenhorar da produção de couro e charque. Pretendia, também, arrebanhar o gado selvagem que se propagava na região das reduções jesuíticas (1635), ou aquele que era introduzido pelos conquistadores espanhóis no século XVIII (Maestri, 1984, p. 29).

Uma das estratégias da coroa portuguesa, para expansão do domínio colonial, foi a deliberação de cartas de Sesmarias na região meridional do Brasil. A coroa não tardou a confeccionar os documentos que legitimavam a posse e a produção nas terras da banda sul do continente de São Pedro. O processo de ocupação das bandas sulinas se deu nas décadas de 1730 e 1740. O objetivo da política de Sesmarias era viabilizar a ocupação e colonização das terras. As primeiras ocupações se deram por solicitações de tropeiros, a partir de 1723, exatamente na região que ligava o Rio da Prata e a Província de São Paulo. Os assentamentos foram ocupados gradualmente, o que deu sequência para uma série de sucessões e expansões de posse sobre a terra.

As divisões de terras no Continente de São Pedro (1779) se deram a partir da doação do rincão Monte Bonito ao tenente de dragões Manuel Carvalho de Souza. É importante ressaltar a divisão das “Sete Sesmarias”, porções de terra que originaram a cidade de Pelotas: Feitoria, Monte Bonito, Pelotas, Santa Bárbara, São Tomé, Santana e Pavão. Monte Bonito passou por sucessões e esteve sob a posse do Alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado (1781), limitando-se a norte pelo Rio Pelotas e a sul pelo

Arroio Santa Bárbara (GUTIERREZ, 2001, p.95). A pesquisadora Ester Gutierrez (2001) mapeou as primeiras ocupações de Pelotas, como observamos no anexo D, na página 129.

Posteriormente, as sobras de sesmarias da porção Monte Bonito foram divididas em terrenos contidos em áreas que mais tarde seriam instaladas as charqueadas (GUTIERREZ, 2001, p.99).

A historiografia sobre o charque na região sinaliza Pinto Martins como percussor da indústria charqueadora na região de Pelotas. De origem portuguesa, Pinto Martins é atribuído como iniciador da produção sistematizada de charque. Ele migrou para Pelotas devido às secas ocorridas no Ceará no século XVIII, além de ver nas grandes extensões de terras, as graúdas vacarias e o clima estável ótima oportunidade de continuar o trabalho com charque (MAESTRI, 1984, p.58, GUTIERREZ, 2001, p.119).

Maestri (1984) evidencia que a prática de charquear era corriqueira no sul do Brasil e na região do Rio da Prata:

[...] No Rio Grande do Sul, charqueava-se antes mesmo da fundação do presídio de Rio Grande. “Lembremos apenas que muito perto do Atlântico, junto ao Quintão, existe, desde longa data o sítio de ‘Charqueadas”, que já tinha esse nome, quando ali acampou Cristovão Pereira 1736 (um ano antes, portanto, da fundação oficial do Rio Grande do Sul), frente a um contingente de milicianos. [...] Temos notícia, por exemplo, que, já no início do século XVII, Buenos Aires explorava carne salgada “*La primera exportación de carnes desde el puerto de Buenos Aires tuvo lugar en el año 1603 y fue realizada en virtud de una Real Cédula del 20 de agosto de 1602 que había autorizado la extracción de quinientos quintales de cecina, dos mil fanegas de harina, quinientas arrobas de sebo para los puertos del Brasil, guinea y otras islas circunvecinas. La cecina consistía en carne cortada en tiras delgadas y angostas y secadas al sol con un poco sal [...] Charquear carne não era, portanto, nenhum mistério para o homem sulino do século XVII e XVIII [...]*” (MONTROYA, 1970, p. 12, *apud* MAESTRI, 1984, p. 55)

Maestri (1984) afirma que a fabricação de charque artesanal era rudimentar. Era exercida, provavelmente, pelos mesmos cortadores, os quais eram responsáveis por abater, cortar e salgar. Isso porque, o baixo índice de consumo e exportação da matéria-prima ainda não exigia instalações especializadas no processo de abate, corte e salga, ou seja, não exigia ainda níveis industriais de produção. (Maestri, 1984, p.560.)

A instauração da Sesmaria de Monte Bonito originou o que os cronistas do charque chamam de “Núcleo charqueador” ou saladeiril pelotense. A consequência dessa ocupação gerou mais tarde a cidade de Pelotas. A instalação de aproximadamente 40 indústrias charqueadoras possibilitou uma série de transformações na cidade. Mais adiante, nesse capítulo, veremos, nas atas da Câmara Municipal de Pelotas, como as definições legais de implementação de comércio, estrada, transporte, medições de terras,

entre outras benfeitorias, foram deliberadas para estruturar espacialmente o desenvolvimento produtivo da região.

Para Gutierrez (2001), a formação das charqueadas se deu a partir da segunda divisão de terras, nomeadas como sobras. Essas continham formato retangular; iniciavam-se na margem esquerda do canal São Gonçalo e cursavam a margem direita do Rio Pelotas, contemplando o chamado “cotovelo”, onde o canal toma orientação Leste-Oeste. Ainda segundo a autora, os limites naturais seriam o Canal São Gonçalo, os Arroios Pelotas e Santa Bárbara e a Serra dos Tapes. Essa posição geográfica favorecia os processos de exportação e importação de produtos e escravos, graça às ligações entre os cursos d’água de Pelotas e a Lagoa Mirim, no Uruguai, e, especialmente, com a Laguna dos Patos, a partir da qual se tinha acesso ao oceano atlântico e, portanto, ao mercado mundial. A proximidade espacial com o Rio da Prata e os Campos Neutrais, onde existia grande contingente de gado, garantia o suprimento de animais para a produção charqueadora (GUTIERREZ, 2001, p. 93). Como se pode observar no anexo E, na página 130, Mapa do Núcleo Saladeiril.

A instalação da cidade se deu a partir de uma série de negociações que envolvem a tática de domínio do espaço, segurança, salubridade e arranjos políticos.

O ano de 1812, quando a Vila de São Francisco de Paula elevou-se a Freguesia, marcou a tentativa de viabilização do traçado urbano para instalação do primeiro ajuntamento central. Uma proposta encabeçada por Manuel Soares, proprietário das terras localizadas na embocadura do Arroio Pelotas e margem norte do canal São Gonçalo, se deu a partir de um plano de alinhamento de seis quarteirões na área que corresponde ao Passo dos Negros. Em 1812 tal proposta para instalação do loteamento urbano foi reconhecida por Dom João VI. Porém, a falta de segurança, por estar muito próximo ao forte fluxo de escravos e trâmites políticos entre o vigário Felício Joaquim da Costa Ferreira e o Charqueador Antônio Francisco dos Anjos inviabilizou a instalação das fundações da cidade naquele espaço (GUTIERREZ, 2001). O que podemos observar a partir dessa disputa de terras é aquilo que Foucault (1987) nomeou como domínio da tática a partir da perspectiva de organização espacial. Segundo ele:

“[...] à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupções do trabalho, agitações e “cabalas”); de proteger os materiais e ferramentas e dominar as forças de trabalho [...]” (FOUCAULT, 1987, p.169).

A eleição de um espaço específico para instalação da cidade está ligada a uma lógica do espaço. Escolher outro local para instalar a cidade, também significou

marginalizar o Passo dos Negros, sob a alegação de falta de segurança, devido forte fluxo de escravos. A discussão sobre a implementação da cidade nessa região, conhecida como Passo dos Negros, será esmiuçada no capítulo 3.

O ajuste final para instalação da cidade se deu pela escolha de uma área mais elevada (proteção contra alagamentos em terreno de formação do Banhado), a centro-oeste dos canais. Mais tarde, em fevereiro de 1813, a cidade se estabeleceu no local onde hoje se encontra a igreja matriz (L -31.763745, L -52.338527), as construções da casa do Vigário Felício Pereira, e, posteriormente, a igreja. Esse acordo entre o pároco e o capitão-mor Antônio dos Anjos se deu por uma razão específica: Antônio dos Anjos só concordou em ceder as terras onde foram erigidas as estruturas da Igreja devido a possibilidade de abonar os terrenos que circundavam o templo, logo, tudo que nasceria nas cercanias da Igrejas deveriam ser negociadas nos terrenos do sr. Dos Anjos (GUTIERREZ, 2001).

Uma vez descrita a gênese da cidade de Pelotas e de seu núcleo charqueador, vejamos os processo de produção nas charqueadas.

2.3 Dinamismo e produção nas Charqueadas.

Como já assinalado por Maestri (1984), o charque não é invenção sul-riograndense, mas uma prática comum na região meridional das Américas. Essa prática recua a 1603 nos registros portuários de Buenos Aires e foi descrita por Charles Darwin (1832) em *“Viagem de um naturalista ao redor do mundo”* (2008). Em sua estada na cidade de Buenos Aires na Argentina, Darwin observa, com perplexidade, o feitio de captura e abate do gado no campo e o quão cruel era essa labuta:

“[...] O grande curral, onde os animais são mantidos para abate para fornecer comida a essa população (BUENOS AIRES) dependente de carne, é um dos melhores espetáculos. A força do cavalo, comparada à do boi, é impressionante; um homem montado, tendo atirado o laçonos chifres da besta, pode arrastá-la para qualquer lugar que escolher. O animal, lavrando a terra com as pernas espichadas, em um esforço vão para resistir à força, geralmente dispara a toda velocidade para um lado; mas o cavalo, virando imediatamente para receber o choque, fica tão firme que o boi é quase atirado ao chão, e é surpreendente que seus pescoços não quebrem. A luta, no entanto, não é justa em forças; a cilha do cavalo iguala o tamanho do pescoço espichado do boi. De uma forma similar, um homem pode segurar o cavalo mais selvagem, se pego com o laço bem atrás das orelhas. Quando o boi já foi arrastado para o ponto onde será abatido, o *matador*, com grande cuidado, corta-lhe os tendões. Então, o mugido de morte se faz ouvir; um som dotado da mais expressiva e violenta agonia. Com que já me deparei. Com frequência distingo este urro mesmo a uma longa distância, e sempre o recebo como um sinal de que a luta está chegando ao fim. Toda a cena é horrível e revoltante: o chão é quase feito de ossos, e os cavalos e os cavaleiros chafurdam no sangue. [...]” (Darwin, 2008, p.148-149)

Antes de Darwin espantar-se com essas cenas “campeiras”, contudo, outros já haviam relatado o abate de gado nas bandas do Rio da Prata. Foi o caso de um oficial da marinha espanhola, que, em 1751, mostrou que o abate do gado era bastante “rudimentar”. Maestri (1984) mencionou essa descrição do oficial, que nos diz:

[...] “las haciendas de Buenos Aires no dan el producto que parece debía corresponder a su extensiones y al multiplico de sus ganados, porque estos por su abundancia con dificultad se venden a precio ínfimo, y que es corta la saca de cueros que podría ser de la mayor utilidad [...] la principal utilidad que dejan las matanzas del ganado vacuno, es el cuero, sebo, grasa y lenguas, y es de ningún provecho lo más de sus carnes. Alguna poca que se quiere conservar, se convierte en charque o tasajo, esto es carne seca o salada. Se hace el charque cortando primero la carne en tiras del mayor ancho y más delgado que se puede, a modo de unos cordobanes. Se van poniendo algunas de éstas al lado de otras, sobre un gran cuero tendido en el suelo, hasta llenar todo su espacio y se lanza sobre ellas por igual un polvo de sal. Se dispone así una segunda cama que lleva la misma porción de él, y se prosigue de este modo con otras, haciendo una pila de la altura que si quiere y se cubre con otro cuero, poniéndole encima bastante peso. Se mantiene así algunas horas, hasta que toda la carne acaba de despedir la aguaza que va saliendo de su propio jugo y de la sal [...]” (MILLAU, 1947, apud MAESTRI, 1984, p. 34).

A instalação das charqueadas a nível industrial, em Pelotas, se deu a partir de uma observação minuciosa da viabilidade do transporte, ou seja, era preciso escoar a produção, receber e enviar mercadorias e escravos. Nada mais viável que a via marítima, para a inserção do produto nos mercados nacional e internacional. Daí a maior concentração das charqueadas no Arroio Pelotas. Sua proximidade com a Lagoa dos Patos permitia chegar-se rapidamente ao Oceano Atlântico. O sistema hídrico de Pelotas possibilitava, assim, que as charqueadas se ligassem ao resto do Brasil e ao mercado mundial, recebendo mercadorias diversas e, também, escravos. Saint-Hilaire (2002) observou essa localização privilegiada das charqueadas:

“[...] A região, que venho descrevendo, e que se estende entre o Rio Pelotas, o rio São Gonçalo e a Paróquia de São Francisco de Paula, pertence a charqueadores, e as casas das quais já falei são as suas habitações. Não podiam escolher local mais favorável, pois aí recebem, sem nenhuma dificuldade, os animais criados nas gordas pastagens situadas ao sul do Jacuí e, em seguida, embarcam a carne seca e os couros através do Rio Pelotas e São Gonçalo [...]” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.81)

A demanda da produção em tempos de safras no processo de salga nas charqueadas correspondia a datas específicas do ano. Exigia-se um clima quente e seco, que propiciasse a secagem das mantas de carne. Para tanto, os produtores processavam o charque entre os meses de novembro e maio (GUTIERREZ, 2001; MAESTRI, 1984).

As primeiras charqueadas eram bastante artesanais. Segundo Maestri (1984), o feitiço do charque no século XVIII, por se tratar de um procedimento ainda não altamente

industrializado, se dava de maneira relativamente “tosca”. Ainda de acordo com Maestri – quem, nessa linha, segue à risca os enunciados de Fernando Henrique Cardoso –, a baixa taxa de consumo e exportação não exigiu a devida sistematização do processo produtivo. Assim, os responsáveis em abater o animal também eram encarregados de cortar e salgar a carne. As estruturas físicas do abate, chamados localmente de galpão, tinham formatos de palhoças ou telheiro. O animal era abatido diretamente no solo e seu transporte feito por animais de carga (MACHADO, 1947, p. 131, *apud* MAESTRI, 1984).

Por sua vez, as charqueadas organizadas nos moldes das indústrias modernas, atadas ao mercado internacional, exigiam a especialização da mão-de-obra escrava. Havia nelas uma lógica do abate. Pessi (2008) apresenta um quadro significativo da mão-de-obra especializada nas lidas nas charqueadas e ofícios relacionados com a economia escravocrata no período entre 1846 e 1850. Segundo ele, havia as seguintes especializações: boleiros, calafates, campeiros, carneadores, carroceiros, cavouqueiros, curtidores, ferreiros, marinheiros, oleiros e serventes. O autor ainda pondera que escravos especializados, por exemplo, em olaria, não trabalhavam em suas funções somente no período da entressafra, mas, também, na lida de fabricação de charque (PESSI, 2008, p. 53-54).

Aprendiz	Cozinheiro	Padeiro
Alfaiate	Corroeiro	Peixeiro
Barbeiro	Costureira	Pedreiros
Boleiro	Descarneador	Roceiro
Campeiro	Engomador	Sapateiro
Carreteiro	Ferreiro	Salgador
Carroceiro	Graxeiro	Sebeiro
Carneador	Lustrador	Servente
Carpinteiro	Lavadeiro	Serrador
Chimango	Marinheiro	Tripeiro
Charqueador	Mucama	Tanoeiro

Tabela Profissões dos escravos nas charqueadas. In PESSI, 2008, p. 53-54

Após essa breve apresentação das especialidades dos modelos de mão-de-obra exercida nas charqueadas, passemos, agora, à descrição do processo produtivo das charqueadas segundo a ótica do comerciante Nicolau Dreys¹⁵. Ele descreve, com

¹⁵ Comerciante de origem francesa. Instalou-se no Rio de Janeiro em 1817. Nesse mesmo ano, viajou com

espanto, a rapidez com que marcha a prosperidade e se desenvolve o novo mundo. Diz ser difícil mensurar o luxo e riqueza que havia em Pelotas (DREYS, 1990, p.81)

Na segunda parte de seu trabalho, o comerciante observa as características da indústria, comércio e navegação. Nota que as fortunas da província emanam das duas principais atividades: estâncias de criação de gado e charqueadas. Repara, ainda, as diferenças nos processos produtivos das charqueadas:

[...] “o modo de matar o gado, primeira operação da charqueada, deve naturalmente influir sobre o asseio do estabelecimento, e infelizmente esse modo não é uniforme em todas as partes, nem igualmente aperfeiçoado; diferente segundo as províncias, e até em certos lugares, segundo as charqueadas; na campanha de Montevideu, e mesmo nas charqueadas limítrofes na província de Rio Grande, os peões montam a cavalo; um deles estimula o animal recolhido num curral aberto agitando ante seus olhos o poncho colorado, e quando o novilho exasperado lança-se afinal sobre o agressor e entra a persegui-lo, outro peão, armado de uma lança cumprida, cujo ferro tem formato em meia lua, corre atrás do boi e corta-lhe o jarrete, abandonando-o para ir atrás de outro boi preliminarmente excitado pelos mesmos meios; entretanto, um camarada ou um negro escravo toma conta do animal caído, e sangra-o: esse método não é sem perigo, mas por isso mesmo agrada os hábitos aventureiros dos Gaúchos [...]” (DREYS, 1990, p97).

Essa descrição de Dreys (1990) pode ser contraposta à ilustração do artista francês Jean Baptiste Debret (1989), presente no anexo G. da página 132. Afim visualizar algumas tipologias de artefatos, como a lança em forma de meia lua. Outra descrição de Dreys informa um método de abate semelhante ao anterior, mas que se valia de outras tipologias de artefatos:

[...] “Em outras charqueadas do Rio Grande, um peão a cavaleiro laça um novilho no curral; se o boi laçado corre sobre o cavaleiro, este corre adiante e sai com ele para o campo aberto; se o boi resiste, o peão o arrasta, e em todos os casos chega um instante em que o boi faz força sobre o laço para se livrar; este instante é aproveitado por outro peão que lhe corta com uma faca a articulação das pernas. Caindo, desembaraçam-lhe a cabeça do laço que a segurava e acabam de matá-lo” [...] (DREYS, 1990, p.97).

Dreys pontua que os proprietários das charqueadas, como homens esclarecidos, não tardariam a instalar processos produtivos em moldes industriais, os quais pormenorizariam o feitiço do charque e trariam uma economia significativa no dispêndio de energia; eles dinamizariam, ainda, a linha de captura, sangramento, corte, salga, secagem, embalagem e aproveitamento dos subprodutos (osso, tripas, crinas, couro, gordura, sebo, miúdos, entre outros derivados). Assim é que o autor assinala o método empregado nas charqueadas mais modernas:

destino a Buenos Aires, passando pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul Suas observações, publicadas originalmente em 1839 (“*notícia descritiva da Província do Rio Grande do SUL, 1781-1784*”), abarcam topografia, mineração, zoologia, geografia, história natural, meteorologia, distribuição espacial das ocupações e uma série de outras abordagens sobre a vida social no Rio Grande do Sul.

[...] “hoje em dia, nas charqueadas mais bem organizadas, matam-se os bois por um método mais expedito, mais seguro e menos cruel. O gado fechado no curral é impelido na direção de dois corredores separados um do outro por uma espécie de esplanada levantada a sete ou oito palmos do solo; um peão, de pé em cima dele, lança no boi nesses corredores o que parece um laço, cuja a extremidade está atada, fora do recinto, num cabrestante posto em movimento por uma roda de *ferralho* (trinquera) manejada por dois negros; quando o boi, puxado pelo laço, chegou a encontrar-se com a cerca contra a qual a cabeça se acha comprimida, uma pessoa (originalmente um capataz) que espera exteriormente, introduz-lhe a ponta da fana nas primeiras clavículas, donde resulta ficar o boi espontaneamente privado de movimento; nesse estado, um guindaste rodando sobre seu eixo, eleva o animal asfixiado para fora do curral por cima do cercado, e o transporta para debaixo de um telheiro, sobre um lajedo disposto em segmento de esfera, onde se sangra e que graças a disposição bem entendida do lugar, a operação não deixa depois vestígio nenhum” [...] (DREYS, 1990, p 98).

Mais uma vez, pode-se fazer o contraponto entre a descrição de Dreys e as pinturas de Debret, a qual representa o curral, o cercado, o telheiro, o lajedo, em suma, todo o processo produtivo das charqueadas modernas. Anexo H, página 133.

A informação de Dreys e a pintura de Debret mostram a alteração funcional que as charqueadas instituíram ao instalar o mecanismo de direcionamento, abate e transporte sistemático do gado. Esta tecnologia de abate, segundo Dreys (1990), possibilitava a produção de 1.800.000 arrobas de charque (58.756 a 73.445 quilos), o que equivale a 26.400 toneladas. O autor continua a narrar o desenrolar do processo, quando descreve as práticas que se davam após o abate:

“[...] Retalhado o boi, levam-se as *mantas* (assim se chamam as partes musculares) para o *saladeiro*, e não há nada mais fresco e menos enojoso (*sic*) que um *saladeiro*: vasto alpendre guarnecido de todos os lados, até mesmo no chão, de folhas de butiá que escondem o hediondo da morte debaixo de um véu de verdura, e que não revelam ao olfato nenhum átomo de mefitismo (*sic*). Depois de salgada, a carne empilha-se ali mesmo para se lhe extrair a umidade, a qual corre com o sal derretido e supérfluo num reservatório interior onde se lançam subsequente as costelas, as línguas, e outras partes que se quer conservar na salmoura. [...] Esgotada que seja, a carne é levada do *saladeiro* para os varais, assim se denomina uma grande extensão de terreno plantado de espeques arruados, de 4 a 5 planos de altura, atravessados por varas cumpridas em que se sustentam as mantas para secarem-se pela ação do sol e dos ventos; quando se receia alguma chuva repentina, o toque de uma campainha chama, para os varais, todos os negros da charqueada, e coisa curiosa é ver como num instante a carne amontoada por porções nos mesmos varais, se acha escondida debaixo de couros que não permitem o menor acesso às águas do céu. Estando a carne perfeitamente seca, é disposta em forma de grandes cubos oblongos, assentados num chão artificial, levantado de três a quatro palmos, para dar passagem ao ar; neste estado, cobrem-na ainda de couros para esperar o embarque [...]” (DREYS, 1990, p 98-99).

Segundo Maestri (1984), Louis Couty, em sua obra *Le mate etlès conserves de viande. Rapport à S.E Le ministre de L'Agriculture et Du Commerce sur la mission dans lês provinces du Paraná, Rio Grande et les Etats du Sur, par le Docteur Louis Couty* (1880), oferece outros pormenores do trabalho nas charqueadas. Vejamos alguns deles:

“[...] A “Cancha” era o coração da charqueada, nela atuavam os mais destros trabalhadores. Trata-se de um piso retangular de cimento alisado, não maior que um salão de uns 30 metros quadrados; era levemente inclinado e contornado por pequenas canaletas. Todo conjunto era protegido por um galpão aberto e coberto de telhas. Os trilhos das zorras que passavam ao lado da cancha ou a cortavam pelo meio possibilitavam que os animais, retirados do veículo por dois homens ou pelo laço de um cavaleiro, caíssem diretamente sobre as mãos dos ‘charqueadores’. [...] Na cancha, o animal, que começa a ser trabalhado pela cabeça, perde imediatamente seu couro. É nesse momento que o charqueador poderá sangrá-lo com um golpe no coração. Toda operação dura alguns minutos. Passa-se a divisão do animal em diversos pedaços. Os quatro membros são retirados e suspensos, em um galpão vizinho, sobre as “tendidas”, as “mantas”, os “lombos”, as “costeletas” e os “pescoços” são, também separados. [...] A “manta” e os membros são levados para um galpão adjacente; a cabeça, as vísceras, o tronco, etc. são retirados, rapidamente, para fora da cancha. Em minutos o animal está em pedaços e recomeça-se a operação sobre outro. É nesse momento que se subdividem as operações. No galpão, as carnes dos membros são separadas dos ossos e divididas em dois pedaços. Junto com outras, servirão de matéria-prima para o “charque”. Os ossos, a cabeça, as vísceras, o espinhaço, etc. serão utilizados na produção de cinzas, graxas, sebos, etc [...]” (COUTY, 1880 *apud* MAESTRI, 1983, p. 66-67).

As descrições de Couty (1880) nos dão mais sinais pormenorizados do processo produtivo nas charqueadas: como o animal era decomposto e quais partes eram interessantes para os diversos produtos fabricados pelos charqueadores. Informam, ainda, sobre as especializações do trabalho escravo, habilidades características que funcionavam como numa linha de produção. Além das especificidades do processo produtivo do charque, é preciso observar as características arquitetônicas das charqueadas, seus modelos de habitação e espaços funcionais. Esse tema só recentemente passou a ser estudado, no âmbito de nosso. Uma fonte preciosa para esses estudos são os inventários. Eles são documentos relativos às propriedades e bens do patrimônio econômico de senhores e senhoras de escravos nos séculos XVIII e XIX. Como observamos no trecho a seguir:

“Um terreno que abrange a propriedade de casas térreas e em que existiu o estabelecimento de charqueada que pertenceu ao casal de duzentas e trinta braças de frente ao norte pelo arroio de Pelotas contadas do lugar aonde o dito arroio faz barra e trezentas e cinquenta e três braças de fundos ao sul que correm pela margem do rio São Gonçalo até encontrar um valo. [...] Uma propriedade de casas térreas com seis portas de frente edificadas no terreno acima referido; [...] A casa no mesmo existente com senzala e cozinha” (Inv. De Manoel Soares da Silva. A, 318. M, 22. E, 25 (06). *APERS*: 1º Cartório de Órfãos e Provedoriade Pelotas, 1850).

Esses documentos, por exemplo, definem duas tipologias de senzalas: as que se situavam como anexo subterrâneo da casa principal (sede); as que eram construídas na forma de galpão, utilizadas como lugar de moradia dos escravos que trabalhavam diretamente na linha de produção nas charqueadas nos períodos de safra.

Ognibeni (2005) aponta que os chamados trabalhadores comuns viviam num

galpão próximo à área produtiva. Os galpões integravam o conjunto de construções das charqueadas, formado, ainda, pela sede e as senzalas. O autor não deixa de ponderar que há a possibilidade de existirem habitações direcionadas aos cativos, que foram construídas espacialmente independentes da associação com a linha de produção. Estas, por sua vez, poderiam ser confeccionadas das mais distintas formas construtivas; galpão de tijolos e cobertos em telhas ou paredes de taipa com telhado coberto por capim (OGNIBENI, 2005, p. 71-76).

A pintura de Debret (figura 1) suscita construções que podem ser senzalas de taipa. Na imagem, elas se localizam à esquerda, às margens do Arroio Pelotas. De outro lado, a charqueada Santa Bárbara, que pertenceu a Ferreira Viana e cujo auge produtivo se situa entre 1854 e 1871, mostra tal disposição espacial formada por sede principal, galpão e espaço produtivo. É o que podemos observar no Mapa 5. Charqueada Santa Bárbara, Anexo H, pág. 133, resultado das escavações realizadas, desde 2011, pela equipe do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA/ICH/UFPel), no âmbito do projeto o Pampa Negro.

Vistas as especificidades do processo produtivo nas charqueadas e algo sobre a arquitetura das mesmas, passemos à discussão da demografia e trânsito de escravos em Pelotas e região.

2.4 Demografia e diáspora regional de escravos em Pelotas e Região.

As abordagens historiográficas que discorrem sobre a origem demográfica dos trabalhadores escravizados nas charqueadas e, de forma geral, sobre o trabalho escravo na região sul, são recentes. De todo modo, elas já sinalizam interpretações bem fundamentadas sobre o perfil dos escravos e algumas características sobre o tráfico e trânsito regional dos mesmos. Para analisarmos essa questão, utilizamos essa historiografia (MAESTRI, 1984, ASSUMPÇÃO, 1991, GUTIERREZ, 2001, PESSI, 2008, BERUTE, 2009, ROSA, 2012), além das narrativas de viajantes e as informações disponíveis no sítio: “www.slavevoyagetrade.org”¹⁶. É importante ressaltar que a origem de escravos na América é bastante complexa. É preciso levar em consideração a teia intrincada de relações espaciais e temporais do tráfico de escravos. Transições territoriais

¹⁶ Este é um banco de dados, composto por informações sobre mais de 35 mil viagens do tráfico transatlântico de escravos. Possui informações gerais sobre os mais de 12 milhões de africanos que aportaram na América entre 1514 e 1866 <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>

em ambos continentes, migrações voluntárias e ou forçadas intra-regionais de cada grupo, o emaranhado de troncos linguísticos de grupos que sofreram processos de diáspora, conflitos que geram e geraram apropriação de território, expansão religiosa de cunho Islâmico, entre uma série de outras minúcias que perpassam uma descrição aprofundada a respeito a origem dos grupos que aqui estiveram e contribuíram na formação social do Brasil (MAESTRI, 1984, p. 95-100).

A massa de trabalhadores escravizados que desembarcou no Brasil em todo período de servidão foi descrita pela burocracia colonial de forma pouco detalhada. As informações atrelavam-se às alfândegas, que informavam, de maneira geral, o sexo, quantidade, descrição física, proprietário (intermediário/traficante), origem e destino dos escravos. As observações étnicas são truncadas, tendo em vista que suas origens, geralmente, estão ligadas aos portos em que foram embarcados os escravos.

As abordagens de historiadores que trabalharam essa temática revelam-nos uma série de tabulações, frutos de levantamentos a partir de inventários *post-mortem*, dados alfandegários dos portos regionais e nacionais e destacam os principais grupos que aqui estiveram no trabalho escravo.

Maestri (1984) observou documentos, referentes a 1802 e 1803, sobre o tráfico de escravos que chegaram ao Sul do Brasil, a partir do porto do Rio de Janeiro. Eis a representação gráfica do argumento de Maestri (1984):

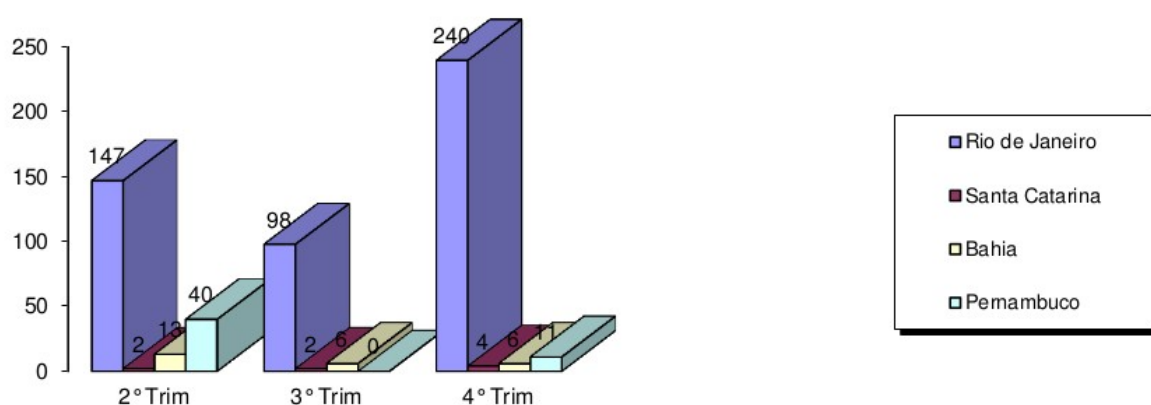


Gráfico 01. Entrada de escravos no porto de Rio Grande em 1802. Fonte: MAESTRI, (1894, p.97-98).

Maestri aponta, ainda, a origem dos cativos que vieram para o Sul do Brasil segundo as macrorregiões africanas. Tais seriam elas: Angola, Benguela, Congo, Cabungá, Mina, Monjolo, Mohumbe, Quissamba, Rebolo, Cassange, Messambe, Songo, Ganguela e Amabaca (MAESTRI, 1984, p.103). Assumpção adiciona, com base em suas

pesquisas nos 1º e 2º Cartórios de órfãos de Pelotas, outras macrorregiões: Moçambique, Minas, Nagô, Cabinada e Mina (ASSUMPÇÃO, 1991, p. 123-124). Por sua vez, Faustino (1991) argumenta que os trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul eram fruto do tráfico interprovincial, em sua maioria de Pernambuco e Rio de Janeiro, esses, que por seu turno, provinham do tronco linguístico Banto, o qual engloba as regiões de Angola, Benguela e Congo, localização regional que, com o rearranjo geopolítico dos processos de independência dos países africanos, deram lugar aos republicas federativas de Angola e Zaire (FAUSTINO, 1991, p. 100).

Berute (2006), numa perspectiva ditada pela demografia histórica, pontuou uma série de dados sobre as origens, sexo e idade dos escravos, num período relativo entre 1788 e 1802. Seus cálculos sobre a origem dos escravos nos dão um total de 88% de Africanos e 12% de crioulos. Deve-se ponderar, contudo, a relatividade da amostragem feita pelo autor, quem ressalva a impossibilidade de analisar as origens de 3% dos 3.294 desembarcados na capitania de Rio Grande durante o período acima mencionado. Já no trânsito de 1809-1824, o número de escravos vindos da África elevou-se para 95% num total de 1.978 indivíduos (BERUTE, 2006, p. 50-51).

Bruno Pessi (2008) analisa as guias de passaportes de escravos relativas a 1788-1809, e constata que a média de origem assim se distribui: 12% de crioulos; 75% de africanos novos¹⁷; e 25% de ladinos.¹⁸ Para os registros de 1809-1825, num um total de 6.984 cativos que deram entrada nas bandas do Rio Grande do Sul, a margem varia entre 95% (6.635) de africanos e 5% (349) de crioulos. Nesta contagem, temos um total de 5.375 africanos novos, correspondendo a 81%, e 1260 cativos ladinos, quantidade que se refere a 19% de escravos conhecedores de língua portuguesa (PESSI, 2008, p. 3). O autor constata que, após a Lei Eusébio de Queiroz (1850), com a proibição formal do tráfico internacional, a taxa de africanos desembarcados no Rio Grande do Sul baixou para 20% (PESSI, 2008, p. 38).

Os números relativos ao gênero da mão-de-obra são relativizados de acordo com as fontes e datas compulsadas pelos pesquisadores. Gutierrez (2001; 2003) afirma que as mulheres compunham, em média, 13% da mão-de-obra escrava total de cada charqueada, o que equivaleria a, mais ou menos, 7 trabalhadoras. Essas mulheres seriam especializadas em profissões domésticas (costureira/mucama). Essa informação pode ser comparada com as representações do pintor e desenhista francês Jean Baptiste Debret,

17 Escravos novos é a nomenclatura corrente para designar cativos recém chegados de origem em África.

18 Ladinos é o termo para empregar escravos que dominavam a língua portuguesa.

quem esteve em Pelotas em meados de 1835. Em sua passagem pela cidade observou mulheres trabalhando na linha de produção nas charqueadas com funções especializadas. Ele o mostra da seguinte forma:

[...] “Passando pelo barracão das caldeiras, vimos, pela primeira vez, negras ocupadas no trabalho de charqueada. Do outro lado, e um pouco para trás, mostraram-nos outra espécie de gordura de qualidade infinitamente superior produzida pela medula e pelo miolo fervidos e que se escorre ainda líquida dentro de bexigas de boi; esse trabalho minucioso era confiado especialmente às negras. Assim desaparecem em um dia os restos do boi cujo crânio unicamente, conservado com seus chifres e no dia seguinte engenhosamente entrelaçado a milhares de crânios semelhantes, serve para a construção da cerca da charqueada brasileira” [...] (Debret 1835 *apud* MAGALHÃES).

As crianças se apresentam na documentação de forma bastante limitada. Foram encontradas em 5 fábricas e, mais especialmente, na propriedade do Comendador Boaventura Rodrigues Barcellos, totalizando com 8% entre de 127 escravos, ou seja, sete crianças (GURIERREZ, 2007).

Outra informação interessante sobre crianças está em Saint-Hilaire (2002), quando discorre sobre um possível “humanismo” por parte do célebre charqueador Gonçalves Chaves no tratamento com seus escravos. Ele descreve a seguinte situação:

[...] “Há sempre na sala um pequeno negro, de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é freqüentemente maltratado pelos filhos do patrão. A noite chega-lhe o sono, e quando não há ninguém na sala cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é freqüente em outras” [...] (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 86-87).

A informação de Saint-Hilaire pode ser contrastada com as pinturas de Rudolf Herrmann Wendroth¹⁹ (1852) na figura 3, anexo I, pág. 134.

Assumpção (1991) aponta uma faixa de 82,6% de homens e 17,4% para mulheres. O que nos remete a um número significativo da preponderância em mão-de-obra masculina. De fato o autor observa que a presença de crianças é muito limitada, tendo em vista a pouca ou nenhuma vontade dos charqueadores em consentir a formação de grupos familiares, e os péssimos cuidados empregados a elas depois que nascem (Assumpção, 1991, p. 122).

Pessi (2008), ao discorrer sobre o número de crianças, se apoia nos dados compilados pelo historiador Euzébio Assumpção (1995), chegando a quantias que

19 WENDROTH Chegou ao Brasil em 1851 para atuar como mercenário da Guerra contra as Rosas (1852) na região meridional do império. Em sua estada na cidade de Pelotas, envolveu-se em constantes bebedeiras ao lado de seu companheiro Koseritz Deutscher Volkskalender chegando a serem presos. Desenvolveu importantes trabalhos de ilustração da vida diária cotidiana, passando pelas cidades de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Lavras do Sul e Rio Pardo (SOUZA, 1979).

perfazem o total de 6,62% (132) para crianças no período entre 1780 e 1888. Para o pesquisador, a média de idade produtiva dos trabalhadores variava entre os 15 e 50 anos, o que pode explicar a baixa taxa de crianças e idosos nos registros (Assumpção, 1995, p. 44, 150, 153, 155 *apud* Pessi, 2008, p.31).

Os pesquisadores aqui apresentados tratam de números muito interessantes no que diz respeito ao universo charqueador e o trânsito de escravos na esfera regional interna em domínios portugueses. Porém, como vimos antes, o processo de abate do gado por mão-de-obra escrava não foi exclusivo nos domínios portugueses.

Em 2013 tive a oportunidade de pesquisar documentação sobre a escravidão no *Archivo General de La Nación* em Buenos Aires, Argentina, graças ao projeto: Processos de Ativação e Políticas de Representação do Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina, financiado pela CAPES e coordenado pelo professor doutor Lúcio Menezes Ferreira desde 2009. No período de três meses que estive na cidade, dediquei meu tempo em pesquisar duas instituições, o *Archivo General de La Nación*, como já foi citado, e o *Instituto Nacional de Datos y Censo – (INDEC)*, nesta segunda instituição compilei dados sobre as transações comerciais daquele país na segunda metade do século XIX, visto que a Argentina também foi produtora de charque.

Na pesquisa observei dados úteis para entender parte do processo de diáspora de escravos numa perspectiva regional. Isto é, a porção de fronteira entre a região de nosso sítio e os domínios da coroa espanhola.

Os documentos pesquisados tratam de diversos aspectos da vida escrava na capital bonaerense. Entre eles observamos contratos de compra e vendas de escravos, certificado de troca de escravos, somatório de gastos com escravaria, recibo de importação de escravos, registros de escravos que se apresentavam ao exército como voluntários e pedidos para introdução de escravos de outros domínios na região de Buenos Aires. Todos são de grande importância. Para este trabalho, resolvi trazer dois deles de grande valia para contribuição na pesquisa da diáspora africana interna no cone sul do continente americano, aqueles que se referem a pedidos de introdução de escravos em Buenos Aires que partem dos domínios portugueses.

O primeiro se relaciona ao pedido encaminhado por Dom Domingo Belgrano Perez para introduzir escravos de domínios portugueses na província de Buenos Aires em 13 de dezembro de 1784. Belgrano informa o seguinte:

[...] S.or, Gov.or Intendente. “Dom Domingo Belgrano Perez, desmo y el comercio de esclavitud, ante VS con mima. Respeto, o que en virtud del correspond. te. Permisso del antecedeo de VS. dirigí al Rio Eneiro un depend te mío nombrado, gn.

Francisco de la Peña Fernandes, con destino a comprar una porción de negros para el servicio en esta provincia y demás interiores; a cuyo efecto semi concedido la extracción de unos cueros, lanas de bicuna [...]de modo, que me vi en la necesidad de haber diligencias para conseguir os llevaran desde el Eneiro al Rio Grande, con las mismas de hacerlos venir por tierra precediendo al representado a VS. como lo hago, afin de que se digne concederme la correspondiente licencia, mediante la que no se ponga embarazos algunos en la conducción desde Rio Grande a Montevideo, en cuya R. Aduana presentaré el numero de los que sean y satisfaré el Real Orô establecido para cada un de los negros: En esclavitud. A VS. pido y suplico se sirva concederme la licencia que llebo pedida en que recibirme. Buenos Aires y Diciembre 13 de 1784" [...] (Archivo General de La Nacion, Buenos Aires. DOMINGO BELGRANO PEREZ, 1784. Sala IX 33-02-05, hacienda: legajo 26).

Estes trechos nos trazem informações até agora não contempladas pela historiografia sobre escravidão no sul do Brasil. Dom Domingos, um possível negociador de escravos, pede solicitude ao intendente de Buenos Aires para dirigir ao Rio de Janeiro um de seus dependentes (Francisco de La Peña Fernandes) a fim de comprar uma porção de negros (escravos) com destino à Província de Buenos Aires e interiores. A documentação ressalta o cuidado (diligência) em transportar os escravos do Rio de Janeiro a Rio Grande com destino a Montevideo, para que por água cheguem a Buenos Aires. O que nos mostra que os escravos já estavam a caminho, e necessitavam da tal licença para penetrar a província Bonaerense, carecendo assim de custos sobre cada escravo que chegava e documentação de permissão. As diligências são cuidados relacionados ao tipo de transporte e mercadoria (escravos) que seguiam rumo ao sul, por seu alto valor. Se pensarmos as distâncias que tal “mercadoria” corria por terra e água, entenderemos o cuidado em de pronto agilizar toda “burocracia” na entrada dos domínios espanhóis.

A documentação apresenta outro registro da mesma espécie e período com um número relevante de escravos para introdução em Buenos Aires:

[...] “Exmo Señor = mui señor mio.mucho he sentido no haberme hallado en disposición de contestar el superior oficio de V.S. de doce del presente antes de la salida del correo de Montevideo, cuyo poco [ilegível] de modo alguno margen à verificado por escrito, en la necesidad de instruir la atención de V.S. de los antecedentes y motivos de que ha procedidos la licencia para introducción de los esclavos que menciona la copia de carta de del gobernador de Montevideo que V.S. me acompaña, dada por esta superintendencia a Dom Domingos Perez de este comercio como apoderado ò encargado de la negociación de esta especie permitida por S.M. Dom Bruno Francisco Pereira del de Lima.=mete lugeto se le confirió R. permiso de poder introducir por este Puerto de Buenos Aires ochocientos negros de los dominios de Portugal [...] Partió Pereira para el janyero con um dependiente Francisco de La Peña Fernandes a verificar a su proyecto, de mando su poder en esta Capital à Domingos Belgrano Perez, quien se presentó al nombre del dicho ami antecesor diciendo, que habiendo llegado a janyero y no habiendo podido verificar allí su compra por haber impelió aquel señor la extracción de esclavos para esta provincia, se havia partido p.a dejado en dicha ciudad catorce mil pesos de los diez e siete mil extraídos y embiado a su

dependiente Penã aquí para que habilitado con seis mil masbolviere à el Brasil y se condujere à la Bahia de todos los santos, donde debería principiar sus negociaciones en cuya virtud pedio se le concediere extraer una nueva cantidad, bien por mar en qualquiera de las embarcaciones de Portugal que hubiese en Montevideo, bien por que venga al Rio Grande para facilitar de un modo ò otro con la posible brevedad su transporte" [...] (Archivo General de La Nacion, Buenos Aires. JUAN ANDRÉS 1785. Sala IX 33-02-05, hacienda: legajo 26.).

Este segundo documento traz informações específicas quanto ao número de escravo, a transação dos compradores espanhóis situa intenção de negociarem a aquisição de oitocentos escravos no porto do Rio de Janeiro. Porém, a descrição nos leva a crer que houve insucesso da compra nesta cidade. Pois, voltam os negociantes a Buenos Aires para então, portarem mais uma quantia de seis mil pesos e seguirem rumo a Bahia de todos os Santos para ali empreender novo negócio na compra de escravos (isto pode caracterizar as incertezas que rondavam este negócio). Outro fato importante é a negociação para que alguma embarcação de bandeira portuguesa que estivesse em Montevideo seguisse para Rio Grande a fim de facilitar o transporte dos escravos a Buenos Aires. Note-se que existe o desejo de viabilizar o transporte dos escravos em águas de domínios espanhóis em navios portugueses, o que nos mostra a dinâmica deste fluxo, que de algum modo permite este tipo de trânsito facilmente. A proposta inicial de introdução de oitocentos escravos vindos do Rio de Janeiro para Rio Grande por terra nos mostra que o fluxo de escravos na região já era dinâmico. De modo que quinze anos depois do tratado de Santo Idelfonso (1777) a região de Pelotas/Rio Grande tinha uma dinâmica considerável no fluxo de escravos por terra que embarcariam para Montevideo com destino a capital Bonaerense.

As considerações trazidas por esses documentos são interessantes pra entender que parte dos escravos que estiveram em Buenos Aires (1784/85) partiram de portos de domínios portugueses, o que numa perspectiva mais ampla pode ajudar a entender os fluxos de escravos na banda sul das Américas.

As informações nos mostram que o tráfico de escravos para o sul do continente americano envolvia um emaranhado de relações entre a África, as coroas portuguesa e espanhola e suas colônias. Pois estamos observando escravos africanos comprados ao que tudo indica por espanhóis em terras de domínio luso, que seguiam por terra até zonas limítrofes das duas coroas para embarcarem em naves portuguesas para, posteriormente, seguirem em águas espanholas e aportarem na província bonaerense.

É interessante pensar que toda essa dinâmica de mão-de-obra escrava, com formato de tráfico inter-regional pode ter ligações com a criação do Passo do Negros

como praça de pedágio para taxar mercadorias que penetravam os domínios Portugueses como medida de controle de fluxos. Estes dados também são de grande valia para pensar nosso objeto de pesquisa numa perspectiva expandida de relações comerciais e sociais, já que o Passo dos Negros está espacialmente localizado nesta zona de fluxos de escravos.

De toda forma, esta é uma análise que deve ser aprofundada. Limitamo-nos, aqui, a apresentar sumariamente alguns dados que dão conta da dinâmica inter-regional do tráfico de escravos entre o sul do Brasil e a Argentina.

Passemos, agora, ao nosso objeto propriamente dito, o Passo dos Negros. Nosso argumento é que, a partir dos dados compilados sobre o Passo dos Negros e acerca das charqueadas em geral, podemos entender as conexões que inseriram Pelotas numa perspectiva global.

2.5 Passo dos Negros: Uma abordagem arqueológica e a inserção de Pelotas na dinâmica mundial do séc. XIX.

O passo dos negros²⁰ foi um espaço estratégico na constituição do núcleo charqueador de Pelotas. Sua localização no encontro de dois cursos d'água foi de suma importância para viabilizar a produção e escoamento de parte da produção do charque e derivados, confeccionados nas margens do rio Pelotas e Arroio Santa Bárbara. Serviu como entreposto comercial para taxar toda mercadoria (inclusive escravos) que penetrava o interior da banda meridional do Rio-Grande do Sul. A ocupação histórica de Pelotas está intrinsecamente ligada ao Passo, tendo-se em vista sua disposição estratégica para o domínio do espaço e a circulação de objetos e pessoas.

Sua configuração espacial esteve desde o início vinculada a uma espécie de praça de pedágio (1803), visto que lá se cobravam taxas de toda mercadoria que penetrava o interior, como forma de evitar os recorrentes contrabandos de gado, escravos e produtos para as bandas do Uruguai. Criou-se, ali, o primeiro arraial que mais tarde impulsionaria a dinâmica do charque em Pelotas (GUTIERREZ, 2001; AGUIAR, 2009).

O pleito do Passo dos Negros para implementação da cidade se fez em 1812, com a possibilidade de implantar-se ali o primeiro loteamento urbano, o qual localizar-se-ia nas

20 Também conhecido como Passo dos Neves, Passo Rico (possivelmente por se tratar de uma praça de pedágios em favor da Coroa portuguesa) e finalmente Passo do Negros, esta última nomenclatura está vinculada ao forte fluxo de escravos na região.

terras de Manoel Soares. A empreitada foi reconhecida pelo então príncipe regente Dom João. Porém, as forças da dinâmica política entre o então pároco Felício Joaquim da Costa Ferreira e o capitão Antônio dos Anjos fizeram com que o projeto não fosse concluído, tão pouco iniciado. As justificativas desta impossibilidade passam por uma série de argumentações. Elas se relacionam, como já foi ressaltado ao forte odor decorrente dos períodos da atividade charqueadora e dejetos da produção lançados nos canais, ao fluxo de escravos, às inundações, falta de segurança e insalubridade. O que deu lugar ao que hoje conhecemos como centro, local de construção da Catedral, acordado entre o capitão-mor Antônio dos Anjos e o Vigário Felício Joaquim da Costa Pereira (GURIERREZ, 2001, p. 156; AGUIAR; 2009 p.34). O mapa 6, anexo J, pág. 135 pode nos dar uma ideia de como se pretendia instalar o conjunto de quadras, no intuito de viabilizar a malha urbana inicial da cidade.

O meio insalubre pode ser conferido a partir de uma observação de um dos tantos viajantes, como Francisco de Paula D'Azevedo, tenente-general do exército português. Em 1816, ele passou que por Pelotas e descreveu como se davam as atividades charqueadoras:

[...] “as epidemias seriam freqüentes, porque a podridão do sangue e dos intestinos, de que os campos estão juncados nestes meses, danificariam o ar e produziram pestes, pois só os bois que os charqueadores matam em quantidade considerável, mas fazem igual carnificina nas éguas e mulas, cujas peles só aproveitam para as vendas por preços insignificantes. O número de cabeças e ossos de boi é tal que constroem com eles paredes; e nos fornos de telha e tijolo, em vez de lenha, empregam os mesmos ossos” [...] (D'Azevedo 1816, *apud* Magalhães, 2000, p.25).

As observações de cunho sanitário podem dar uma boa idéia de como se apresentava o espaço charqueador nos tempos de matança. Outra perspectiva que mostra o fluxo de escravos e a imagem que se fazia do Passo enquanto espaço já segregado, pode ser observada a partir da constatação de outro viajante, o comerciante Nicolau Dreys (1839). Ele observou acuradamente a relação entre charqueadas e prisões:

[...] “e pelo Passo Rico ou Passo dos Negros, que se pode considerar como um subúrbio da cidade de Pelotas, que já tomou lugar entre as cidades as mais asseadamente edificadas do Brasil, poderá ser contada como uma das mais importantes praças de comércio. [...] Uma charqueada bem administrada é um estabelecimento penitenciário [...]”. (Dreys, 1839 *apud* Magalhães, 2000, p.85-94).

Observações como estas são de suma importância para entendermos como a organização espacial da indústria charqueadora é formulada para contenção da escravaria, caso que discutiremos mais adiante. De toda forma é possível observar como o Passo era importante na formulação da economia do charque e quais relações sociais

se davam naquele espaço, habitado majoritariamente pela mão-de-obra escrava. Mais uma vez contrapomos a descrição anterior a representação do Passo dos Negros atribuída a Debret (1816) figura 4, anexo K, 136.

Gutierrez (2001) afirma que a concepção de formação da cidade se deu a partir de uma espécie de apoio, pois todo complexo de comercialização de gado, escravos, produtos e outros, se deram na região do passo. Sendo assim, as estruturas de construção civil, estradas, vias marítimas, portos, serviços e habitações da circunvizinhança estavam diretamente ligadas a este. (GUTIERREZ, 2001, p.175).

O Passo dos Negros foi composto por um conjunto de charqueadas que, até então, não era comum à região. As propriedades eram dispostas em uma geometria que lançava mão do modelo retangular, ou seja, faixas cumpridas e estreitas, geralmente atravessadas por duas estradas laterais que conectavam a tablada e o logradouro público, espaço destinado a comercialização do gado. Sua composição interior era disposta da seguinte maneira: poteiros dos fundos e do meio com estruturas de olaria, pomares e hortas, e a margem ribeirinha com a morada e fábrica charqueadora (GUTIERREZ, 2001). É o que se pode notar no mapa 7, anexo L, pág. 137.

Aquela região abrigou por volta de três charqueadas. Gutierrez (2001; 2004) nos indica que os terrenos da Boca do Arroio possuíam configuração retangular e seguiam medidas aproximadas de 660 m. de frente para com o Canal São Gonçalo e 4.136 de fundos aproximadamente. A autora nos mostra que nas terras de Luiz Pereira da Silva (1788) se fizeram as charqueadas conhecidas como propriedades da Boca do Arroio. São elas compostas pelas charqueadas de Manuel Soares da Silva e João Jacinto de Mendonça. O tenente-coronel Manuel Soares da Silva foi proprietário de uma charqueada que está situada na área que é chamada nos dias de hoje pelo nome de Chácara da Brigada. A propriedade do tenente-coronel dispunha, em 1850, ano de seu inventário, a seguinte configuração:

[...] "um terreno, abrangendo a propriedade de casas térreas, onde existia o estabelecimento de charqueada que pertenceu ao casal, de 506m de frente norte, pelo arroio de Pelotas, contados do lugar onde o arroio faz barra, e 777m de fundo sul, que correm pela margem do São Gonçalo, até encontrar um valo; uma propriedade de casas térreas com seis portas de frente, edificadas no terreno acima referido, com senzala e cozinha. Faziam parte, ainda, da fábrica: um terreno de 563m, frente norte, pelo arroio Pelotas; um terreno de 141m, a leste, pela margem do São Gonçalo, no lugar denominado Passo dos Negros, com fundos de 44m, até a estrada junto à propriedade que foi dada à herdeira Clara Antiqueira; o terreno litigado com João Jacinto Mendonça, contendo 191m de fundos" (GUTIERREZ, 2001 p.154).

Segundo a autora, a propriedade foi herdada pelo o genro do tenente-coronel, o

português Antônio José da Silva Maia, que teve seu inventário redigido no ano de 1884, ano de emancipação dos escravos em Pelotas. No arrolar de seus bens estão descritos:

[...] “Alforriados, cinco, todos com mais de 48 anos; 61, com prestação de serviços, desses, duas eram do sexo feminino, e uma mulher, com cláusula de seis anos de trabalho obrigatório. A fortuna dos Maia repousava naqueles bens chamados de raiz e no dinheiro que emprestava a juros. Contaram 43 casas entre prédios térreos e sobrados; oito terrenos urbanos; duas chácaras; um terreno no Capão do Leão; outro, na estrada do Fragata; uma casa, na rua do Imperador, atual Felix da Cunha, onde estava montada uma fábrica de sabão e velas, e, para completar a listagem dos imóveis, um terreno na estrada das Três Vendas, onde existia um estabelecimento de *olaria*. Os bens móveis, ou semoventes, como eram denominados, compunha-se de um iate, de nome Conceição Feliz e ações de três companhias de seguros a Pelotense, a Confiança e a Fidelidade. Antônio José da Silva Maia e a relação de seus bens representaram a situação econômica dos charqueadores, bem sucedidos, dos anos oitenta do século passado. Ao mesmo tempo, esses homens participavam da fábrica do charque, do comércio e de operações financeiras. Diversificavam suas atividades. Nas últimas décadas do século passado, parece ter aumentado o interesse nos negócios imobiliários urbanos e, certamente, diminuído as compras de escravos” [...] (GUTIERREZ, 2001, p. 153).

Passada a descrição da propriedade herdada por Antônio José da Silva Maia, observamos outra charqueada que compunha o complexo da região do Passo dos Negros: A propriedade de João Jacinto Mendonça. As posses de Mendonça são pouco descritas na documentação. As informações tratam da sucessão da propriedade entre os herdeiros. As informações mais pertinentes para a investigação arqueológica ainda são insuficientes, como por exemplo, quantidade de estruturas das indústrias, escravos, medidas da propriedade, entre outros fatores que são relevantes para nossa pesquisa. Gutierrez (2001) assim descreve essa sucessão “genealógica” da propriedade:

[...] “No Mendonça. Uma das charqueadas de João Jacinto Mendonça, que passou à viúva, dona Florinda, esta ao seu genro Manuel Moreira, e este ao conde Sebastião de Pinho. No começo do século pertencia aos filhos do Barão Alves da Conceição. No Mendonça. Outra charqueada de João Jacinto Mendonça, que coube a seu filho; foi vendida a Honório Luís da Silva; deste passou a Porfírio da Silva, e, depois, a Atalipa Borges. No início deste século era do Dr. Joaquim A. da Assumpção.”[...] (MARQUES, 1987: 100 *apud* GUTIERREZ, 2001, p.153)

Esta informação, como já afirmei, traz poucos aspectos da materialidade contida no terreno vizinho do tenente-coronel. É preciso continuar a investigação nos arquivos e em campo, a fim de entender a dinâmica histórica da propriedade e compreender suas sucessivas ocupações e configurações materiais. A propriedade de Manoel Soares da Silva, assim como alguns dados quantitativos em relação à dinâmica da mesma, será esmiuçada de maneira sistemática mais adiante.

Vista essa introdução geral sobre o Passo dos Negros, passemos, agora, ao trabalho arqueológico inicial realizado pela equipe do Laboratório Multidisciplinar de

Investigação Arqueológica (LÂMINA). O desenvolvimento de um trabalho arqueológico na perspectiva da arqueologia da escravidão perpassa uma série de abordagens. Estas são muito variadas, mas, grosso modo, englobam estudos sobre a diáspora africana, o que requer a análise de estruturas materiais diversas, como vivendas de escravos, engenhos, fazendas e quilombos. Em suma, requer a análise dos espaços produtivos e culturais onde funcionaram os sistemas escravistas (SINGLETON & SOUZA, 2009).

Em nosso trabalho observamos a diáspora africana e o sistema escravista existente no Passo dos Negros a partir da inserção de Pelotas no mundo moderno, na economia mundial do século XIX. Isto significa entender como a cidade através do Passo dos Negros e sua produção charqueadora estabeleceu relações comerciais que vão para além dos limites territoriais de suas fronteiras, e a conectam a outros pontos longínquos do além mar numa lógica de exploração de corpos de pessoas escravizadas.

A seguir apresentaremos dados obtidos nos trabalhos de campo (prospecção).

2.6 Apresentação de dados preliminares de campo.

Nesta altura do trabalho, apresentaremos as possíveis conexões que a cidade estabeleceu através da indústria charqueadora no século XIX. Para tal abordagem, debruçamo-nos sobre a documentação relacionada ao comércio de charque no século XIX, inventários *pós-mortem* de proprietários de charqueadas nas mediações do Passo dos Negros, bem como na análise arqueológica do arranjo espacial da Charqueada conhecida como Boca do Arroio ou Chácara da Brigada.

A composição das estruturas das unidades arqueológicas na Chácara da Brigada é assim descrita no inventário de Manoel Soares da Silva: “Um terreno que abrange a propriedade de casas térreas em que existiu o estabelecimento de charqueada que pertenceu ao casal de duzentas e trinta braças de frente ao norte pelo arroio de Pelotas contadas do lugar onde o dito arroio faz barra e trezentas e cinquenta e três braças de fundos ao sul que correm pela margem do rio São Gonçalo até encontrar um valo. [...] Uma propriedade de casas térreas com seis portas de frente edificadas no terreno acima referido; [...] a casa no mesmo existente com senzala e cozinha”²¹.

Em 02 de março de 2012, a partir das coordenadas fornecidas pelos inventários, os pesquisadores do LAMINA realizaram prospecção na Chácara da Brigada. A prospecção cobriu uma área de 26 hectares, em um perímetro de 2.600 metros. Ferreira (2012)

21 (Inventário de Manoel Soares da Silva. A, 318. M, 22. E, 25 (06). *APERS*: 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1850).

observa a seguinte composição visual do espaço investigado:

[...] “Visualizamos, nessa área, diversas estruturas de construções antigas. Na margem norte do canal São Gonçalo existe um conjunto de edifícios contemporâneos, localizados a 377638.45 E 6484079.81 S. No entorno dessas casas, identificamos alguns vestígios de pisos e fundações de casas antigas. Ainda na margem norte do canal São Gonçalo (ponto 377771.94 E 6483992.83 S), há um monumento em homenagem à Batalha do Passo dos Negros, atribuída à Revolução Farroupilha, com a réplica de um canhão e uma placa comemorativa. No entanto, localizamos abaixo do monumento uma estrutura de tijolos antigos. Na margem do arroio Pelotas há, ainda, um edifício utilizado, até o início desse ano, como Centro de Treinamento da Brigada Militar. A estrutura principal da edificação evidencia uma construção colonial, a qual foi reaproveitada, recebendo algumas reformas interiores” [...] (FERREIRA, 2012, p. 09-10).

O desenvolvimento do trabalho prospectivo na área gerou uma série de dados. As buscas superficiais revelaram artefatos arqueológicos localizados na superfície, que foram registrados e coletados. Dentre eles encontram-se louças de diferentes padrões decorativos (borrão azul, floral e trigal) e cravos, e associados à ferrovia de Obras da Barra geral. Os elementos observados no feito de levantamento arqueológico foram georeferenciados em campo e geraram o mapa 8, anexo M, pág. 138 que pontua a localização de cada objeto.

O espaço onde existiram as propriedades de Manuel Soares da Silva e Antônio José da Silva Maia sofreu usos sucessivos em suas espacialidades no século XX. Inicialmente, foi adquirido pela Cia. de Obras da Barra Geral para a exploração do afloramento rochoso situado na Serra dos Tapes. A finalidade da propriedade era receber parte da linha férrea construída entre 1909 e 1910, que escoava a extração até as docas de embarques fixadas em atracadouros na margem esquerda do Canal São Gonçalo, com destino a Rio Grande. Com o fim da exploração do complexo rochoso, a área foi, em 1963, apropriada pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul, sendo, em seguida, cedida à Brigada Militar. No ano de 2012, por determinação do Governo Estadual, a mesma passou a ser dirigida pela Capitania dos Portos (esfera federal), trâmite político relacionado à pretensão do Estado em viabilizar um pólo naval que conecte a cidade de Pelotas a Rio Grande, em um “magnífico” complexo industrial²² da área marítima. Sobre esse aspecto, falaremos mais adiante, no terceiro capítulo, quando discutirmos a relação estatal com o patrimônio arqueológico e suas aproximações ambíguas e contraditórias, tendo em vista o Plano Diretor de Pelotas e o forte apelo patrimonial da cidade.

²² Disponível em:

http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NjY4NzY=&id_area=NA==
http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NTQxMzU=&id_area=Mg==
http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=MjcxNzk=&id_area=NQ==

A estrutura colonial de habitação sinalizada por Ferreira (2012) e caracterizada como um casarão antigo, que foi reaproveitado pela Brigada Militar para servir como Centro de Treinamento Tático Militar, nomeado “Ninho da Águia”, recebeu reformas interiores e exteriores, numa combinação mista de técnicas construtivas que alteraram sua disposição visual, como se pode observar nas fotos 02, anexo N, pág. 139, foto 03, anexo O, pág. 140, foto 04, anexo P, pág. 141,

A referida estrutura, quando analisada, sua fachada e composição dos interiores apresentou técnicas construtivas variadas, tijolos grandes e maciços, presença de cimento na argamassa, reboco composto por cal, grandes vigas de madeira e telhas extensas, o que a caracteriza como um edifício relativo a uma das charqueadas que ali funcionaram no século XIX. Na composição do madeiramento interior relativo ao telhado, é possível notar que, assim como nas paredes, há no telhado uma mistura de técnicas construtivas, que caracteriza uma espécie de reestruturação do mesmo, a fim de se resguardar a integridade física do edifício. Talvez por estar deteriorado quando apropriado pela Brigada Militar, o mesmo sofreu tais intervenções, como nos mostra o detalhe da foto

As fotos 05 e 06, anexos Q e R, páginas 142 e 143 ilustram as principais intervenções no edifício antigo. Apresentam um prédio anexo construído com materiais recentes e leva em sua fachada o nome da corporação enquanto centro de treinamento tático da Brigada, o que caracteriza que além de ajustes técnicos a fim de manutenção da construção antiga, optou-se em construir novo compartimento (anexo) como intervenção direta na estrutura antiga. Desta forma, as informações obtidas pela prospecção nos auxiliaram a entender que a ocupação da brigada alterou de maneira significativa a estrutura original que apresenta aspectos construtivos e tipológicos do século XIX.

Durante a prospecção, ainda foram encontrados três tipos de materiais cerâmicos de origem industrial, os mesmos associados a três tipos padrões decorativos: Borrão Azul, Floral e Trigal. Além das louças e estrutura de habitação, foi coletado um cravo (material ferroso) de trilhos, que se associa a estrutura de atracadouro (doca) da linha férrea da CIA. de Obras da Barra Geral.

Nas fotos 07, 08, 09, 10, anexos S, T, U e V, pág. 144, 145, 146 e 147 podemos observar os objetos encontrados na prospecção

Sobre os fragmentos de louça encontrados na prospecção optamos por uma descrição sucinta de que tipo de material se trata, sua possível origem e período corrente de fabricação, considerando o seu reduzido número. Assim, não conseguimos precisar que tipo de objeto está relacionado a cada fragmento.

O padrão Borrão Azul pode englobar uma variação bastante grande de modelos decorativos que possuem em comum aparência “Borrada ou nebulosa”. Os temas ilustrados são sempre confeccionados na cor azul, daí o motivo de chamá-los Borrão Azul, como assinala seu nome (Araújo & Carvalho, 1993). A técnica consiste no uso de cloreto de amônia e óxido de cálcio empregados na queima, o que provoca o aspecto borrado do desenho impresso em cada peça (Fredel, 2012). Provavelmente de origem inglesa, amplamente encontrado no Novo Mundo, sua presença está associada a abertura dos portos brasileiros no século XIX. Araújo & Carvalho (1993) afirmam que a louça (faiança fina) inglesa inundou o mercado brasileiro por dois motivos: por se tratar de um material de qualidade inferior ao francês (consumido pelas camadas mais abastadas) e sua produção em grande escala, consumido pela camada média da população no Brasil (Araújo & Carvalho, 1993, p.81). Sobre o Floral e sua produção, Fredel (2012) indica que a técnica de Pintura deste objeto é caracterizada pela apresentação de motivos florais na superfície. Tipo este de decoração que pode ser dividido em dois estilos de confecção, o *peasantstyle*, que apresenta motivos florais formados por pinceladas largas e que geralmente cobrem toda a superfície do objeto, e o *sprigstyle*, que possui finas pinceladas e pequenos motivos florais. A coloração destes tipos de peça pintadas manualmente varia entre azul, rosa, amarelo, verde, marrom, vermelho, alaranjado, vinho, preto e dourado (FREDEL, 2012, p.189).

O trigal é descrito tecnicamente enquanto peças com superfície alterada sem pintura ou não pintada. Apresenta decoração de formas geométricas variadas em alto relevo nas bordas. Estas peças são associadas ao padrão gótico que inclui o estilo trigal, caracterizado pela impressão em alto relevo (FREDEL, 2012, p.189).

O espaço prospectado ainda conta com outras estruturas arqueológicas, como o cais que está relacionado ao escoamento de rochas pela CIA. de Obras da Barra Geral, no início do séc. XIX. Foto 11, anexo X, pág. 148.

A foto 12, anexo y, pág. 149, trás um monumento construído no Passo dos Negros para reverenciar a batalha ligada à Revolução Farroupilha. Este monumento apresentou em suas cercanias material diverso ao de sua confecção (2009), uma espécie de estrutura mais antiga, com tijolos maciços e base de fundação num nível mais baixo, o que pode caracterizar que ali houve outra estrutura, contudo não podemos descrever com precisão do que se trata sem uma escavação sistemática para evidenciar estas fontes que talvez foram sobrepostas por tal homenagem a Batalha Farroupilha.

Apresentadas as estruturas materiais encontradas durante a prospecção,

passemos à análise do Passo dos Negros e seu contexto charqueador a partir de uma ótica mais ampliada, mostrando suas relações com outras regiões escravistas e com o mercado global. Seguindo-se os enunciados do arqueólogo Charles Orser (1998), é importante entender sítios arqueológicos afro-americanos enquanto um fenômeno global, tendo em vista toda dispersão de pessoas e objetos que se deu nos períodos de tráfico, trabalhos forçados e pós-escravidão no Novo Mundo. Devem-se observar os aspectos locais de um sítio a partir de suas conexões mundiais, analisando-se a circulação e trânsito de objetos, logo, de pessoas e valores culturais, que se cruzam, inter-relacionam, chocam-se, são absorvidos e resignificados (Orser, 1998). Para caminharmos neste viés, optamos por escavar arquivos e ler estruturas arqueológicas. Tema do nosso próximo tópico.

2.7 Arqueologia e documentos: documentação e geoprocessamento.

Apresentamos, aqui, dados relacionados ao Passo dos Negros e sua inserção no mundo moderno, na economia mundial. Para tanto, “escavamos” documentos na busca de dados que, convertidos em informações geoprocessadas, evidenciem a ligação da região com o resto do Brasil e o mundo. Este tipo de trabalho também pode ser executado segundo a observação das técnicas construtivas e demais materiais encontrados em escavações, já que os mesmos podem representar formas específicas de um fazer construtivo no tempo e no espaço.

Os documentos são, enquanto representações do passado, objetos de estudos de pesquisadores que fazem escolhas seletivas. Estas pode relacionar-se aos valores morais, ideológicos e sociais. Não existem documentos concebidos a partir da imparcialidade e isentos dos valores de seus produtores. A documentação está inserida na submersão ou na emergência do interesse daqueles que os produzem e o analisam (REIS, 2009).

Para Joel Candau (2011), a sistematização das narrativas escritas possibilitou a sistematização da memória para a posteridade. Ele indica que a escrita viabilizou a socialização de conteúdo e representações do passado. De forma que aquele que narra memórias locais, ou seja, o escritor local, dispõe de poder para fixar os traços passados, evidenciando aos seus pares sociais a possibilidade de re-apropriação do passado (CANDAU, 2011, pág.108).

Sobre a eficácia dos documentos como dispositivos de poder, Foucault (1987) assinala que:

[...] "Um "poder de escrita" é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa. Mas com técnicas particulares e inovações importantes [...] As outras inovações da escrita disciplinar se referem à correlação desses elementos, à acumulação dos documentos, sua seriação, à organização de campos comparativos que permitam classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas" [...]. (FOUCAULT, 1987, p.213-214).

A necessidade de escrever a história como instrumento de governo é uma questão interessante para a arqueologia histórica. A pesquisa arqueológica que se debruça sobre documentos escritos deve levar em conta as parcialidades das representações, seus pontos vetoriais e os valores próprios de uma classe ou um grupo na dinâmica social da colonização no Novo Mundo. Neste sentido, as leituras de Foucault são interessantes para pensar o processo "civilizatório" que se deu no mundo americano pós-colombiano, em nosso caso, na esfera geopolítica pós-cabralina.

Ao tratarmos da região meridional do Brasil (Rio-grande do Sul e áreas fronteiriças), a abordagem tem uma complexidade peculiar, considerando-se as conexões que se estabeleceram localmente ao longo do século XIX. Nossa abordagem, num primeiro momento, e como já foi discutido acima, leva em conta a ideia de documento histórico como artefato, a partir do qual se pode entender a cultura material e as estruturas de poder. Nessa acepção, como discute Deagan (2008), a abordagem arqueológica dos documentos pode afetar diretamente a interpretação dos artefatos históricos, sobretudo quando se está a analisar grupos subalternos (Deagan, 2008).

Funari, Hall & Jones (1999) criticam a oposição antagônica entre sociedades letradas e ágrafas. A arqueologia histórica está ligada à interpretação de ambas essas sociedades, e ainda mais, insere-se nas variantes que atentam para a concepção de mundo moderno, expansão europeia, colonialismo e criação ou formação do capitalismo, a partir das relações sócias criadas com o Novo Mundo (Funari, Hall & Jones, 1999).

Diante da perspectiva que os documentos podem ser lidos arqueologicamente, e que eles legitimam os poderes e constroem as identidades culturais do mundo moderno, partimos para a análise das Atas da câmara Municipal de Pelotas, recortando o período entre 1832 a 1845. A escolha deste período para análise se deu em virtude de em 2012, ano de início da pesquisa, já haver material de compilação das Atas publicado. *Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)* de Mário Osório Magalhães (2011). Contudo, só tive acesso a essa publicação depois de já ter lido parte das Atas originais citadas

neste trabalho.

Atas de intendências municipais são descrições das deliberações parlamentares. Elas dizem respeito à vida dos diversos grupos sociais que compõem uma coletividade, mas são, sobretudo, instrumentos de poder de uma elite, nesse caso, dos grupos políticos que representavam os charqueadores, quando não eram, os próprios parlamentares, charqueadores. Esse foi o caso, por exemplo, de José Vieira Viana, dono da charqueada Santa Bárbara (Rosa, 2012).

Iniciamos por observar as atas que tratam de escravos, e quais são suas implicações para entendermos o dia-a-dia de uma cidade escravocrata que faz uso dos instrumentos legais, como são as atas, para cancelar o regime de trabalho forçado.

Nas Atas, o dia 07 de maio de 1832 é marcado por esboçar a preocupação dos legisladores em saber que há notícias da presença de escravos contrabandeados na região. Propõe-se então uma comissão para investigar o motivo da aparição de escravos novos:

“Sessão de 07 de Maio de 1832”

[...] “Que se nomeie uma comissão composta do procurador e fiscal desta Câmara, e dois cidadãos de fora para examinarem e informarem sobre o motivo da aparição nesta vila de escravos novos, contra a lei que proíbe semelhante tráfico — assim se venceu, elegendo-se para a dita comissão, além do procurador e fiscal, os cidadãos o reverendo Francisco Florêncio da Rocha e Antônio José Domingues, aos quais se oficiou. Logo, remetendo-se a sobredita proposta ao procurador João Ferreira Paes para, conjuntamente com o fiscal e cidadãos nomeados, informarem com urgência” [...] (MAGALHÃES, 2011, p.35).

Tal tensão está associada ao acordo efetivado em 1826 entre Brasil e Inglaterra, no qual o primeiro comprometia-se a extinguir gradualmente, até 1830, o que não aconteceu (Magalhães, 2011).

Pode-se ainda, por meio das Atas, perceber o sistema de vigilância de Pelotas neste período:

“Sessão extraordinária de 27 de fevereiro de 1835

[...] “expondo ao excelentíssimo senhor Presidente as notícias acontecidas na cidade da Bahia na noite de vinte e quatro para vinte e cinco do mês próximo passado e a necessidade de serem os negros escravos nagôs e ocas que nesta (ilegível) vieram da dita cidade para se venderem nesta Província depositados com segurança na vilade Rio Grande, para se examinar se os ditos escravos são dos compreendidos naquela insurreição, a fim de se reenviarem e entregar às autoridades competentes; e outra minuta em que se existia armamento para a guarda nacional desta Vila — cujas minutas foram unanimemente aprovadas pela Câmara, sepuseram a limpo e foram assinados os dois ofícios” [...] (MAGALHÃES, 2011, p.232-233).

“Sessão de 9 de abril de 1835

[...] “Sua Excelência; outro, de dez do dito mês, em resposta do que representou a Câmara em data de vinte e sete de fevereiro último, relativo aos escravos que se supõe virem da Bahia implicados na insurreição que ali teve lugar, sobre o que

tem Sua Excelência dado as providências que no mesmo ofício relata, e de que ficou a Câmara inteirada, bem como do conteúdo do último ofício, datado a quatorze do sobredito mês de março, relativamente ao armamento que a Câmara pediu para a guarda nacional; do inspetor da tesouraria, em data de quatorze do mês ultimamente findo” [...] (MAGALHÃES, 2011, p.237-238).

Observamos o controle e domínio de informação, no sentido da Câmara Municipal estar ciente em todo seu tempo do funcionamento sobre as origens dos trabalhadores e quais eram suas características. Adiante entenderemos como os charqueadores e políticos locais estavam continuamente definindo procedimentos policiais para conterem os escravos. Um regime de contenção permanente, a fim de resguardar a produção, especialmente no Passo dos Negros. É o que se nota na citação a seguir, toda ela atinente ao Passo dos Negros:

“Sessão de 7 de agosto de 1832

[...] que esta Câmara, cumprindo as ordens de Sua Excelência oficiou aos juizes de paz do seu município para determinarem aos respectivos comandantes de companhias já organizadas, convidando os guardas nacionais a fim de voluntariamente se apresentarem para formar um corpo de destacamento; e que a Câmara não pode deixar de levar à ponderação de Sua Excelência quanto seria perigosa a marcha dos guardas nacionais deste município para a fronteira na presente crise, em que os do Estado vizinho, [não] apenas fazendo a guerra entre si, enviam emissários disfarçados para revoltarem a escravatura, sendo bem constante que o distrito desta Vila tem para mais de quatro mil escravos quase unidos segundo a posição das charqueadas, e a única força para os conter são guardas nacionais que fazem este distrito respeitável, acrescendo ter chegado de diversas províncias pessoas desconhecidas que, apesar de se conservarem até agora em sossego, aproveitarão talvez a ocasião de impunemente desenvolverem sentimentos que não se têm atrevido a manifestar; e que a Câmara espera de Sua Excelência não mandará sair os guardas nacionais deste distrito para destacamentos sem que a fronteira não seja de fato invadida “ [...] (MAGALHÃES, 2011, p. 59).

Tal documentação citada é uma excelente pista para observamos como os poderes municipais sempre atentavam para a organização espacial das charqueadas, o controle de cativos, de suas táticas e escolhas. Como vimos, chega-se ao ponto de se escolher entre a vigilância da fronteira e a do Passo, tendo em vista o baixo número de guardas nacionais, alto número de cativos e modelos de forja da coerção espacial. Essas questões serão analisadas mais detidamente no capítulo seguinte.

A sessão de 8 de janeiro de 1833 trata de organizar a criação de 4 cacimbas, e é importante para entender espacialmente um dos locais de aglomeração de escravos e suas práticas:

“[...] O vereador Mascarenhas propôs: primeiro, que se nomeasse uma comissão de três membros que se encarregassem de mandar abrir três ou quatro cacimbas de água de beber em lugares próprios; segundo, que, depois destas cacimbas servirem ao público, se cuide logo em consertar a que existe deteriorada, fazendo-a mais pequena e desmanchando-se a guarita que ali se acha, que só serve de refúgio ou capa a indecências e a jogos de escravos [...]”

(MAGALHÃES, 2011, p.105).

Informações como essas são importantes indicadores para entender o potencial espacial para investigações arqueológicas. São indicações como essas que nos darão margem para analisarmos a organização espacial da Pelotas oitocentista e os locais onde se davam as práticas culturais específicas dos escravos. Daí a importância das atas para compreender fatores relevantes à pesquisa em arqueologia da escravidão.

A seguir, observaremos requisições e deliberações sobre a circulação de pessoa e objetos no Passo dos Negros. Na Ata de 23 de outubro de 1844, acordou-se o seguinte:

“[...] Achando-se presentes sete senhores vereadores, aberta a sessão leu-se a ata da antecedente, que foi aprovada e assinada. Leu-se um ofício do coronel de esquadra Francisco Luís da Gama Rosa em resposta ao que se lhe dirigiu acerca da remoção do Passo dos Negros, no qual afirma estar aquele passo no dito lugar impraticável. O senhor Ferreira Paes propôs que, atendendo-se o achar-se o Passo dos Negros quase impraticável e ser patente a vantagem de se estabelecer a passagem por meio de uma barca em frente ao porto desta cidade, que a Câmara oficiasse neste sentido ao excelentíssimo senhor Presidente da Província pedindo a necessária licença e coadjuvação para a remoção da passagem daquele para este lugar pela forma indicada — foi aprovado [...]” (MAGALHÃES, 2011, p.340).

É interessante notar como havia uma preocupação em transformar o Passo em um espaço navegável, transitável. Como já vimos em capítulos anteriores, nas observações de viajantes, o Passo era uma espécie de subúrbio, ou periferia da cidade. Ainda que estivesse no ponto de nascimento da cidade. É importante notar que, não obstante o Passo situar-se em local insalubre, próximo ao centro de produção do charque, havia interesse em torná-lo eficaz para o processo de transporte, além da preocupação em mantê-lo sob constante vigilância. No dia 16 de maio de 1845, leu-se a sessão anterior e postulou-se a seguinte solicitação:

“[...] dando-se as mais ordens necessárias; daquele mesmo senhor, em data de 2 do corrente, remetendo cópias dos ofícios que lhe dirigiram o coronel Vicente de Paula Villas Boas e o comandante da estação naval de Jaguarão relativos à mudança do Passo dos Negros, para que a Câmara se informe a respeito - foi remetido à comissão competente, que foi de parecer que se informasse debaixo das seguintes bases: que as margens do arroio de São Gonçalo em quase toda sua extensão é pantanosa no lugar onde o lado oposto é arenosa; que o antigo Passo é arenoso em uma margem e pantanoso na outra, inconveniente este que se encontra no lugar em que se acha hoje o Passo por causa das canhoneiras; que certa extensão de terrenos das margens do antigo Passo foram doadas pelos seus proprietários para logradouro público; que finalmente a mudança do Passo para o lugar onde se acha hoje importa na ruína de dois estabelecimentos de charqueadas, e que o antigo Passo só está arruinado na parte direita em consequência do abandono em que se acha há mais de dez anos - foi aprovado e neste sentido se informou o procurador da Câmara, que, para promover a execução da sentença que mandou Manoel Baptista Teixeira abrir a estrada que se dirige ao Passo dos Negros, houvesse a Câmara de declarar a largura que devia ter a dita estrada - resolveu-se que fosse a de 150 passos e assim se lhe respondeu. O senhor Dr. Mendonça propôs que a Câmara nomeasse uma

comissão de cinco membros, da qual fizessem parte o arruador e o fiscal, para designarem a estrada que deve sair do Passo dos Negros direita à lomba; o senhor doutor Maia propôs que a mesma comissão apresentasse um plano sobre as estradas necessárias para o trânsito dos moradores e das tropas para a Costa de Pelotas e São Gonçalo - foram ambas as propostas aprovadas" [...] (MAGALHÃES, 2011, p. 364).

Este documento nos dá uma série de informações interessantes. Ele transita pela esfera geográfica, mostrando-nos as localizações do Passo e a altura da passagem, suas composições geológicas e hídricas, no sentido de assinalarem sua formação pantanosa, arenosa (composição de banhado), suas características físicas e domínio do espaço, a partir da ordem de abrir estrada em direção ao Passo com especificação de largura. Ainda a deliberar pela construção da tal estrada, a Câmara Municipal relata em Ata do dia 19 de julho de 1845:

"[...] Leram-se ofício do fiscal desta Câmara, que, sendo nomeado para fazer parte da comissão encarregada de designar o lugar mais convincente para estabelecer-se a estrada que, saindo do Passo dos Negros, se dirija à lomba e um plano, da que mais possam precisar para o trânsito dos moradores e das tropas para a Costa de Pelotas e rio São Gonçalo, não tinha até hoje conseguido a reunião dos membros que compõem esta comissão; a fim de que a câmara delibere" [...] (MAGALHÃES, 2011, p.374).

O trecho acima trata do problema anterior dos moradores da região em transitarem, e nos trazem informações pontuais, que mostram que depois de mais de 3 meses, não havia se consolidado a tal estrada. Mostram, ainda, como os moradores daquele espaço se encontravam frente à inviabilidade da ausência de estrada. Expõem, também, a tentativa dos poderes municipais de compreender o espaço, para racionalizá-lo e controlar a circulação de mercadorias e pessoas.

O dia 13 de julho de 1835 é interessante por marcar o controle de pólvora, uma medida de proteção contra escravos, pois eles poderiam ter acesso a esse composto explosivo. Proíbe a comercialização da pólvora para escravos, além de estabelecer os procedimentos policiais (por meio das chamadas posturas municipais) contra os escravos que porventura se encontrassem nas ruas após o cair do sol sem a devida autorização de seu senhor. Discorre, ainda, sobre a punição dos escravos infratores, quantidade de açoites, prevendo a multa para seus respectivos senhores no caso de perambularem sem autorização:

"[...] Primeiro. Em cumprimento do artigo noventa e três das posturas em vigor, requiero que se marque o lugar para a venda da pólvora e se proíba a venda deste gênero a escravos que não levem bilhete de seus respectivos amos, sendo conhecidos, e mesmo que se proíba a dita venda de pólvora a pessoas suspeitas, recomendando-se este objeto aos fiscais, e formando-se uma postura que estabeleça penas aos contraventores, na forma acima referida" [...] Requiero que se forme uma postura para que os escravos que forem encontrados nas ruas e

subúrbios desta Cidade, e mesmo nos distritos do termo, depois de Ave Marias, sem bilhetes de seus senhores ou amos com a data do dia, sejam recolhidos à prisão, para no dia seguinte serem castigados com cinquenta açoites, no caso de andarem fugidos, e sendo por negligência dos senhores ou amos pagarem estes a multa de quatro mil réis pela primeira vez e oito mil réis nas reincidências, além da meia carceragem em um e outro caso [...]" (MAGALHÃES, 2011, p. 263).

As informações sobre controle de objetos e pessoas são das mais variadas espécies. Elas nos dão margem para elaborarmos uma série de questões. Apresentamos aqui uma pequena amostra sobre as possibilidades interpretativas. As atas dispõem de indicação espacial de comunidades quilombolas, citam nomes de líderes, empreitadas em captura dos mesmos, recompensas, contratações de civis pra a ação de prisão, entre outras. Os processos de controle espacial são de igual interesse, pois dão disposição da configuração urbana da cidade neste período. Como já dissemos antes, elas nos dão respostas de como o controle espacial dos cativos é impreterível para viabilizar o processo de escravidão em Pelotas. Desta forma optamos por associarmos e transformarmos informações escritas em georeferenciamento e entender como a documentação concede pistas sobre a circulação de objetos e pessoas.

De outro lado, outros documentos, como, por exemplo, os relatos de naturalistas, permitem sintetizar informações sobre as conexões internas, regionais, continentais e transcontinentais de Pelotas. Permitem expressar a circulação de objetos e pessoas em números. Contudo, como diria (Ferreira 2009a) ao citar "*Monsieur Verdoux* (1947)", de Charles Chaplin: "*os números santificam tudo*". Para esse autor, a "questão crucial é enxergar as pessoas ao invés de números; é visualizar as ações sociais e suas materializações ao invés de algarismos" (FERREIRA, 2009a, p.4). Para tanto, a seguir, mostraremos a circulação de objetos e pessoas em mapas.

2.8 Mapear informações e geoprocessar objetos e pessoas

A tentativa inicial em gerenciar informações de características espaciais se dá na Inglaterra e Estados Unidos nos anos 1950. Para a Inglaterra o dispêndio de energia e tempo na produção de mapas deram ponta pé de partida para se informatizar o processo de cartografia, não obstante a precariedade da informática naquele período. Nos Estados Unidos da América, a característica principal de problema técnico esteve ligada ao controle do tráfego urbano (CÂMARA, DAVIS, 2001). Apesar das duas nações já citadas estarem empenhadas no controle sistemático das informações espaciais pelo viés tecnológico da segunda metade do século XX, é o governo canadense que apresenta ao

mundo o primeiro Sistema de formações Geográficas, no intuito de inventariar os recursos naturais de sua nação. Contudo, a disponibilidade técnica visual (visualização de gráficos) era bastante primária e não havia ofertas como temos hoje. Desta forma, os esforços para geoprocessar e georeferenciar dados espaciais frutificaram na criação de softwares a partir da década de 1970. Gilberto Câmara e Clodoveu Davis (2001) afirmam que “foi também nesta época que começaram a surgir os primeiros sistemas comerciais de CAD (*Computer Aided Design*, ou projeto assistido por computador), que melhoraram muito as condições para a produção de desenhos e plantas para a engenharia, e serviram de base para os primeiros sistemas de cartografia automatizada” (CÂMARA & DAVIS, 2001, p. 02).

Os anos 1980 marcam o aumento exponencial da informática. Para o geoprocessamento de informações não seria diferente. A democratização das ferramentas de informática com o processo de microinformática, ou computadorização caseira, possibilitou o crescimento de usuários e profissionais que se vinculavam às mais diversas áreas e produziam novos sistemas tecnológicos de informação espacial. Os EUA marcam o primeiro passo do geoprocessamento enquanto disciplina independente, com a criação do “*National Centre for Geographical Information and Analysis* (1989)”. Neste sentido, a popularização da microinformática possibilitou o aumento de profissionais e tecnologias, de forma que o *Geographic Information System (GIS)* se ampliou, e hoje se encontra disponível em diversas abordagens; de fato, a grande maioria de informações espaciais passa pelo clivo dos governos em suas ações sociais, tendo em vista suas políticas de soberania nacional, controle de fronteiras, demografia, malha urbana, entre outras questões relativas ao controle espacial de informações (CARVALHO & DAVI, 2009).

No Brasil, as pesquisas deste tipo de informação se dão também nos anos 1980, com a vinda do pesquisador canadense Dr. Roger Tomlinson, responsável pela criação do primeiro SIG (*Canadian Geographical Information System*), quem incentivou o aparecimento de vários grupos interessados em desenvolver essa tecnologia. Sua visita se fez pelo esforço do professor José Xavier da Silva (UFRJ), criador do Sistema de Análise Geoambiental – (SAGA). A partir de então, uma série de outros laboratórios voltados para as mais diversas áreas de análises de informação se formam, inicialmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, concomitantemente, em outros centros de pesquisas. Ainda na década de 1980, especificamente em 1989, nasce o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Hoje, enquanto referência internacional de processamento de informações espaciais, o INPE é criado como produto de Estado voltado para o controle e desenvolvimento de ferramentas para sensoriamento remoto

(processamento de imagens) (CARVALHO & DAVI, 2001, p.03).

A aplicação do procedimento GIS em arqueologia é uma metodologia relativamente recente. Osório & Salgado (2007) afirmam que apesar desta metodologia ainda estar em desenvolvimento nas abordagens arqueológicas, a disciplina necessita de diversas informações espaciais, para variados estudos, escalas e aplicações. Análises de possíveis padrões de distribuições inter e intra-sítios, mapeamento de informações, estruturas, compreensão estratigráfica, fontes de matéria prima, rede de descarte de material e outras tantas abordagens para as quais o geoprocessamento de informações pode ser útil (OSÓRIO & SALGADO, 2007).

De fato, por estar associada ao uso territorial do espaço, a abordagem em uma arqueologia do espaço passa por uma série de crivos teóricos e metodológicos, o que pode nos informar uma gama enorme de possibilidades sobre determinado espaço investigado. Para Villafañes (2011):

[...] “Em líneas generales se puede definir la arqueología espacial como la “recuperación de información relativa a las relaciones espaciales arqueológicas y estudio de las consecuencias espaciales de las pautas de actividad homínida del pasado dentro y entre los contextos y estructuras, así como su articulación dentro de asentamientos, sistemas de asentamientos y sus entornos naturales” [...] (Clarke, 1977: 47, *apud* Villafañes, 2011, p. 140)

Para além de uma abordagem espacial da arqueologia, o autor acima citado sugere o uso de uma abordagem arqueológica de uma ou várias paisagens. Para se pensar arqueologia da paisagem, porém, é interessante abordar uma relação quantitativa e qualitativa das interações humanas com o espaço. Investiga-se, então, a paisagem não como mero sinônimo de meio-ambiente; mas como produto social, de forma que a mesma torna-se uma conjunção de diversos elementos capazes de produzir determinadas formas de representar o mundo. A paisagem enquanto produto de construção social é fruto das transformações físicas e simbólicas, na busca daqueles que as ocupam significarem sua presença na mesma paisagem. Assim, a paisagem, para Villafañes (2011), é o objeto de transformação e conformação cognitiva dos espaços habitados por cada geração de ocupação humana no tempo e no espaço (Villafañes, 2011, p. 143).

As aplicações e discussões mais esmiuçadas em arqueologia da paisagem e espacial compõem um leque bastante grande; vários outros autores de origem anglo-saxã e europeia discorrem sobre o tema.

A seguir, observaremos a cidade, a partir das relações comerciais que a conectaram a transações regionais, continentais e transcontinentais. Para tal, traduzimos informações primárias e secundárias em mapas para ilustrar como Pelotas se relacionou

por meio do comércio com diversas partes do mundo no século XIX.

2.9 Do micro ao macro; circulação de produtos e pessoas numa perspectiva atlântica.

Gilroy (2001), em *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla consciência* analisa a dimensão política das narrativas sobre a modernidade; observa que há uma necessidade de imersão profunda nos processos da modernidade e que necessitamos de observações mais ricas e esmiuçadas sobre as transformações de culturas coloniais e pós-coloniais, de modo que:

“[...] O sistema de escravidão racial e seu lugar no desenvolvimento do comércio global forneceram bases fortes para a análise da escravidão, da *plantation* e de outras modernidades coloniais. Histórias sobre o empreendimento capitalista em suas primeiras fases [...] As culturas do Atlântico negro criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento. Elas especificam formas estéticas e contra-estéticas, uma distinta dramaturgia da recordação que caracteristicamente separam a genealogia, da geografia, e o ato de lidar com o de pertencer. Tais culturas da consolação são significativas em si mesmas, mas também estão carregadas e contrapostas a uma sombra: a consciência oculta e dissidente de um mundo transfigurado que tem sido ritual e sistematicamente conjurado por pessoas que agem em conjunto e se abastecem com a energia fornecida por uma comunidade mais substantivamente democrática do que a raça jamais permitirá existir. Podemos encontrar prazer nesta história de resistência, mas, mais polemicamente, acho que deveríamos também estar preparados para lê-la politicamente e filosoficamente nos momentos em que ela incorporou e manifestou críticas ao mundo tal como é! [...]” (GILROY, 2001, p.13).

O autor ressalta que as experiências de cruzamento e experiências translocais se deram por uma forma de contaminação que envolveu o mar em mistura e movimento. De forma que não podemos limitar a análise do poder comercial, estatal ou territorial de maneira a simplificar a idéia de cultura no processo de colonização e seu desenvolvimento.

Para Giddens (1991), a modernidade é essencialmente globalizante, de modo que na investigação de um local, como por exemplo, uma cidade, tende-se a observar a condição de influência que o mesmo pode sofrer numa perspectiva global, como fatores ligados a dinheiro mundial e mercado de bens que operam à distância. Para o autor, o jogo de “contaminações culturais” construídos, durante a modernidade, se dá de forma que:

“[...] o nível de distanciamento tempo-espço é muito maior do que em qualquer período precedente, e as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente “alongadas”. A globalização se refere

essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo. [...] A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção em vice-versa às relações muito distanciadas que os modelam. A *transformação local* é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço [...]” (GUIDDENS, 1991, p. 61)

Charles E. Orser Jr. (2002), utiliza as ferramentas de análise da arqueologia histórica para entender os processos de constituição e consolidação do mundo moderno. Assinala a necessidade de se observar a dispersão da cultura material (mercadorias) e pessoas numa perspectiva de larga escala, e como os objetos e ideias são transformadores e transformáveis em contextos locais. De forma que a sociedade moderna se dá numa concepção de reprodução de novas práticas. Ele observa o processo expansionista de colonização das Américas enquanto empreitada mercantilista relacionada à dominação e resistência, os quais, em suas minúcias locais, carregam em si características dos mais diversos agentes sociais envolvidos nesta dinâmica, com um crivo particular, que pode estar ligado ao gerenciamento de estratégias “pré-capitalistas” (Funari, Jones e Hall 1999; Orser, 2002; Zarankin & Salerno, 2007).

No desenrolar de nosso trabalho já discorreremos sobre a efetividade do documento enquanto pista ou fragmento de vivências, ação social e coerção social. Para a efetivação empírica desta perspectiva, iniciamos um levantamento de informações das mais diversas fontes (inventários *post-mortem*, atas da Câmara Municipal, Relatos de viajantes, trabalhos de cronistas, fontes iconográficas, entre outros) na tentativa de mapearmos a inserção da cidade de Pelotas em uma perspectiva global.

Auguste F. C. Saint-Hilaire (2002), naturalista francês que esteve no Brasil em 1820, palmilhou diversas regiões em suas explorações científicas. Passou por Jequitinhonha, pelas nascentes do Rio São Francisco, Rio Claro e região Meridional do Brasil em direção ao Uruguai. De volta a Paris (1822), publicou suas experiências nos trópicos (Saint-Hilaire, 2002). Embora os registros botânicos também nos interessem, para os propósitos desse trabalho, nos valem mais suas observações sobre o processo escravagista e sobre a hidrografia, conformação social da região meridional do Brasil, produção do charque, números relativos sobre a mesma, entre outros aspectos. Nossa busca nos escritos deste autor centrou-se na sua descrição espacial das charqueadas e relação quantitativa dos itens exportados e importados. Sua vivência em Pelotas esteve

relacionada ao charqueador Gonçalves Chaves (06 de setembro de 1820), o qual lhe dispôs uma série de dados estatísticos sobre a produção e escoamento da produção charqueadora no século XIX. Estes dados foram de suma importância para nossa pesquisa, tendo em vista a conversão dos mesmos em mapas (SIGs) da circulação de objetos e pessoas, os quais mostram a inserção de Pelotas na economia mundial do mundo moderno.

Apresentamos, aqui, resultados ainda iniciais sobre essa questão, mas que já fornecem, contudo, uma noção espacial das relações de Pelotas a partir da entrada e saída de víveres e escravos entre 1816 a 1819. O mapa 9, anexo Z, pág. 150, enfoca a entrada de material de origem regional e “nacional” em Pelotas no referido período. O mapa nos mostra que, apesar o núcleo charqueador estar inserido na cidade, a região não custeava inteiramente sua própria produção de gêneros alimentícios e de mercadorias. Desta maneira, observamos produtos do tipo: açúcar branco (refinado), mascavo, café, arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, água ardente, vinho, fumo, cerveja, remédios, drogas e vidraçaria. É possível entender como a cidade esteve conectada a outras regiões do país, os produtos que recebia e a origem de cada gênero importado, através deste mapa. Esta perspectiva inicialmente também é útil para criar uma malha de probabilidade da recorrência de artefatos nos sítios arqueológicos a serem pesquisados na região, de forma que há chances de criarmos uma estimativa de objetos que podem ou não ser encontrados com mais ou menos recorrência *in situ* nas pesquisas que ocorrem e ocorrerão na região.

O mapa 10, anexo A1, pág. 151 foi confeccionado através da seleção de dados relacionados à entrada e saída de escravos na região, entre 1817 e 1819. Este mapa nos mostra a relação comercial da cidade sobre a entrada de escravos vindos de outras regiões, apresenta os portos de Paranaguá e Florianópolis enquanto espaços ativos no trânsito de escravos, até então pouco discutidos na perspectiva da diáspora interna do Brasil.

O próximo mapa 11, anexo B2, pág. 152 relaciona-se às importações de Pelotas, e se refere ao mesmo período dos mapas anteriores. Ele pontua as conexões da cidade com outras regiões, mais especificamente, com outros continentes. No mais, permite entender a cidade conectada ao que Gilroy (2001) chama de Atlântico Negro.

Neste mapa conseguimos ter ideia de como a produção charqueadora em Pelotas esteve diretamente conectada a outros continentes. A inserção de da cidade na dinâmica atlântica esteve ligada as trocas que Pelotas estabeleceu com portos longínquos, como é

o caso de cidades dos Estados Unidos, da Europa e África que forneceram sal, produto preponderante para confecção do Charque. Outras cidades como Lisboa, Porto, Gernese e Genebra contribuíram com outros produtos, como vinhos, azeites, chocolates e tapeçarias. As informações deste mapa serão discutidas no próximo capítulo, quando observaremos as mesmas de forma mais sistemáticas.

Passemos ao mapa 12, anexo C3, pág. 153 que permite apreciarmos os destinos da produção charqueadora para outras cidades da costa brasileira.

A novidade deste mapa é o delineamento de outros espaços do Brasil escravista em contato com Pelotas. A produção da cidade alcança lugares longínquos do território como São Luís (MA) e Recife (PE). Ainda inclui Campos (RJ) e Vitória (ES) na malha de trânsito de mercadorias produzidas nas bandas meridionais. Novos produtos despontam nos negócios da cidade, para além daqueles provenientes da indústria charqueadora, como o couro de égua e o trigo. Informações que possibilitam a leitura de que Pelotas não trabalhava pura e simplesmente com a indústria do charque, mas também atuava em outras produções, mesmo em menor escala.

Adiante teremos apresentados os destinos da produção charqueadora numa perspectiva mundial, ou ao menos, ocidental.

O mapa 13, anexo D4, pág. 154 introduz novos elementos na lógica comercial da Pelotas oitocentista. Partindo do sul em direção norte do continente americano, temos: Caiena (GF), Paramaribo (SR), Havana (CU), Nova York e Boston (EUA). No continente europeu encontramos novos locais de recebimento da produção. Além de Porto (PT) e Guernsey (UK), já pontuados nos mapas anteriores, surgem Bristol (UK) e Salén (SE).

Estes dados dão margem para uma série de análises, como por exemplo, nações que, nesse momento, iniciavam as políticas abolicionistas (Inglaterra), mas contribuíam com matéria-prima para produção do charque no regime escravocrata de Pelotas e receberam parte de sua mercadoria. Outro elemento interessante é a aparição de relações com a Suécia, pouquíssima ou não estudada na literatura da escravidão no Brasil. Estas constatações serão discutidas no próximo capítulo, quando analisarmos as relações sócio-políticas de Pelotas e a cultura material inserida nas mesmas.

Assim, finalizamos esse capítulo apresentado dados preliminares sobre a documentação e processamento de informações. Este ponto foi interessante para introduzirmos o leitor ao tipo de abordagem que estamos desenvolvendo. Pretendemos no capítulo seguinte nos debruçar sobre os dados apresentados até então e analisá-los mais detidamente, e discuti-los à luz da categoria de patrimônio.

CAPÍTULO III O Passo dos Negros e a categoria de Patrimônio Cultural

3.1 Domínio e Burocracia: Análise

A documentação analisada sobre o cotidiano da escravidão em Pelotas que está relacionada ao Passo dos Negros, como já apresentamos, pauta-se em grande parte no controle efetivo da escravaria, ou seja, é desenvolvida para assegurar a produção Charqueadora no século XIX. Isso implicou numa série de deliberações sobre segurança.

Como expusemos no capítulo anterior, os legisladores, que também eram Charqueadores ou de todo modo representavam a elite charqueadora, estiveram diretamente interessados na manutenção da segurança e, para tanta, exerceram a organização legal de posturas. Como é o caso da Ata de 7 de agosto de 1832 (MAGALHÃES, 2011, p. 59). Quando na iminência de invasão pelo Estado Vizinho da banda Oriental (Uruguai), a Câmara Municipal opta em manter as forças de segurança concentradas na vigilância, tendo em vista o alto número de escravos concentrados. Isto nos revela a importância da produção charqueadora (incluindo-se, aqui, o Passo dos Negros), realça o instrumento direto de vigilância dos cativos, a Guarda Nacional.

Outro fato interessante para nossa análise é a deliberação da Câmara sobre a proibição de venda de pólvora para escravos que não portassem o bilhete de seu respectivo amo, esta que se deu em 13 de julho de 1835. A determinação dificulta o acesso para escravos obterem tal produto. Seguramente esta resolução está diretamente ligada à segurança dos proprietários, os quais, diante da quantidade de escravos na região, temiam algum tipo de revolta por parte dos cativos. A mesma decisão é complementada pelo requerimento de criar postura para escravos que encontrados nas ruas depois da Ave Maria (18:00) sem portar a autorização (com data) de seu amo, seria

punido com o recolhimento a prisão e caso estivessem em fuga, seriam castigados com cinquenta açoites (MAGALHÃES, 2011, p. 263). Ao analisarmos a ata do dia 27 de fevereiro de 1835 (MAGALHÃES, 2011, p.232-233) notamos que os vereadores da cidade expuseram a notícia de chegada de escravos "Nagôs e Oças" na Vila de Rio Grande, vindos da Bahia. A câmara delibera que seja investigado se os mesmos são relacionados à insurreição de 24 e 25 de janeiro de 1835 na cidade de Salvador. É possível que a reação em proibir a venda de pólvora a escravos esteja relacionada com tal aparição de cativos ligados a insurreição na Bahia, como forma de prevenção e limitação ao acesso de escravos a elementos explosivos. Porém, a proibição da venda de pólvora ocorre quatro meses depois dos rumores da aparição de escravos vindos de Salvador.

Ainda no que tange à estrita vigilância e controle da escravaria, é interessante lembrarmos o Código de Posturas Policias da cidade adotado em 1829. O parágrafo II do artigo 3º obriga todo cidadão livre ao serviço de rondas, com penas de multa para aqueles que não a cumprirem segundo escala (Santos, 2012, p. 14). Esta determinação coloca todo cidadão livre a serviço da vigilância, de modo que mine qualquer tentativa de ação social dos escravos no espaço público. A vigilância sobre os cativos não se limita ao horário, mas também à organização espacial, ou seja, existem lugares onde os escravos não deveriam transitar ou estar sem que se tenha a devida justificativa. Como é o caso do 7º capítulo do Código de Posturas Policias:

[...] "Os Taberneiros não consentirão em suas tabernas os escravos parados sem necessidades, nem comendo, jogando ou conversando; se contravierem serão multados em seis mil réis pela primeira vez e doze mil réis e seis dias de prisão. Se tiverem as portas mal abertas ou algumas delas fechadas para encobrir essas coisas, pagarão pela primeira vez doze mil réis e quatro mil réis pela segunda e mais vezes" [...] (SANTOS, 2012, p. 16).

Aqui notamos que os escravo além de serem vigiados de perto pela Guarda Nacional, ainda sofriam estrita vigilância de não escravos. Isso nos mostra que as deliberações da Câmara sobre os cativos teve papel de coerção total no espaço público da cidade, pois o corpo legal de posturas só permitia o trânsito de escravos em certos horários e lugares quando portavam documento de seu amo.

Os documentos analisados nos mostram que a Câmara lançou mão da burocracia como instrumento de coerção dos cativos e controle espacial. Sobre o poder exercido pela burocracia Weber (1970) observa que:

[...] "A administração burocrática significa, fundamentalmente, o exercício da dominação baseado no saber. Esse é o traço que a torna especificamente racional. Consiste, de um lado, em conhecimento técnico que, por si só, é suficiente para garantir uma posição de extraordinário poder para a burocracia. Por outro Lado, deve-se considerar que as organizações burocráticas, ou os

detentores do poder que dela se servem, tendem a tornar-se mais poderosos ainda pelo conhecimento proveniente da prática que adquirem no serviço" [...] (WEBER, 1971, p.25).

Isto, somado aos documentos observados, nos mostra que a Câmara manteve uma constante organização de leis, com fim de salvaguardar a produção charqueadora. A seguir, observaremos as relações comerciais de Pelotas, sob a óptica de laços e trocas comerciais. Para que, desta forma, entendamos a cidade numa perspectiva global de relações comerciais, a fim de ligar as deliberações legais sobre escravos (que já expomos acima) ao comércio do Charque.

As informações levantadas segundo as descrições de Saint-Hilaire (2002) sobre produtos que deram entrada e saída de Pelotas, entre 1817 e 1819, nos dão conta que o comércio com outras regiões do Brasil foi intenso. A cidade esteve inserida numa dinâmica comercial que aponta sua necessidade de receber produtos básicos para a vida diária produzidos em outros locais. O mapa de entrada de gêneros alimentícios e outros tipos de produtos ingressados em Pelotas (mapa 9, anexo Z, pág.150) nos leva a constatação que a cidade, apesar de sua dinâmica na produção de charque, não produzia itens capitais para sobrevivência de seus habitantes. Daí a relação com Salvador, de onde recebeu gêneros como arroz, vinho, açúcar branco, açúcar mascavo e escravos. O mapa nos mostra que Pelotas esteve ligada ainda outros centros de trânsito de mercadorias do Brasil, ou melhor, cidades portuárias, como São Sebastião (SP), Santos (SP), Paranaguá (PR) e Florianópolis. Os itens comercializados com estas cidades mantêm uma relativa constância ao tipo de gênero recebido por Pelotas (açúcar, açúcar mascavo e arroz). Porém, sofre pequenas variações como fumo e aguardente para produtos vindos de Santos, Café e fios de algodão para produtos chegados de Florianópolis, erva mate e madeira vindos de Paranaguá e barricas de cervejas e vinhos, drogas e vidraçaria que partiam do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. Apesar, destas cidades darem vistas sobre os produtos que abasteciam Pelotas, é importante ressaltar, que por se tratarem de cidades portuárias, as mercadorias ingressadas podem ter origens em outras localidades, já que os portos são pontos de conexão do trânsito de objetos e pessoas, deste modo, não há garantia da origem primária destes produtos. Posteriormente, as escavações arqueológicas podem ou não revelar objetos que se relacionem com estes mapas, para que, num segundo momento sejam analisados em seus pormenores, a fim de entender a real origem dos mesmos.

Para além de objetos de consumo da vida diária comercializados com essas

idades, observamos também que dentre as mercadorias já apresentadas acima, surgem escravos negociados com tais portos. Para tal confeccionamos o mapa 10, anexo A1, pág. 151 deste trabalho. O mapa nos apresenta dados bastante interessantes. Ele traz dados inéditos que a historiografia mencionada nesse trabalho não considerou. Embora os portos da Bahia e do Rio de Janeiro sejam amplamente pesquisados e discutidos pela historiografia, locais como Paranaguá, São Sebastião e Santos não foram contemplados pela mesma quanto ao trânsito de escravos. Isto nos revela uma nova ótica para a investigação da circulação de escravos na região sul e sudeste. Para nosso trabalho estes destinos e “origens” são importantes, porque criam novas possibilidades de interpretação da diáspora de escravos no Brasil, inserindo outros locais de troca e interação cultural, social e econômica acerca dos sistemas produtivos e escravistas locais.

O mapa de importações de Pelotas (anexo B2, pág. 152) nos apresentou dados bastante interessantes sobre a dinâmica da cidade inserida no contexto mundial. Nele é possível observar vários pontos interessantes da relação multilateral da cidade frente aos objetos importados. Dados importantes como as origens de um elemento preponderante para a confecção do charque: o sal. Com exceção de Guernsey (Inglaterra), Genebra (Suíça), Lisboa e Porto (Portugal), outras 6 localidades forneciam para Pelotas, majoritariamente, sal. São elas: Candiz, Gibraltar (Espanha), Ilha de Boa Vista, Ilha do Maio (Cabo Verde), Filadélfia, Nova York. Este dado é de grande valia para observar as origens produtoras que subsidiaram a cidade fornecendo sal para sua indústria charqueadora. O que nos auxilia a montarmos aos poucos uma teia de relacionamento que insere mais dois continentes (África e Europa) na rede do charque, capaz de observar a inserção da cidade num contexto triangular de comércio de objetos e pessoas. Outras cidades já citadas contribuíram naquele período com aguardente, azeite, vinho, chocolate, papel, tapeçaria, enxadas e foices. Uma localização que particularmente interessa são as ilhas de Maio e Boa vista, ligadas à Ilha da Madeira, na Costa Ocidental da África. Até aqui, não se sabia que Pelotas possuía conexões diretas com esses locais, ao menos pela literatura.

Outro dado que a documentação nos propiciou foi a formulação de mapas sobre as exportações de Pelotas mundo Atlântico a fora (anexo, D4, pág.154). Como até agora apresentamos dados relativos a entrada de objetos de consumo e escravos na cidade, passamos, então, a enfatizar os elementos sobre o que era produzido na cidade e a conectavam com outros espaços do planeta através do comércio.

As relações comerciais de Pelotas segundo sua produção dão margem a dados inéditos sobre as conexões comerciais da cidade, como é o caso das exportações para Paramaribo, no Suriname, que naquele contexto era colônia holandesa. Apesar de Pelotas não manter nenhuma relação comercial direta com a Holanda, notamos que exportou parte de sua produção para uma de suas colônias na América do Sul. O mesmo se aplicar a Caiena, na Guiana Francesa, cujas relações com Pelotas não havia sido discutido pela historiografia local.

Para América Central e América do Norte Pelotas exportou carne seca, chifres, graxa e couro de boi, para destinos como Havana em Cuba, Boston e Nova Iorque nos Estados Unidos.

O leque de destinos da produção charqueadora incluíam, também, a importação de gêneros para Europa. Pelotas enviou para cidades do continente europeu itens como graxa, carne-seca, crinas e trigo para Portugal (Porto), Inglaterra (Guernsey/Bristol) e Suécia (Salén).

Estes dados nos mostram que a cidade manteve contato com diversas partes do mundo ocidental através de relações comerciais. Desse modo, notamos que todo aparato legal para coerção da escravaria esteve diretamente ligado a manutenção da produção charqueadora. De tal modo que lançar mão de uma tecnologia jurídica para estipular horários e lugares de trânsito para os cativos, restringir o acesso a determinados produtos e sujeitá-los a castigos físicos funcionou como ferramenta de controle efetivo dos mesmos e dinamização da produção charqueadora, a fim de assegurar as trocas econômicas que a cidade manteve no envio e recebimento de mercadoria com diversas cidades do mundo.

Sobre a sujeição do corpo ao campo político, Foucault (1987) afirma que:

[...] “Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” [...] (FOUCAULT, 1987, p.29)

Desse modo, observamos que toda rede de conexões que a cidade estabeleceu com os três continentes (África, América e Europa) estava ligada diretamente a escravidão e foi em grande parte assegurada segundo a organização burocrática, que por intermédio da câmara municipal estabeleceu medidas legais para garantir o controle da

escravaria, logo da produção charqueadora. Tais medidas, somadas à observação Nicolau Dreys (1839), segundo a qual uma charqueada bem administrada é como uma penitenciária, mostram como a classe senhorial empenhou-se na reprodução das relações de produção e de dominação dos cativos.

Passada esta explanação da cidade numa perspectiva ampla, finalizamos aqui nossas observações, para retornarmos o Passo dos Negros como Patrimônio cultural, mostrarei que, não obstante a inserção do local no plano diretor de Pelotas, ele vem sofrendo intervenções diretas e indiretas decorrentes da expansão urbana e especulação imobiliária.

3.2 O Passo dos Negros e o Presente

Como discurremos no segundo capítulo, o Passo dos Negros esteve diretamente ligado à formação da cidade, não só por se tratar de espaço que compôs a fabricação de charque, mas por servir como praça de pedágio que taxou mercadorias vindas de outras regiões. Sua importância também perpassa o quesito militar, por se tratar de uma espécie de fronteira alfandegária, assume assim, a tarefa de tributar valores sobre itens vindos de outros domínios colonias, e principalmente limitar o acesso ou ingresso de produtos contrabandeados por terra da banda Oriental.

A importância do Passo dos Negros é assegurada segundo as leis de salvaguarda e proteção do patrimônio municipal, mesmo que de forma indireta, tendo-se em conta que a cidade ainda não dispõe de uma lei que trate exclusivamente do Passo e sua importância pelo viés de uma perspectiva histórica, arqueológica ou patrimonial. Como assinalamos no capítulo 1.4.2, o Passo está incluído no contexto espacial de áreas protegidas, como é o caso da Lei nº 4.977 que instituiu o Roteiro das Charqueadas em 2003. Outra diretriz que inclui o sítio em seu espectro de proteção é o artigo 80 do III Plano diretor da cidade (2008). Este estabelece espaços de interesse arqueológico, mais precisamente, Áreas Especiais de Interesse Arqueológico – (AEIARQ).

O artigo 85 do Plano Diretor estipula, também, o perímetro com potencial arqueológico para o qual deverão ser feito, em caso de impacitos, laudos arqueológicos.

Diante destas breves exposições sobre as diretrizes que asseguram e alertam os espaços de interesse patrimonial da cidade, apresentamos o Mapa de Áreas Especiais de Interesse Arqueológico presente no mapa 14, anexo E5, pág. 155. Toda área circunscrita em verde do mapa corresponde as Áreas Especiais de Interesse Arqueológico –

(AEIARQ) do município.

Apesar de estar localizado no perímetro referente às AEIARQ, o Passo dos Negros (L -31.7711767, L-52.284108) tem sofrido com a especulação imobiliária e a expansão urbana de forma direta e indireta, inclusive, no mês de outubro de 2013, inaugurou-se, no local, o Shopping Pelotas, sem a devida avaliação arqueológica da área impactada. Outro impacto que o sítio vem sofrendo se deve à construção do condomínio Lagos de São Gonçalo.

O condomínio localiza-se em latitude -31.766012 e longitude -52.305615, instalado num raio de 35 hectares e conta com 365 lotes, o que corresponde a 47% de área total ocupada. Lançado em novembro de 2010, o condomínio já negociou 95% de seus lotes num total de 243 terrenos colocados à venda²³. A imagem 01, anexo F6, pág. 156 se trata de uma ampliação do mapa das AEIARQ. O ponto em vermelho representa a posição relativa do condomínio na área.

A criação deste condomínio é o sintoma imediato da expansão urbana da cidade sobre o Passo dos Negros. Até o momento não temos notícias de que tipo de material arqueológico foi encontrado na fase de construção do empreendimento, mas de toda maneira, sua localização corresponde à área de interesse para pesquisas em arqueologia da escravidão, tendo-se em vista a proximidade com a área prospectada em 2012, correspondente ao Passo dos Negros. De todo modo, o III plano diretor não trata sobre que tipo de procedimento deverá haver por parte do empreendedor em caso de impacto arqueológico, como por exemplo, medidas compensatórias ou mitigatória.

A construção do condomínio na região do Passo, logo no que compreende parte da AEIARQ, é a uma das ações diretas da expansão urbana, como já assinalamos acima. Porém, desde novembro de 2006, a Prefeitura e o governo do Estado tem negociado uma área de 65 hectares localizada às margens do Arroio São Gonçalo e Arroio Pelotas, no intuito de construir um estaleiro. Para entendermos as intenções da Prefeitura sobre viabilização da área, dispomos a seguir trechos da entrevista que esteve disponível no site da prefeitura em 08 de novembro de 2008, com a manchete: *“Estaleiro finaliza negociações se instalar em Pelotas”*:

[...] “Investimentos da ordem de R\$ 50 milhões e geração de 600 empregos diretos são os objetivos do Estaleiro Companhia Câmara, que negocia a cedência de uma área para se instalar em Pelotas nos próximos meses. Nesta quarta-feira os empresários estiveram na cidade e visitaram o terreno de 65 hectares localizado às margens do canal São Gonçalo e Arroio Pelotas, hoje pertencente ao governo do estado, conhecido como chácara da Brigada. [...] Em reunião realizada no Centro Administrativo Professor Araújo com as equipes técnicas das secretarias de

23 Disponível em : <http://www.fuhrosoutoempreendimentos.com.br/portal/lagos-de-sao-goncalo>

Qualidade Ambiental, Transportes e Trânsito e Desenvolvimento Econômico, os empresários apresentaram o projeto do empreendimento e trataram de questões práticas para a construção do estaleiro. A área mínima necessária para as obras de infra-estrutura é de 45 hectares. Além disto, a empresa necessita instalar um porto próprio e dispor de via rodoviária capaz de receber trânsito pesado. Requisitos que estão sendo viabilizados pela administração municipal em parceria com o governo do estado. A empresa vai construir navios com tecnologias francesa e russa para transporte de carga e uso militar [...] A negociação com a empresa vem sendo feita há mais de um ano, conforme afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico, Carlos Mário Santos [...] Ainda conforme informações do empresário, a indústria irá atuar também como portão de entrada e distribuição de aço vindo da China. Segundo as negociações estabelecidas e já acordadas com siderúrgicas chinesas, o produto poderá chegar ao país com valor 4% menor que o do aço nacional. As equipes técnicas da prefeitura devem começar nos próximos dias a realizar medições no terreno pretendido, para que as informações sejam repassadas ao estaleiro, de forma a promover a adequação do projeto das obras civis. A instalação da Cia Câmara no local não irá inviabilizar as atividades da Brigada Militar na área, já que a corporação utiliza menos de 10% do terreno para treinamentos. As obras de infra-estrutura devem ser concluídas em até 12 meses, para que o estaleiro possa efetivamente começar a operar a produção” [...] (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008)

A notícia é veiculada pela prefeitura dois meses depois da instituição do III plano Diretor (setembro de 2008). A informação da vistas sobre a negociação sobre a intenção de instalarem um estaleiro de grandes proporções, sob o argumento de gereção direta de 600 empregos e investimentos na casa de 50 milhões de reais.

Como tradução destes números a cidade terá produção de navios para transporte de carga e uso militar, além de servir como entrada de aço de origem chinesa. Nota-se que a veiculação da notícia esta associada ao desenvolvimento e a criação de empregos para a região, sem dar vistas que a área em questão é contemplada enquanto Área Especial de Interesse Arqueológico, ou que obras em tais áreas carecem de uma série de procedimentos garantidos por lei, como já citamos acima. Quanto às equipes técnicas da prefeitura representadas em tal reunião, não se observa a presença da secretaria de cultura, que por sua vez, representa o interesse do Poder Público sobre Patrimônio Cultural. Em nenhuma parte sequer da notícia encontramos menção as leis de salvaguarda do patrimônio, sejam elas sobre a Lei nº 4.977 referente ao Roteiro das Charqueadas (2003) ou com vistas as AEIARQ (2008).

Um ano e quatro meses depois, dia 28 de junho de 2010, a prefeitura vinculou outra notícia sobre sua vontade política em liberar a área para construção de um Polo Naval e as ações pretendidas para tal prática:

[...] “A Prefeitura iniciou as atividades da semana com o foco na instituição do Polo Naval na região portuária. Enquanto o prefeito prospecta, nesta semana – na Inglaterra e na Escócia–, oportunidades de desenvolvimento do setor no Município, o secretário de Desenvolvimento Econômico (SDE), Carlos Mário

Santos, mantém tratativas com o governo do Estado. As ações dos próximos dias, sob o comando do titular da pasta municipal, têm por objetivo mais imediato a liberação da Chácara da Brigada, propriedade de 66 hectares considerada pelos gestores uma das principais áreas do novo distrito industrial. Santos, em conjunto com o administrador do Porto de Pelotas, Paulo Morales, diligenciam a realização do levantamento topográfico do imóvel a fim de que o Executivo Estadual possa adjudicar o processo de transferência ou de cessão de uso. “A Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado precisa do ‘mapeamento’ físico, conforme demandas conhecidas em reunião na capital”, informa Santos, referindo-se à audiência com o secretário-adjunto, Adalberto Silveira, na semana passada. Na avaliação do secretário, a participação do prefeito na Missão Petróleo e Gás do Mar do Norte, que integra o Projeto de Apoio à Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas (PAIPME) – uma iniciativa do Brasil e da União Europeia –, contribuirá, sobretudo, ao conhecimento dos impactos da construção naval. “Será uma ferramenta fundamental para adequação da produção à nova realidade na gestão municipal”, avalia Santos.[...]“Além disso, trabalhamos para que Pelotas se constitua num polo naval complementar ao de Rio Grande” [...] (PREFEITURA DE PELOTAS, 2010)

Observamos que de 65 hectares a área negociada passa para 66 (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados), e além do levantamento topografia do terreno, notamos a preocupação com os impactos de tal obra na fala do então secretário de Desenvolvimento Econômico. Porém, sem dar mais pormenores sobre que tipos de impactos podem ser estes, se seriam eles históricos, arqueológicos, sociais, ambientais ou patrimoniais.

Outro dado interessante é sobre o tipo de empreendimento. Não observamos mais, o interesse em construir um estaleiro, mas o que vemos é sobre a construção de um Polo Naval, o que leva a crer que o espaço compreenderia um complexo de empresas. O que aumentaria a área de impacto. Apesar de a palavra impacto estar presente, não observamos ainda nesta notícia nenhuma citação no que se refere a esfera patrimonial, os poderes responsáveis seguem suas negociações sem proporem algum tipo de consulta pública ou diálogo com a comunidade sobre o destino do espaço.

O caminho legal para instalação do Polo Naval deveria então passar pela posse do espaço, ou seja, a área que corresponde ao Passo dos Negros esteve sob o domínio da Brigada Militar até o ano de 2012 (esfera estadual), daí a causa da área ser referenciada também com o nome de Chácara da brigada. O mecanismo encontrado pela municipalidade para viabilizar tal empreendimento adveio da negociação com o governo do Estado em transferir a posse da área para Superintendência de Portos e Hidrovias – (SPH)A notícia desta negociação foi anunciada pela prefeitura em 08 de fevereiro de 2012, com o seguinte parecer:

[...] “A Prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET), dá mais um importante passo no sentido de disponibilização da área de 64,92 hectares, onde hoje situa-se a Chácara da Brigada. Na publicação

do Diário Oficial do Estado (DOE), desta última segunda-feira (06), consta o Termo de Rescisão do Convênio entre o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (atual SPH) e a Brigada Militar do RS, fazendo com que a área em questão passe novamente a ser de propriedade da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) [...] Segundo o titular da SDET, Eduardo Macluf, há pelo menos quatro anos, a Prefeitura, por meio de sua pasta, vem negociando com o governo do estado a cedência daquela área, com o objetivo específico de instalar um Distrito Industrial Naval, complementar ao Polo Naval de Rio Grande, onde empresas sistemistas se estabeleceriam, gerando desenvolvimento e empregos no município. Ele explica que, a partir do retorno da área para a SPH, esta ficaria livre para a destinação prevista. Macluf conta que, recentemente, o ex-superintendente da SPH, Vanderlan Vasconcelos, em reunião com o prefeito Adolfo Antonio Fetter e o próprio Macluf, solicitou o apoio da Prefeitura de Pelotas para a realização de estudos acerca da área, tais como topografia, batimetria e mapeamento completo, em pleito que foi atendido pela Prefeitura em menos de um mês após o pedido. O titular da SDET lembra também que o referido estudo foi feito em parceria com a empresa pelotense Ecocel, especialista em assessoramento ambiental, que realizou o estudo completo sem custos para o poder público, possibilitando, desta forma, a continuidade do processo. De posse destes dados, a Secretaria de Infraestrutura e Logística do RS (Seinfra), na pessoa de seu titular, Beto Albuquerque, e a SPH, deram andamento ao processo, que vinha sendo negociado também junto à Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI/RS) e a Secretaria de Desenvolvimento e promoção do Investimento" [...] (PREFEITURA DE PELOTAS, 2012)

Mais uma vez, a extensão da área sofre variações e as intenções de instalação de um Polo Industrial mudam ao conceber um Distrito Industrial²⁴. Depois de negociada a tutela da terra, a prefeitura então empreende estudos referentes a medições, topografia e mapeamento, o que é feito por uma empresa privada (especializada em assessoramento Ambiental), sem onerar quaisquer custos aos cofres públicos, o que é atípico. Confeccionadas as informações necessárias sobre a espacialidade da área, trata a prefeitura em continuar sua caminhada, quando em março de 2012 recebe empresários do grupo Rosa Naibert: projetos & consultorias, especializada em soluções corporativas, a qual se declara representante de empresários americanos e suecos, além de brasileiros ligados à produção de módulos de plataformas para a Petrobrás. É interessante observar que novos agentes se somam nas aspirações da prefeitura e outra vez o Passo dos Negros se relaciona com outras partes do mundo, dessa vez segundo o interesse de empresários suecos e americanos que se fazem representar pela empresa Rosa & Naibert. A importância do espaço para o grupo de investidores pode ser notada no comentário Nelson Terres Naibert, coordenador da missão de empresários do setor naval em visita à cidade no dia 07 de março de 2012 e através dos encaminhamentos que a

24 As diferenças entre Polo e Distrito Industrial se concentram basicamente na cadeia produtiva. Para o caso de um Polo industrial concentram-se uma variedade de indústrias em uma área e produzem objetos de variadas escalas para diversos fins, ou seja, trata-se de um complexo de empresas que não atuam na mesma área especificamente. Para um distrito industrial organiza-se um complexo de indústrias que efetivam um ciclo de produção de um determinado objeto, ou seja, uma cadeia de produção que compõem várias empresas que colaboram entre si a fim de chegar a um produto final.

prefeitura segue a implementar em outra reunião (novembro, 2012) com o consultor americano Marc Weis:

[...] “Estamos tendo um feedback muito positivo. Tínhamos uma expectativa antes desta visita, que foi superada. Agora, depois de tudo que vimos, a ideia é que haja um incremento nos investimentos no Município. Estamos muito bem impressionados.” Com esta declaração, o coordenador da missão de empresários do setor naval e representante da Rosa, Naibert Projetos & Consultoria, Nelson Terres Naibert, simplificou a impressão do grupo, que visita Pelotas[...]O Prefeito Adolfo Antônio Fetter reuniu-se na manhã de hoje (5), com o Diretor da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), o consultor americano Marc Weiss e com superintendentes municipais para discorrer sobre as potencialidades da região Sul para investimentos no Polo Naval. A região de Pelotas, disse Fetter, tem interesse na disponibilidade efetiva da área pública estadual, denominada Chácara da Brigada, com o que ficaria apta a receber investimentos da indústria da construção naval. A área possibilita a recepção de empresas que necessitem de acesso ao Canal São Gonçalo, com comunicação fluvial ao Porto de Rio Grande através da Lagoa dos Patos” [...] (PELOTAS, 2012).

Estes trechos de entrevistas veiculadas pela prefeitura deixam explícita a política do executivo de Pelotas, disseminada até 2012 (último ano de mandato do prefeito Adolfo Antônio Fetter), em disponibilizar o espaço do Passo dos Negros para instalação de setores do campo naval, sob o argumento de desenvolvimento e produção de empregos. Sem esboçar nenhuma referência direta ou indireta ligada as diretrizes de tutela do patrimônio cultural da cidade. Além de veicularem distintas propostas sobre o que de fato se instalaria no local, estas que mudaram entre estaleiro, polo e distrito naval e diferentes grupos de investimento interessados no negócio. Porém, quase oito anos depois da primeira notícia sobre o interesse da prefeitura em disponibilizar o espaço, nunca se falou na formulação de um projeto sobre impacto ambiental, arqueológico, cultural, histórico ou um plano para gestão do Patrimônio da área.

Não se observou por parte da Prefeitura tipo algum de consulta a especialistas ligados à esfera do patrimônio sobre a viabilidade de tal obra, que tipo de ônus o empreendimento poderia trazer para o Passo dos Negros enquanto espaço relacionado à história da escravidão na cidade, isto é, ligado ao nascimento da cidade, tendo-se em vista que a mesma se constituiu sobre trabalho de mão-de-obra escrava.

Finalizamos aqui a apresentação das intenções do poder executivo de Pelotas frente ao Passo dos Negros. A seguir, examinaremos o Passo na esteira do patrimônio cultural enquanto prerrogativa legal para observarmos as posições da prefeitura frente ao patrimônio cultural da cidade.

3.3 Tutelas do Patrimônio

A multiplicidade dos grupos sociais e suas manifestações culturais são tema da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2002). Sua proclamação orienta que a diversidade cultural abrange diversas formas no tempo e no espaço, de modo que elas tem sua manifestação na originalidade e multiplicidade dos grupos sociais (Artigo 1º). Porém, o trânsito no território patrimonial não é uma caminhada serena ou relação amena entre os grupos sociais. Entender limites e cercanias do patrimônio cultural não é tarefa fácil, pois o conteúdo cultural da pertença patrimonial não está desvinculado das orientações políticas dos grupos. Lúcio Menezes Ferreira (2001, p.18), afirma que “a definição de identidades culturais, sobretudo quando elas se reportam à Arqueologia e ao patrimônio cultural, nada está quieto, mas em ebulição. Elas se movem mar agitado”.

A escolha de artefatos, espaços paisagens, edifícios e toda gama de objetos que pode servir de suporte para celebrações patrimoniais são resultantes de uma ou várias seleções conscientes dos grupos sociais. Como afirma Sant’Anna (2003), um monumento é fruto direto da colocação de um bem em perspectiva histórica ou artística, sob uma perspectiva que o isola da massa de objetos existentes, para que tal seja consagrado enquanto suporte de suas memórias (Sant’Anna, 2003, p 49).

Como já foi citado neste trabalho, segundo o argumento de Almeida & Bastos (2006), Pelotas, na década de 1980, introduziu o II Plano diretor os primeiros passos preservacionistas, porém o mesmo visou a ocupação e requalificação do solo na área central da cidade, nomeada como Zona Central de Comércio ZCC. O que culminou em forte degradação de seu conjunto arquitetônico, com destruições e alterações acentuadas de edifícios históricos, sem nenhum acompanhamento efetivo do poder público. A medida adotada dois anos mais tarde foi a criação da lei nº 2708/82, que além das premissas de conservação, estabelece o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC). Observou os princípios para tombamento e isenção de IPTU para prédios tomados. Diretriz legal que mais tarde foi alterada com a criação da lei 3128/88, que condicionou a medida de tombamento em ato refém de apreciação da Câmara de Vereadores. Mas uma vez observamos o poderio do legislativo em demandar o que deveria ou não ser protegido e vigiado, desta vez no sentido patrimonial.

Na esteira de esforços para a preservação do patrimônio as autoras citadas afirmam que preservacionistas (não especifica quais), técnicos do Poder Público e da Universidade Federal de Pelotas se associaram para dar amplitude ao tema da

preservação. Isto se deu pela concretização do Sistema Municipal de Preservação Cultural – (SIMPAC) Este sistema aborda os mais variados enunciados relativos a formas de preservação, cadastro e classificação dos bens imóveis de interesse cultural, incentivos, restrições, avaliações de entorno para concessão de novas isenções, entre outras medidas para proteção patrimonial. A aprovação de tal sistema se deu depois de longa discussão que restringiu em grande parte o projeto original, concretizado assim na lei 4568/2000 (Almeida & Bastos, 2006). De todo modo, a organização da cidade para a preservação do patrimônio cultural tem fortes vistas para a arquitetura, esta que de alguma maneira conseguiu remontar os tempos áureos da cidade, que através do poderio econômico das elites dominantes fez a cidade florescer pelo trabalho escravo. No que se refere à preservação, o *Manual de imóveis Inventariados da cidade* (2008), ao descrever quais são as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, ilustra melhor a predileção por edifícios e entornos:

[...] “3.1 PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DA LEI 4568/2000

Determinação da ZPPCs- Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural.

O zoneamento foi definido de acordo com o processo de evolução urbana de Pelotas, cada ZPPC corresponde à implantação dos primeiros loteamentos executados na cidade. Estas zonas buscam manter a integridade de áreas da cidade com características históricas e culturais significativas para identidade local. Com o sistema de zoneamento efetiva-se a preservação do edifício e do seu entorno na tentativa de manter a harmonia da paisagem urbana.

ZPPC 1- Sítio do 1º Loteamento: Corresponde ao primeiro núcleo urbano de Pelotas, configurado ao redor da antiga Igreja da Freguesia, atual Catedral São Francisco.

ZPPC 2- Sítio do 2º Loteamento: Região do entorno da Pça Cel. Pedro Osório que desde o século XIX caracteriza-se como centro da cidade. Representa o Poder e a riqueza da época das charqueadas, através de seus prédios de arquitetura eclética.

ZPPC 3- Sítio do Porto: Zona localizada à beira do canal São Gonçalo onde eram desenvolvidas as atividades portuárias da cidade, importantes para o desenvolvimento da indústria do charque e dos produtos manufaturados.

ZPPC 4- Sítio da Caieira: Região onde eram realizadas atividades de fabricação de cal, nas imediações da linha férrea junto a Rua Conde de Porto Alegre “[...] (PELOTAS, 2008).

O manual nos serviu como importante documento para entender como a cidade procedeu em escolher o que deve ser protegido. mais adiante voltaremos a examinar tal documento.

A breve apresentação que fizemos sobre os matizes legais da cidade na esfera da

preservação serve para entendermos como o município praticou suas escolhas, suas seleções em qualificar qual patrimônio deve ser preservado. As ações de preservação relacionada ao patrimônio em Pelotas seguiram parâmetros históricos e oficiais no Brasil, ou seja, as prerrogativas estiveram diretamente ligadas à proteção de bens arquitetônicos relacionados a grupos dominantes. Sobre a função de patrimônio e políticas públicas numa perspectiva histórica, Fonseca (2003) observa que:

[...] “A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acatamento teve como consequência a produção de uma compreensão restrita do termo “preservação”, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitista, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com classes dominantes [...] Uma análise crítica dos Livros de Tombo, do Iphan, revela que essa limitação tem consequências mais graves que a mera exclusão de “tipos” de bens culturais desse repertório. Na realidade, essa estratégia produziu um “retrato” da nação, que termina por se identificar com a cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantada” [...] (FONSECA, 2003, p. 66).

Observamos logo que o modelo de preservação seguido por Pelotas foi uma continuidade do que se imprimiu em boa parte Brasil. Isto é, uma preservação de edifícios históricos que representa as elites dominantes. Capaz de formar uma imagem da cidade sustentada na riqueza de seus ilustres charqueadores. O que fica evidente na descrição das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas, as ZPPC. O 2º loteamento é descrito como correspondente a região do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, onde desde o séc. XIX caracteriza-se como centro da cidade e representa o poder e a riqueza da época das charqueadas, através de seus prédios de arquitetura eclética (PELOTAS, 2008).

A eleição do que deverá ser preservado é uma escolha consciente, exige uma taxinomia empreendida pelo grupo social que será representado. Os objetos protegidos funcionarão como vetores capazes de traduzir-se em uma pedagogia do passado.

Para o caso das escolhas, é interessante analisarmos a apresentação do *Manual do Usuário de Imóveis Inventariados* (2008), redigida pelo então prefeito Adolfo Antonio Fetter Junior, que nos trás algumas pistas sobre tal eleição:

[...] “O território onde hoje se situa pelotas começou a ser povoado em meados do séc. 18, mas foi a partir de sua constituição como “freguesia”, com a construção da primeira capela (onde hoje se situa a Catedral), que a área urbana passou a ser implantada. Começou a “vila” pela parte mais alta e plana, com ruas perpendiculares e traçado regula, o que se manteve nas expansões verificadas até meados do século 20, quando alguns dos novos bairros e vilas adotaram traçados diversificados. Nas últimas décadas, verificou-se algum crescimento desordenado, especialmente pela pressão das migrações para a cidade e dificuldades

econômicas, gerando impossibilidades privadas e públicas de manter os mesmos “padrões” de construção e urbanização verificados até então. Esta perda de importância econômica, política e cultural em relação a outras regiões do Estado e do país, também produziu uma aparente dicotomia entre a “glória do passado” e as “dificuldades do presente” produzindo conflito entre os “defensores do antigo” e os que pregavam a “modernização da cidade”. Passadas algumas décadas, verifica-se que cresce a consciência de que é possível conciliar as duas posições, preservando-se o que é relevante e testemunha de outras épocas e direcionando-se o crescimento da cidade para áreas onde se possa ter construções de natureza mais contemporâneas” [...] (PELOTAS, 2008, p.4).

A apresentação do Manual se dá inicialmente de forma reveladora ao ponderar uma “harmonia” entre o velho e o novo. No sentido de argumentar sobre uma “consciência” que é traduzida na conciliação entre a preservação (para o que é relevante enquanto testemunho do de outras épocas do passado) e o crescimento da cidade em áreas que possam sofrer construções contemporâneas.

Alguns pontos sobre o passado e o presente devem ser revistos, interpretados e esclarecidos, para se tentar vislumbrar algum futuro para nosso objeto de pesquisa.

Cotado em 1812 para servir de base a implementação do núcleo urbano de Pelotas, o Passo dos Negros abrigaria o primeiro loteamento da cidade, o que não se deu devido a uma manobra política do então pároco e um grande proprietário de terras, segundo alegação de forte odor e intenso fluxo de escravos, como já descrevemos neste trabalho. Mais tarde, já com a implantação da cidade (1839), Nicolau Dreys traduz o Passo da seguinte maneira: *“e pelo Passo Rico ou Passo dos Negros, que se pode considerar como um subúrbio, da cidade de Pelotas, que já tomou lugar entre as cidades as mais asseadamente edificadas do Brasil”* (Magalhães, 2000). O autor observa a posição de subúrbio do sítio em detrimento da boa colocação que a cidade já dispunha. A consideração de Dreys pode estar relacionada aos mais de sete quilômetros que separam o Passo dos Negros da Catedral onde foi fundada a cidade, mas também ao contingente de escravos que povoavam as charqueadas, estes que estavam para mais de 4 mil como assinala a Sessão Câmara Municipal de 7 de agosto de 1832. Deste modo, a marginalidade do Passo dos Negros pode ser considerada sob vários aspectos. Em primeiro lugar, por estar literalmente às margens do Rio São Gonçalo, esta posição que lhe conferiu valor estratégico no passado e no presente. Segundo, por estar a margem do esquadrinhado onde se estabeleceu a cidade e, por último, por se tratar de um espaço habitado majoritariamente por escravos, o que faz dele um espaço marginal no jogo social.

Vista algumas posições sobre o sítio no passado, observaremos então seus

trânsitos no presente.

As diretrizes legais sobre a proteção do Patrimônio em Pelotas não contemplam o Passo dos Negros de forma específica, como já foi argumentado. Pode-se argumentar que, as leis de proteção patrimonial foram trabalhadas num contexto de destruição e ruína de prédios da região central da cidade. Porém, isto pode nos revelar um gosto, uma predileção em eleger o que não deve ser destruído. Tal predileção é evidenciada pela apresentação do *Manual do Usuário de Imóveis Inventariados* (2006). Como segue o trecho sobre tal gosto:

[...] “verifica-se que cresce a consciência de que é possível conciliar as duas posições, preservando-se o que é relevante e testemunha de outras épocas e direcionando-se o crescimento da cidade para áreas onde se possa ter construções de natureza mais contemporâneas” [...] (PELOTAS, 2008, p.4).

Somado isso as aparentes intenções da prefeitura em instalar um estaleiro, ora distrito industrial no mesmo ano de lançamento do manual e do III plano diretor, nos revela que a região do Passo é tida como um dos tais espaços que podem receber obras de natureza contemporânea, sem dar qualquer tipo de vista específica no que diz respeito à preservação patrimonial.

A importante posição do sítio no passado permanece quando nos referimos a estratégia econômica, porém sem vincular o espaço enquanto patrimônio cultural. Ou melhor, ao que se relaciona ao patrimônio no Passo dos Negros encontramos um monumento em homenagem a “Batalha do Passo dos Negros” (foto 11). Dada no dia 2 de julho de 1836 quando tropas Farroupilhas e imperiais se enfrentaram naquele espaço. O monumento é caracterizado por uma réplica de canhão e uma placa comemorativa com o seguinte dizer:

[...] “O CRPO/SUL, ao rememorar a “Batalha do Passo dos Negros” travada neste local ao dia 02 de junho de 1836, reverencia aqueles que heroicamente, nos deixaram um legado de liberdade e orgulho de nossas tradições. Pelotas, 16 de agosto de 2009. CRPO/SUL 35 anos” [...].

Outra vez o Passo dos Negros é traçado segundo seu aspecto militar, homenageado pelo Comando Regional de Policiamento Ostensivo – Sul CRPO/SUL. Os dizeres da placa de comemoração nos deixam clara a opção de qual grupo social deve ser representado e qual evento vai ser homenageado, deste modo retornamos às escolhas e seleções dos grupos sociais em decidirem o que será rememorado. Sobre escolhas nas relações entre arqueologia e Patrimônio Cultural, Lúcio Menezes Ferreira (2011) explica que:

[...] “Com efeito, o Patrimônio cultural estudado e interpretado pelos arqueólogos

está sempre submetido a políticas de representação. Dito de outro modo: como índice da formulação da auto imagem de uma nação ou de um grupo étnico, o patrimônio cultural é periodicamente selecionado, re-selecionado, revisado, dispensado e muitas vezes intencionalmente destruído” [...] (FERREIRA, 2011, p.22).

Sobre a seleção dos bens patrimoniais, observamos que em Pelotas, de maneira geral, o que se apresenta enquanto narrativa traduzida de seu patrimônio é a história da grandeza e imponentia que o charque produziu, mesmo que toda suntuosidade de seu conjunto esteja relacionada diretamente ao trabalho escravo. Ou para o Passo dos Negros em especial, onde a escolha que se fez foi a celebração de fatos relacionados a batalha Farroupilha na cidade. Não quero aqui estabelecer um antagonismo entre o que deve ou não ser celebrado ou incitar uma iconoclastia do patrimônio. Mas como afirmou Candau (2009, p. 54): “As reivindicações memoriais e patrimoniais se revestem então de lógicas comunitárias: as reivindicações memoriais vêm alimentar as representações que um grupo de indivíduos faz de si mesmo”. Isto nos indica que os grupos sociais de Pelotas, não contemplam o Passo dos Negros enquanto espaço importante para a fundação da cidade, tão pouco no que diz respeito àqueles que ali podem ter morrido trabalhando nas charqueadas como escravos. Ou então os grupos sociais que se inserem nos processos de preservação, se representem pela identificação com os senhores do charque, e não com os servos que produziram suas fortunas.

Os trâmites políticos que deliberam sobre a proteção patrimonial não observaram a importância do Passo dos Negros enquanto baluarte da escravidão na cidade, não se pensou o universo que ali se deu pela exploração. Vários grupos sociais dividiam o Passo dos Negros (famílias de charqueadores, trabalhadores livres e escravos), porém, os negros não possuem representações no patrimônio cultural material da cidade e correm o risco de não o terem no futuro. Ao menos, através do Passo dos Negros que pode se transformar num complexo industrial. O que não condiz com as convenções patrimoniais sobre a diversidade cultural, como é o caso da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2002).

Considerações Finais

Não há dúvidas do potencial arqueológico do Passo dos Negros para pesquisas em Arqueologia da Escravidão. A prospecção desenvolvida em março de 2012 revelou que ali estão estruturas e artefatos de grande valia para uma pesquisa de médio prazo, isto é, escavações arqueológicas sistemáticas que somadas aos dados levantados segundo a documentação examinada neste trabalho, e muitas outras disponíveis em arquivos, dão margem para compreensão de parte importante do processo escravocrata na cidade de Pelotas e Região.

A perspectiva que adotamos em analisar documentação primária e secundária com finalidade de observar o sítio e região inseridos numa dinâmica que parte de relações locais, regionais e globais significou entender a cidade e seus mecanismos de manutenção da escravidão sob uma ótica ampla. Constituindo-se o sítio como parte do fenômeno global da dispersão de pessoas e objetos no novo mundo e suas inter-relações que podem se apresentar *in situ* e/ou na documentação produzida naquele período. De modo que a pesquisa arqueológica que entende a escravidão enquanto fenômeno do mundo moderno deve estar consciente que conexões extra-sítios podem ser refletidas na cultura material como tradução do contato com o “mundo exterior” (além do espectro espacial do sítio). Orser (2007) reforça que a arqueologia do mundo moderno não pode se relacionar com a ideia que arqueólogos históricos devam restringir-se ao estudo de sítios únicos como objetivo final de suas investigações, pois a interconectividade do mundo deve ser vista como fenômeno de escalas temporais e espaciais que continuam a ser produzidas no processo de globalização (ORSER, 2007, p.15-16).

Tal método de observar sítios históricos numa perspectiva ampla como reflexo do mundo moderno, foi efetivo em nosso trabalho, principalmente no que tange à documentação analisada, pois esta nos deu subsídio através de fontes primárias e

secundárias para confeccionarmos os mapas que ilustraram as conexões da cidade no contexto global. Desta forma, nos concentramos em extrair da documentação a maior parte das informações que buscamos. A gama de elementos que os mapas produziram são importantes para pensar que tipo de materiais podem ser revelados nas escavações arqueológicas daquele sítio. Observar um sítio histórico e suas relações com outros espaços do mundo escravocrata do séc. XIX nos suscitou uma série de questões que não serão respondidas aqui, mas se seguidas de forma paulatina, sem dúvida contribuirão para o entendimento de parte da escravidão como fenômeno do mundo moderno que conectou diferentes regiões e contextos sociais no sul do Brasil.

Para regiões do Brasil, sabemos pela literatura que o charque serviu como parte da alimentação de escravos, como por exemplo, (ALBUQUERQUE & FILHO, 2006 P.75) argumentam que nas fazendas do sudeste os escravos eram alimentados com feijão, angu, farinha de mandioca e carne seca ou charque. Contudo, não podemos afirmar que o charque produzido em Pelotas serviu exclusivamente para alimentação de escravos nas cidades do sudeste.

Quanto às exportações de Pelotas para outros contextos escravocratas do continente americano, como é o de Montevideo, Paramaribo, Caiena, Havana e Boston, quais grupos sociais consumiam a produção de charque, couro, graxa, crinas e chifres enviadas por Pelotas, quais usos se faziam de tais produtos nesses lugares? Que tipo de sítio está relacionado à recepção desta produção? Note que todos estes destinos ainda faziam usos da mão-de-obra escrava naquele período. Numa rápida descrição, o fim da escravidão nestes destinos se deu na seguinte ordem de tempo: No Uruguai se aboliu a escravidão em 1842, na Guiana Francesa em 1848, Suriname 1863, Estados Unidos 1865 e Cuba 1888. Além disso, a produção charqueadora alcançou também portos de cidade da Europa, o que suscita outras questões como: quais grupos consumiam tal produção, em que contexto se aplicava carne seca em regiões das metrópoles colônias?

Estas questões vão ser respondidas com maior facilidade na medida em que a colaboração de pesquisadores desta área estabelecerem maiores intercâmbios e cooperações. Como é o caso dos arqueólogos Gabino La Roza Corzo de Cuba (2010) e Charles E. Orser dos Estados Unidos (2013) que já estiveram em Pelotas, através do edital Auxílio Pesquisador Visitante - (APV-CNPQ) e integram o projeto de pesquisa O Pampa Negro.

Ademais, foi interessante constatar que antes da produção charqueadora sistematizada na região de Pelotas, já havia fluxo de escravos que partiam para domínios

espanhóis, como nos revelaram a documentação referente a tal prática no *Archivo General de la Nacion*, em Buenos Aires. O que sugere uma interessante observação do itinerário da escravidão neste período. Levantamentos sobre chegada de escravos nos portos de Rio de Janeiro e Salvador para os anos de 1817-1819 somadas a dados de escravos que ingressavam na província portenha, poder ser úteis para entender tal roteiro, de modo a somar subsídios na reconstrução das várias rotas de escravos nas Américas, como é o caso do projeto da UNESCO: Rota da Escravidão (1993). Sobre tudo no que diz respeito à diáspora regional na porção sul do continente americano.

Além de observar a dispersão de objetos e pessoas, procuramos entender como os grupos dominantes da cidade procederam em manter a produção nas charqueadas e o controle dos cativos, já que muitos charqueadores também ocupavam cargos legislativos. Isto é, usar da burocracia como forma de dominação dos escravos (limitação da circulação e vigilância), racionalizar o espaço de trabalho, ordenação de castigos para cada “violação” empreendida pela escravaria, criação de mecanismos de vigilâncias, que colocam todos os não escravos a favor da vigilância de cativos, multa para proprietários “descuidados” com a escravaria, prisões, entre tantas outras deliberações legais. Deste modo, as Atas e Posturas Policiais, foram aparatos legais para a prevenção contra os possíveis tipos de desobediência escrava. Os trechos selecionados para este trabalho nos indicaram a preocupação de aspectos práticos de controle do fluxo da escravaria (como mercadoria) e a renda produtiva que a mesma gerava. Daí nossa proposta em conciliar dados legais sobre a escravidão na cidade e relações comerciais. Para deste modo, entendermos como ações locais de implementação legal relacionaram-se diretamente com a manutenção do comércio na cidade.

Observar diferentes temporalidades no que tange o sítio, significa nos debruçarmos sobre parte da burocracia do presente, no que diz respeito ao Patrimônio Cultural da cidade. Como no passado se observou um processo de organização legal para manter a produção charqueadora, o que se deu no presente pela instrumentalização de proteção patrimonial, pode representar uma continuidade dos grupos dominantes, desta vez pela representação patrimonial. Pois, observamos que até agora, boa parte do que foi selecionado como patrimônio cultural material, para fins de preservação se relaciona diretamente com a classe dominante do século XIX em Pelotas.

O artigo 77 do terceiro Plano Diretor da cidade dá uma boa ideia sobre o entendimento de patrimônio arqueológico. Diz-se que o reconhecimento do conceito de patrimônio arqueológico como herança de toda humanidade e de grupos sociais humanos

e não de indivíduos e nações, proíbe a destruição, degradação ou alteração de qualquer monumento, sítio arqueológico ou seu entorno sem anuência das instâncias competentes.

Pode-se argumentar que o último plano diretor da cidade surgiu um ano antes do início das pesquisas arqueológicas relacionadas à escravidão em Pelotas, desse modo não poderia contemplar com efeito as representações específicas em arqueologia relacionada a sítios da escravidão. Porém, isto não torna a situação da representatividade patrimonial menos complexa na cidade, visto que a mesma foi composta por vários grupos sociais. Afinal, as leis podem ser alteradas e complementadas. Como assinala o Parágrafo Único do próprio III plano diretor da cidade: “As propostas de alteração da presente lei deverão ser objeto de deliberação das instâncias do Sistema de Gestão Municipal, sem prejuízo de análise de outros sistemas de gestão pública” (III Plano diretor de Pelotas, 2008).

As observações sobre as representações patrimoniais da cidade nos suscitaram questões. Como por exemplo: Por que a escravidão não está vista nas perspectivas patrimoniais da cidade? Mas, talvez a pergunta não seja esta. Pois, através de um olhar crítico, a escravidão está representada, toda suntuosidade dos prédios preservados é reflexo direto da exploração de escravos nas charqueadas que geraram fortunas e benesses aos ilustres charqueadores. Mas, estariam os grupos sociais da cidade interessados em emergir a discussão sobre a escravidão e o patrimônio cultural? Caso a resposta seja sim, há interesse em trazer a escravidão enquanto representação patrimonial na cidade para aqueles que não se identificam com os suntuosos prédios de estilo eclético, ou ao menos como contraponto de representações?

Um caminho para o patrimônio relativo à escravidão pode ser o de fazer-se representar juridicamente por organizações já existentes na cidade, como membros de Clubes Sociais Negros, Agentes do Movimento Negro Unificado, Coletivos de Estudantes Negros e todo restante de grupos organizados, apropriando-se dos estudos arqueológicos, antropológicos, históricos, sociológicos, geográficos, patrimoniais e tantos outros que discorrem sobre a escravidão na cidade e carregam a intenção de fazer emergir outro ponto de vista para o patrimônio cultural. Esta apropriação pode surgir com o objetivo de traçar outra pedagogia do patrimônio, desta vez, para fazer-se da escravidão uma narrativa patrimonial também possível em Pelotas. Podemos usar o exemplo da missão moral que entre outras ações dos movimentos sociais, motivou o surgimento da Arqueologia da Escravidão nos Estados Unidos. Como descreve Singleton (1999) “havia uma missão moral: contar a história de americanos, pobres, sem poder e inarticulados

que havia sido esquecida pelo registro escrito” (SINGLETON, 2009, p.1). Para Pelotas assim ficaria: Uma representação do Patrimônio Cultural Material com a missão moral de contar outra história daqueles que sucumbiram em meio ao trabalho nas charqueadas, provendo com suas próprias vidas riqueza e poder que nunca disfrutaram. Assim, gerar informações que subsidiem o diálogo entre grupos sociais, pesquisadores e poder público, ambos interessados na possibilidade de novas perspectivas para a senda de preservação patrimonial mais plural na cidade.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Archivo General de La Nación, Buenos Aires

Solicitações ao governo da Província de Buenos Aires, 1748.

DOMINGO BELGRANO PEREZ, 1784. Sala IX 33-02-05. hacienda: legajo 26

JUAN ANDRÉS 1785. Sala IX 33-02-05, hacienda: legajo 26.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Inventários

Manoel Soares da Silva. A, 318. M, 22. E, 25 (06). APERS: 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1850.

LEIS

BRASIL, Lei federal nº 3927 de 26 de julho de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm Acesso em 08 de abril de 2013.

PELOTAS, II Plano diretor de Pelotas. Pelotas, 1980. Disponível em: http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/1980/Lei_n_2565.pdf Acesso em 07 de janeiro de 2013.

PELOTAS, III Plano diretor de Pelotas. Pelotas, 2008. Disponível em: http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/lei_5502.pdf Acesso em 07 de janeiro de 2013.

PELOTAS, Lei municipal nº 4.977, de 14 de outubro de 2003. Pelotas, 2003. Disponível em: http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2003/lei_4977.pdf. Acesso: 09 de agosto de 2013.

PELOTAS, Lei municipal nº 4568/00, de 07 de julho de 2000. Pelotas, 2000. Disponível em: <http://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/489714/lei-4568-00#art-7> acesso em 24 de setembro de 2013.

PELOTAS, Lei municipal nº 2565/80, de 26 de agosto de 1980. Pelotas, 1980. Disponível em: https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=bpToUsCCC-iU8QenvoGQDw#q=Lei+municipal+n%C2%BA+2565%2F80 Acesso em 31 de maio de 2013.

2012.

LEGISLAÇÃO

BRASIL, Constituição (1934) Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 16 de julho de 1934. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon - Minter, 1986.

BRASIL, Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 10 de novembro de 1937. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon - Minter, 1986.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República federativa do Brasil - 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1989.

BRASIL, Decreto de lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm
Acesso em 19 de abril, 2013.

BRASIL, Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>
Acesso em 27 de março de 2013.

BRASIL, Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=319> Acesso em: 03 de março de 2013.

BRASIL, Portaria Interministerial nº 23 de janeiro de 1989 IPHAN. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=332> Acesso em: 17 de março de 2013.

BRASIL, Resolução do Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23> Acesso em 03 de março de 2013.

EUA, National Historic Preservation Act of 1966, de 15 de outubro de 1966. Disponível em: http://www.cr.nps.gov/local-law/fhpl_histprsvt.pdf Acesso em: 01 de abril de 2012.

Bibliografia

AGOSTINI, CAMILA. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: Cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens Topoi, Rio de Janeiro v. 10, p. 39-47, 2009.

_____, Africanos e a formação de identidades no além-mar: Um estudo de etnicidade na experiência africana no Rio de Janeiro do século XIX. História & Perspectivas, Uberlândia (39): p 241-259, 2008.

_____, Resistência cultural e reconstrução de identidades: Um olhar sobre a cultura material dos escravos do séc. XIX. Revista De História Regional. VOL. 3.p. 115-137, 1988.

AGUIAR, M. S. Um olhar sobre o palimpsesto urbano: Processos de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico as margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/Rs) 2009, 153 p. (Dissertação De Mestrado) Pontifícia Universidade Católica-Pucrs, Porto Alegres, 2009.

AL-ALAM, CAIUÁ. C. Força negra força da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). 2007. 250 p. (Dissertação De Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2007.

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALLEN, S. J. As vozes do passado e do presente: Arqueologia, Política Cultural e o Público Na Serra Da Barriga. *Clio Série Arqueológica*. V20 (1), p.81-101, 2000a.

_____. Identidades em jogo: Negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga. In: L. de Almeida; M. Galindo e J. Elias. Índios do Nordeste: Temas e Problemas. EDUFAL, Maceió. 2000b. p.245-275

ALMEIDA, L. M & M. S. BASTOS, A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. *Revista Cpc*, São Paulo, V.1, N.2, P.96-118. 2006.

ANDRADE, M. Anteprojeto Para Criação do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. Org. Marta Rossetti Batista, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*: Mario De Andrade. Brasília, Nº30/ 2002.

ARAÚJO, A. G.de M.; CARVALO, M. R. R. de. A louça inglesa do século. XIX: Considerações sobre a Terminologia e Metodologia utilizada no sítio Florencio de Abreu. *Revista do Museu de Etnologia e Arqueologia da USP*, São Paulo v.3. 81-95, 1993

ARAÚJO, THIAGO. L. Escravidão, Fronteira e Liberdade: Políticas de domínio, Trabalho e Luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, Província do Rio Grande De São Pedro, 1834-1884). (Dissertação De Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRS. Porto Alegre. 2008.

ARMSTRONG, DOUGLAS V. Y KELLY KENNETH, G. Settlement Partterns and the origins of african Jamaican Society: Seville Plantation, St. Ann's Bay, Jamaica. *Ethnohistory*, Vo. 47, N. 2 Spring 2000, p 369-397

ARRIADA, E. Pai Felipe: Um episódio de charqueada e/ou Aspectos Temáticos da obra de Alberto Coelho da Cunha. *Revista. Núcleo De Documentação Histórica – Ich/Ufpel*, (3): 85-98.1997.

ASSUMPÇÃO, JORGE EUZÉBIO. O Negro nas Charqueadas Pelotenses. In: Triunpho, Vera, Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1991 PP, 117-127.

BERUTE, GABRIEL. Dos Escravos que partem para os portos o Sul: características do tráfico do Rio Grande de São Pedro do Sul, (1790-1825). (Dissertação De Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS Porto Alegre, 2006.

BLAKEY, MICHEL L Bioarchaeology of The African Diáspora In The Americas: Its Origins and Scope. *Annual Review of Anthropology*, V.30, 2001.p.387-422.

CANDAU, JOEL. *Memória e Identidade*; tradução Maria Leticia Ferreira – São Paulo: Contexto 2011. 123p.

_____. Bases Antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Revista Memória em Rede*. Pelotas, dez 2009/mar 2010.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2d. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1997.

CORZO, GABINO LA ROZA Subsistence of Cimarrones: Archaeology Study. In: Curet, L. Antonio, Dawdy, Shannon Lee y Corzo, Gabino La Roza. *Dialogues In Cuban Archaeology*. Tuscaloosa. The University of Alabama Press, 2005, 163-180.

CÂMARA, GILBERTO, DAVIS, CLODOVEU. *Introdução a Ciência da Geoinformação*. INPE, São José dos Campos 2001. 345p.

CENTRAL ÚNICA dos TRABALHADORES. *Política Nacional de Formação da CUT: Balanço e estratégia*. Central Única dos Trabalhadores Secretaria Nacional de Formação. São Paulo 2012. p. 56.

DALLA VECHIA, A. M. 1994. *Os Filhos da Escravidão*. Pelotas: Editora Da Ufpel. 1994a. *Vozes do Silêncio: Depoimentos de descendentes de Escravos do Meridão Gaúcho*. Parte I e Parte II. Pelotas: Editora da Ufpel 1994b.

DARWIN, C. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. São Paulo: L&PM, 2008.

DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1989.

DELLE, J. *Caribbean Archaeology*. In: Orser Jr. Charles. *Encyclopedia of Historical Archaeology* London and New York. Routledge, 2002, P. 96-99.

_____. The Governor and the Enslaved: An Archaeology of Colonial Modernity at Marshall's Pen, Jamaica. *International Journal of Historical Archaeology* 13 (4): 2009. P.488-512

DOMINGUEZ, LOURDES. *Historical Archaeology In Cuba*; In: Curet, L. Antonio, Dawdy, Shannon Lee y Corzo, Gabino La Roza. *Dialogues In Cuban Archaeology*. Tuscaloosa. The University of Alabama Press, 2005, PP. 62-71

DREYS, NICOLAU. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul*. EDIPUCRS. Porto Alegre. 1990.

FAUSTINO, Gitibá, G. O Negro Gaúcho e suas origens. In: TRIUMPHO, Vera. *Aspectos da Negritude*. Martins Livreiro, 1991 pp. 97-103,

FERREIRA, LÚCIO MENEZES. O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande Do Sul (1780-1888). Pelotas: Instituto de Ciências Humanas/Ufpel. 2009a. (Projeto De Pesquisa).

_____, Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas Interfaces. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, (3): 1, 9-23. 2009b.

_____, Sobre O Conceito de Arqueologia da Diáspora Africana. *Métis: História e Cultura*, (8):16, 267-275. 2009c.

_____, Relatório de Pesquisa de Bolsa de Produtividade (PROCESSO 303050/2009-5) Projeto de Pesquisa: O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. 2013.

_____; FERREIRA, M. L. M; RÓTMAN, M. (Orgs.). Patrimônio Cultural No Brasil e na Argentina: Estudos de Caso. Brasília/São Paulo: Capes/Annablume. 2011.

_____; CORZO, Gabino La Rosa. Símbolo não Escolhido: Arqueologia das Marcas a Ferro em Escravos de Cuba. In: Camilla Agostini. (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. 1ed.Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, v. , p. 129-148.

FONSECA, MARIA, C. L. Para Além da *Pedra e Cal*: Por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio. Ensaio contemporâneos*. 2, ed. Rio de Janeiro. Lamparina 2003

_____. O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Editora UFRJ, 1997 316 p.

FOUCAULT, MICHEL. As Palavras as Coisas: Uma Arqueologia das ciências humanas; Tradução Salma TannusMuchail. — 8ª Ed. — São Paulo :Martins Fontes, 1999.

_____, A Arqueologia do Saber; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves,-7ed. - Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

_____, Vigiar e Punir: Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes, 1987. 288P.

FOUNTAIN, DANIEL. L. Historians and Historical Archaeology: Slave Sites *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 26, No. 1,Summer, 1995, pp. 67-77

FREDEL, Karla, Maria. Arqueologia de Gênero nas cidades de Pelotas- Brasil e Havana – Vieja-Havana-Cuba: século XIX. 178f. Tese (doutorado em História Cultural) Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, 2012.

FREGA, Ana. Sitios de memoria de la esclavitud em Uruguay In: *La Ruta del Esclavo em el Río de la Plata: Aportes para el dialogo intercultural*. EDUNTREF, 2001389-398.

FUNARI, PEDRO PAULO. A República de Palmares e Arqueologia da Serra da Barriga. Revista USP São Paulo: v. 28. Dezembro/fevereiro PP. 06-13. 1996

_____. Historical archaeology from a world perspective. In: Funari, Pedro Paulo; Jones, Siân; Hall, Martin. *Historical archaeology: Back from the edge*. London: Routledge, PP. 37-66. 1999

_____. Heterogeneidade e conflitos na interpretação do quilombo dos Palmares. Revista regional. São Paulo, Vol.6, n.1 2001.

_____. A Arqueologia Histórica em uma Perspectiva Mundial. In: ZARANKIN, A. & SENATORE, M. X. (Eds.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas*. Del Tridente, Buenos Aires, pp. 107-115. 2002

_____ Y DOMINGUEZ, LOURDES. Esclavitud y arqueología de la resistencia en Cuba y Brasil. Revista de Arqueologia e Etnologia. São Paulo. N.14 15p. 2004

_____ & ERIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. Revista história. São Paulo, N. 27 VOL. 2, 2008.

_____ & PELEGRINI, SANDRA C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GILROY, P. O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla consciência; Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo . Editora 34. 432 p. 2001.

G. CÂMARA & C. DAVIS. Introdução à Ciência da Geoinformação INPE São José dos Campos. 2001.

GUIMARÃES, C. M. O quilombo do Ambrósio: lendas, documentos e arqueologia. Estudos ibero-americanos. (16): 1-2, 1990 p.161-174.

_____. LANNA, A. L. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. Pesquisas: Série antropológica. (31) 1980. p.147-64.

_____. Escravidão, Quilombos E Seguro No Códice Costa Matoso Belo Horizonte.1998.

GUTIERREZ, ESTER J. B. Negros, Charqueadas e Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense. 2 .Ed. Pelotas: Ed. Universitária/Ufpel, 2001.

_____. Barro E Sangue: Mão-De-Obra, Arquitetura e Urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas. Universitária, 2004.

GUIDDENS, ANTHONY. Modernidade e Identidade. Tradução, Plínio Dentzien. — Rio De Janeiro: JORGE ZAHAR ED., 2002

HALL, STUART. A Identidade Cultural na Pós Modernidade. Tradução Thoaz Tadem Da Silva. Cuaraeira Lopez Louro Ed. 11. Rio De Janeiro. DP&A. 2006.

HOLM, JOHN. An introduction to Pidgins and Creoles. Cambrigde.University Press. 2000. 282p.

JAKEL, Estefânia. "Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas Pelotenses (dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas, 2012.

JOYNER, BRIAN. D. African Reflections on The American Landscape: Identifying and Interpreting Africanisms.Chapter I. National Center for Cultural Resources, Office of Diversity and Special Projects.Washington, 2003.

LEFEBVRE, H.The Production Of Space. Tradução (Translated): Donald N. Smith. BlackwellPublishing (USA), 1991. P. 454

LIMA, Tânia. Andrade, Maria Cristina BRUNO, e Marta, P. R. FONSCECA. "Sintomas do modo de vida burguês no Vale Do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ; exploração arqueológica e museológica". Anais do Museu Paulista nova SÉRIE NQ1 1993 p.179-308

_____. Arqueologia Histórica no Brasil: Balanço bibliográfico (1960-1991). Anais do Museu Paulista nova SÉRIE NQ1 1993 p.225-262.

MAESTRI, MÁRIO. A charqueada e a Gênese do escravismo gaúcho. Porto alegre: EST, 1984.

_____. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. Lechini, G.Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina : herencia, presencia y visiones del outro. Programa de Estudios Africanos. Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2008. 53-88

MAGALHÃES, M. O. Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845). Editora Pallotti. Santa Maria, 2011

OGNIBENI, DENISE. Charqueadas pelotenses no século XIX: Cotidiano, estabilidade e movimento. (Tese de doutorado. Pós-graduação em história das sociedades ibéricas e americanas) Pontifícia Universidade Católica - PUC. Porto alegre, 2005.

ONEGA, Elizabeth. El casarío de los negros: Investigación Arqueológica del conacto Afro-americano. In: BETANCUR, Arturo: BORUCKI, Alex e Frega, Ana. Estudios sobre la cultura Afro-rioplatense: História y Presente . Segunda entrega de las Actas del seminário realizado em la facultade de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2005 pp,13-27.

OSÓRIO, M. & SALGADO, T. Um Sistema de Informação Geográfica aplicado na Arqueologia no município do Sabugal. Práxis Archaeologica: 2, 2007, p. 9-22

ORSER JR., C. The archaeology of the african diaspora. Annual review of

antropology, VOL. 27. 1998 PP.63-92

_____. African American Archaeology. Encyclopedia of historical archaeology. New York: Routledge, 2002 PP. 11-14

_____. La Promesa de una Arqueología del Mundo Moderno en América del Sur, con especial referencia a Argentina. Revista de Arqueología Argentina y Latinoamericana. 2007 1:11-28 Buenos Aires

PELOTAS, Patrimônio Cultural de Pelotas: manual do usuário de imóveis inventariados. Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Cultura. Pelotas: Nova Prova, 2008.

PELOTAS, Universidade Federal de. Entrega documentos que embasam o tombamento da Chácara da Brigada Militar. 2009. Disponível em: <http://ccs.ufpel.edu.br/wp/2009/08/20/ufpel-entrega-documentos-que-embasam-o-tombamento-da-chacara-da-brigada-militar/> Acesso em 27 mai. 2012.

PESSI, BRUNO STELMACH. O impacto do fim do tráfico na escravidão das charqueadas pelotenses (c. 1846 – c. 1874). Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2008.

PINTO, CECÍLIA REGINA JARDIM. Feminismo, História e Poder. Revista Sociologia e Política. Curitiba, V. 18, N. 36, P. 15-23, JUN. 2010

REIS, JOÃO JOSÉ. Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês 1835. Editora Brasiliense. 1986.

REIS, JOSÉ ALBERIONE dos. Sobre uma arrelia que provoca tensão entre arqueologia e história: documento escrito/documento material. MÉTIS: história & cultura – v. 3, n. 5, p. 93-114, jan./jun. 2004

RIBEIRO, Alexandre Vieira. Padrão e Perfil do comércio de escravos da Bahia para o Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento, 1760-70/1811-20. Anais eletrônicos do III Encontro de Escravidão e de Liberdade no Brasil Meridional, 2007.

RICOEUR, Paul. Memória, História e Esquecimento, Campinas, Editora da UNICAMP, São Paulo. 2007.

ROSA, ESTEFÂNIA JAÉKEL DA. Paisagens negras: Arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil). (Dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em Memória Social E Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas - UFPEL Pelotas. 2012.

SAIA, L. 1978. Morada Paulista. 2ª ED. São Paulo: Perspectiva.

SAINT-HILAIRE, August de. Viagem ao Rio Grande do Sul. 4ed. Porto Alegre, 2002.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos

instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

SANTOS, Roberto dos. "O Negro no Rio Grande do Sul : uma Realidade além do Mito". In: TRIUMPHO, Vera (Org.) Rio Grande do Sul - Aspectos da Negritude. Porto Alegre: Martins Livreiro, (107 - 114), 1991.

SANTOS, M. R C. Caderno do IHGPel, Posturas Policiais adotadas para o município da Câmara Municipal de Rio Grande de São Pedro do Sul adotados pelas mesma Vila em sessão de 31 de julho de 1829; Posturas Policiais aprovadas pelo conselho Geral para a Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula - 1834 Pelotas: Editora Universitária da UFPel, 2012 42 p.

SCHAVELZÓN , D. Buenos Aires negra: Arqueología histórica de una ciudad silenciada. Buenos Aires. Emercé, 2003.

SILVA, R, C. Muzunga: Consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888). Pelotas, Educat, 2001.

SILVA, F. F. Mário e o Patrimônio um anteprojeto ainda atual in: BATISTA, M. R.Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N° 30, Brasília 2003.291p.

SINGLETON. THERESA, A. The Archaeology of Slavery in: North America. *Annual Review Of Anthropology*, (24): 1995.119-140.

_____. Slavery and Spatial dialectis on Cuban coffe plantations. *World Archaeology*, Vol. 33. N.1: 2001. p. 98- 114

_____. "I, Too, Am America": Archaeological Studies of African-American Life. University Press of Virginia, Charlottesville. 1999. PP. 353

_____, SOUZA, M. A. T. DE. Archaeologies of African diaspora: Brazil, Cuba, And United States. IN: MAJEWSKI, T; GAIMSTER, D (EDS.). *International handbook of historical archaeology*.New York: Springer, 2009PP. 449-469.

SOUZA, Marcos A. T. *Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás*. In *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*.Vol 1 n° 2. Belo Horizonte: Argumentvm, 2007.

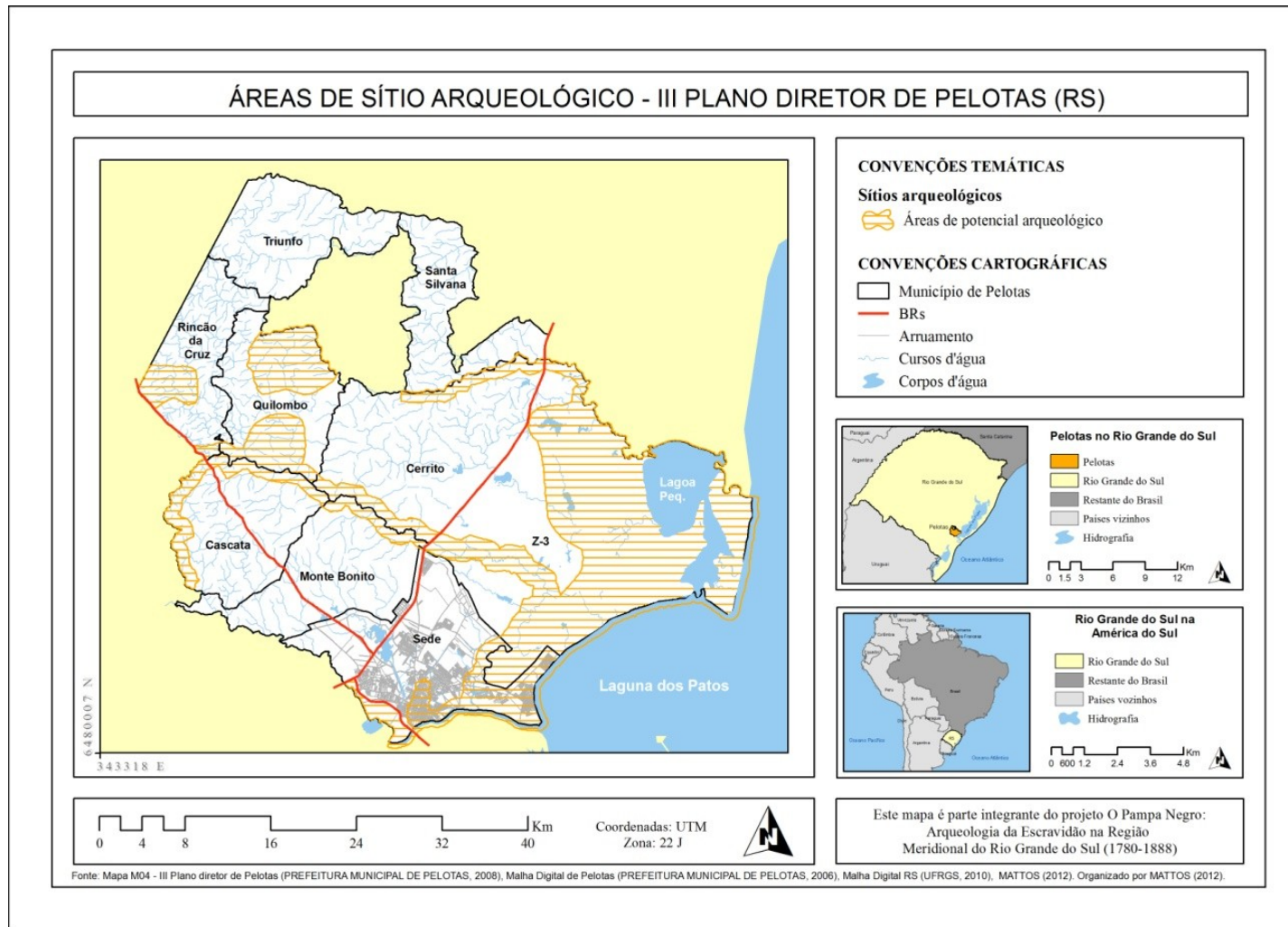
SYMANSKI, L. C. P. O Domínio da Tática: Práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (mt). *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* Vol. 1 No. 2 Jul – Dez 2007.

VILLAFANEZ, E. A. Entre la Geografía y la Arqueología: El espacio como objeto y Representación *Revista De Geografía Norte Grande*, NÚM. 50, 2011, PP. 135-150

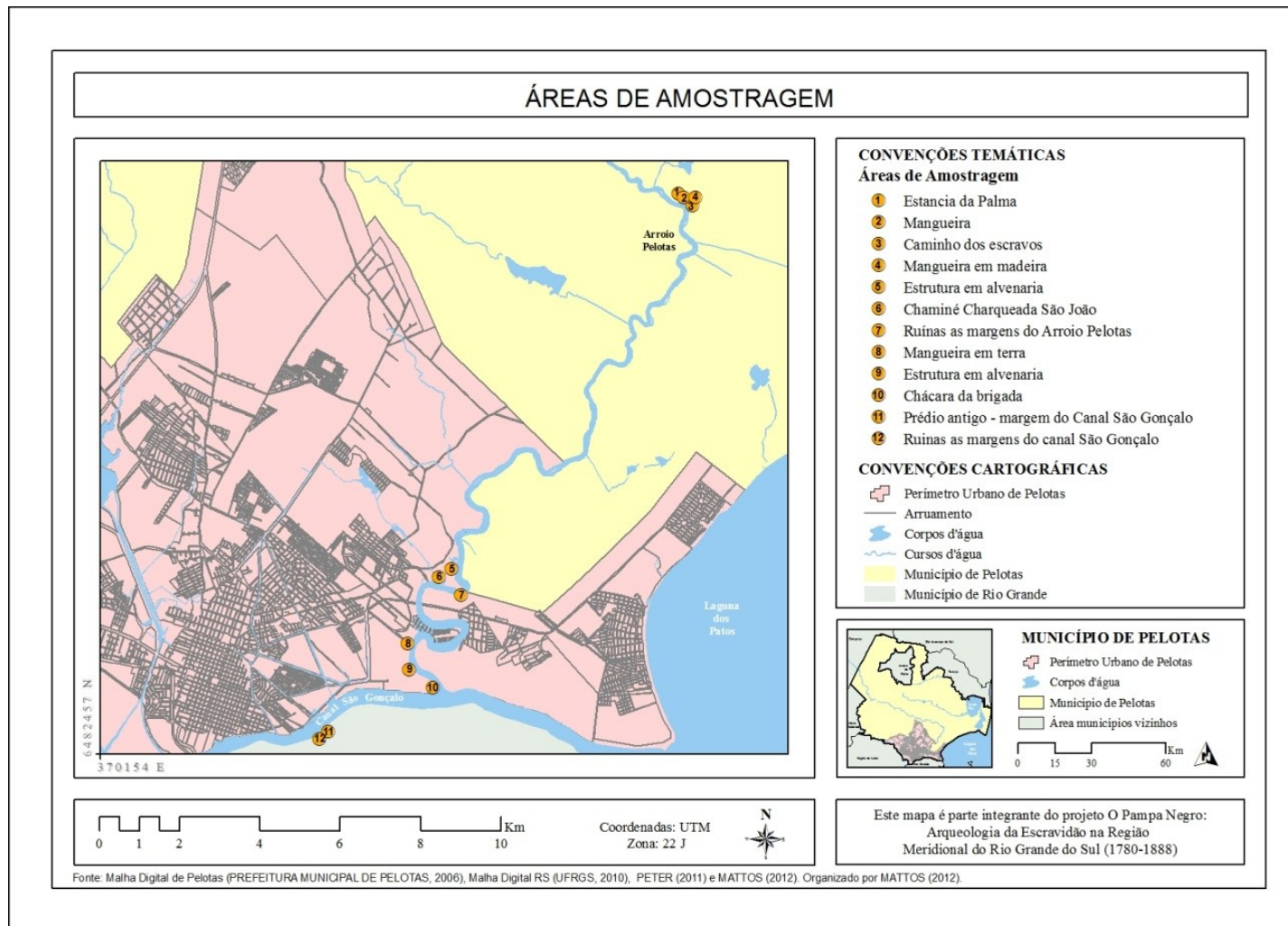
WEBER, M. Os Fundamentos da Organização Burocrática: Uma Construção do Tipo Ideal. In CAMPOS E. (org.). *Sociologia da Burocracia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

WILLIAMS, Erick. *Escravidão e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Editora Americana, 1975. 259p.

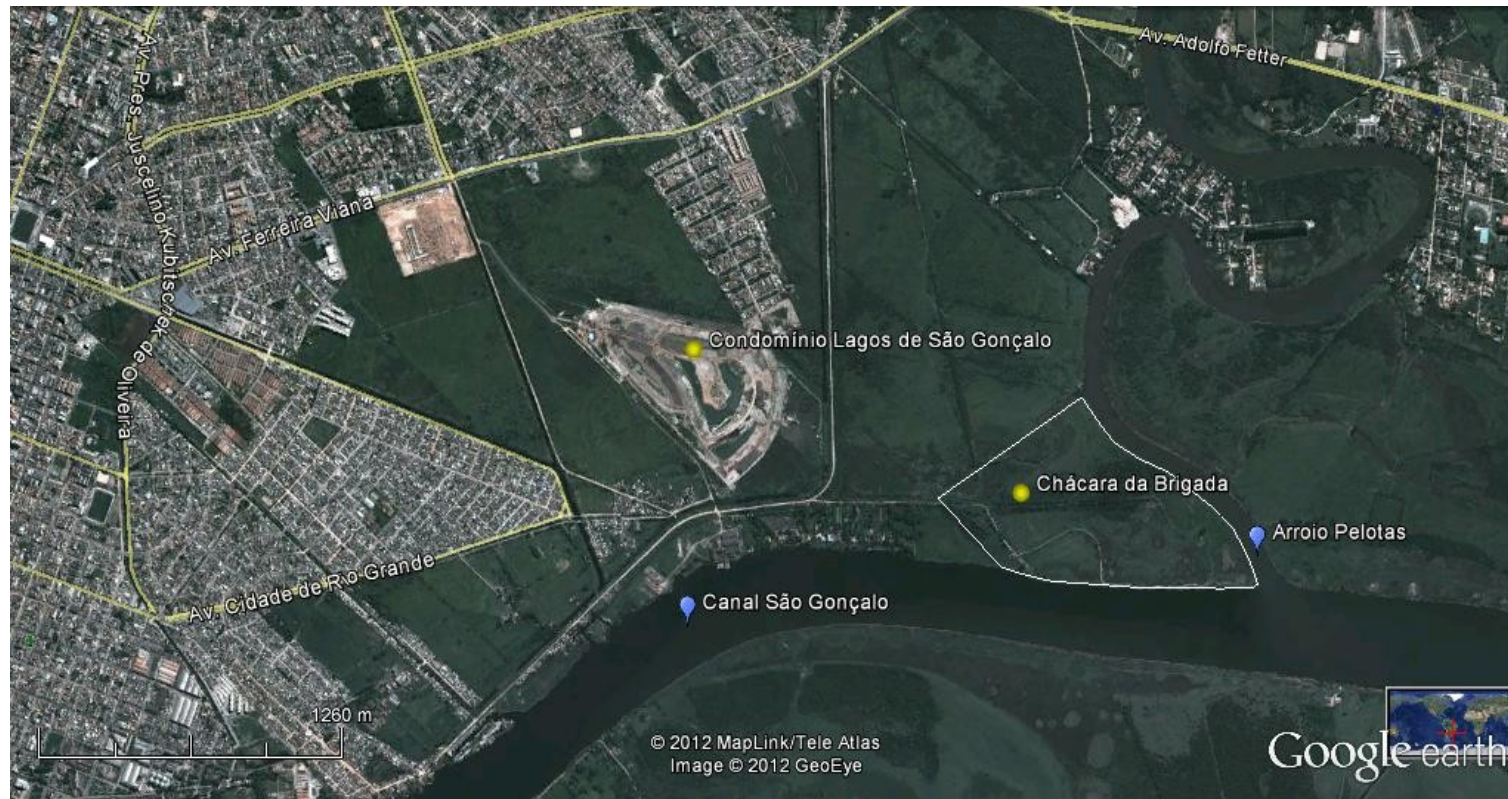
ANEXOS



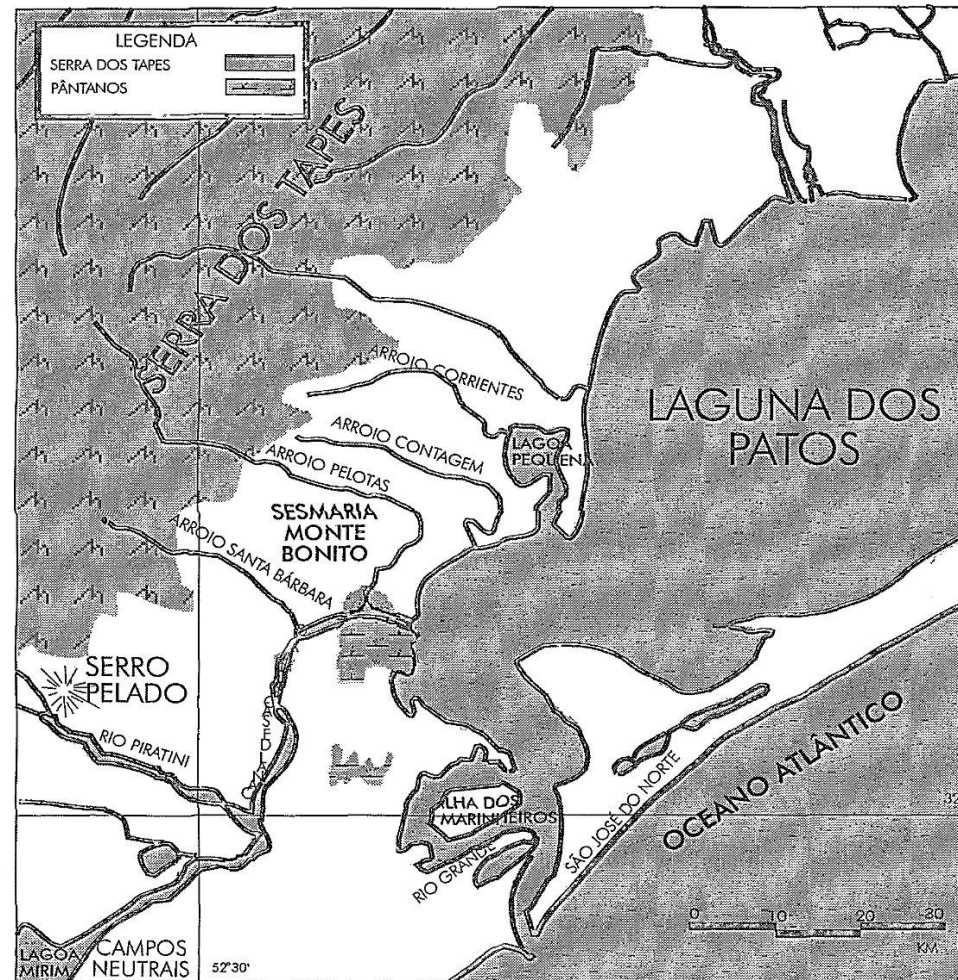
Anexo A. Mapa 1. Áreas de Sítios Arqueológicos. III Plano Diretor de Pelotas. Banco de Dados Lâmina 2012.



Anexo B. Mapa 2. Áreas de Amostragem. Banco de Dados LÂMINA (2012).



Anexo C . Foto 1. Vista aérea da região do Roteiro das Charqueadas e avanço imobiliário. Fonte: Google Earth/ Acervo do LÂMINA (2012).



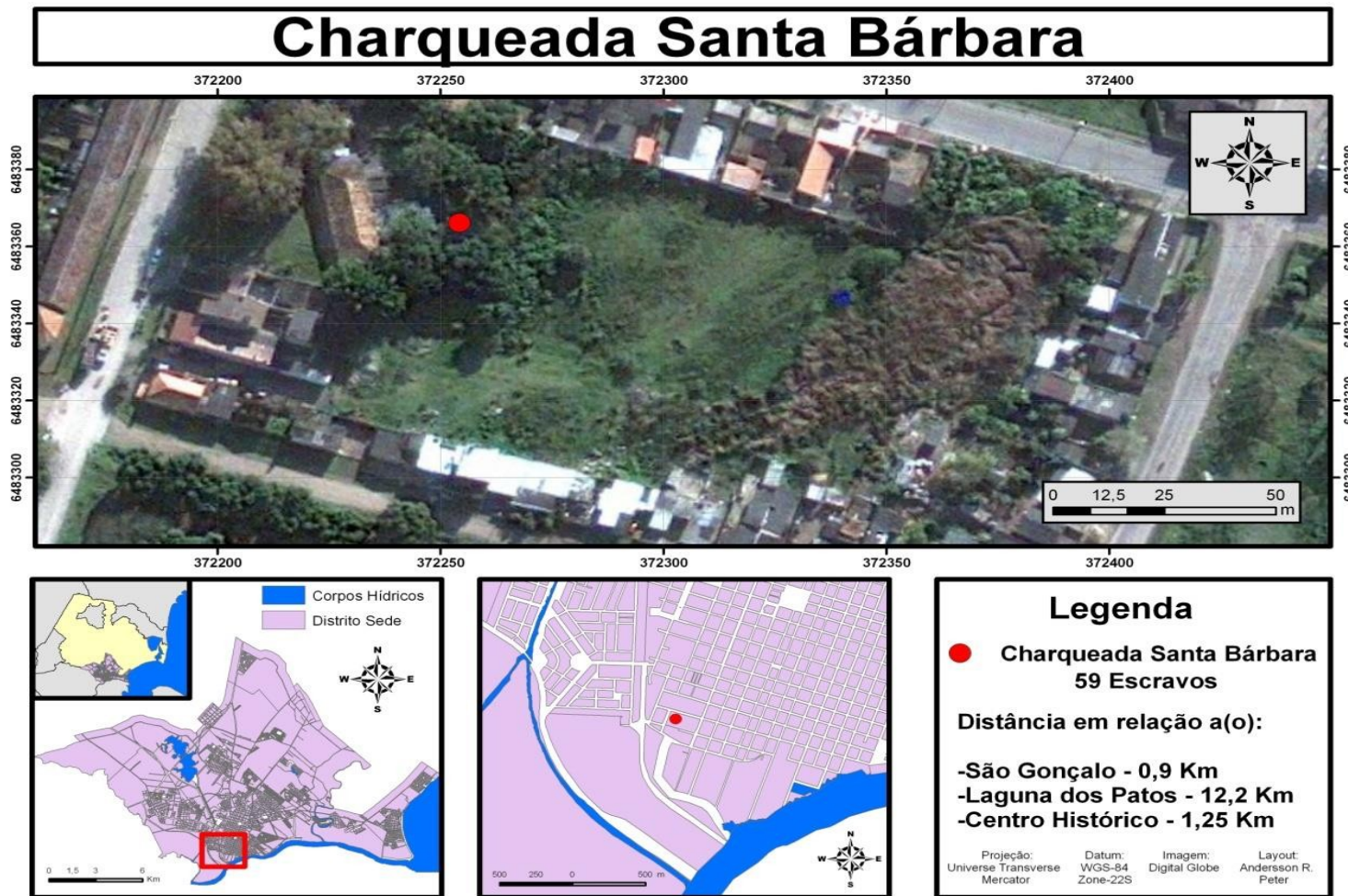
Anexo D. Mapa 3. Primeiras ocupações de Pelotas. GUTIERREZ, 2001, p.95



Anexo F. Figura 1. Jean Baptiste Debret (1889)



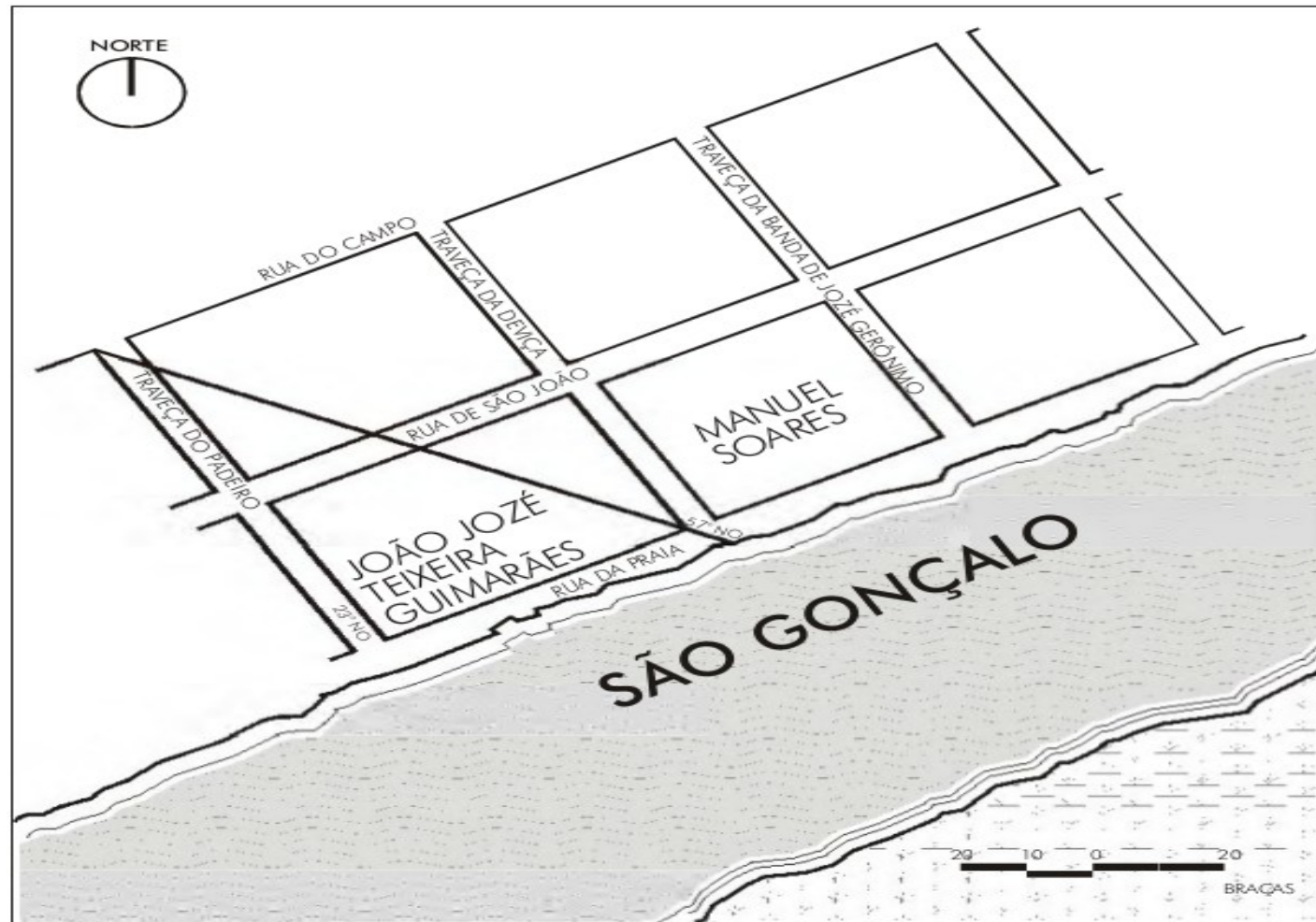
Anexo G. Figura 2. Jean Baptiste Debret (1822)



Anexo H. Mapa 5. Charqueada Santa Bárbara. Acervo do LAMINA



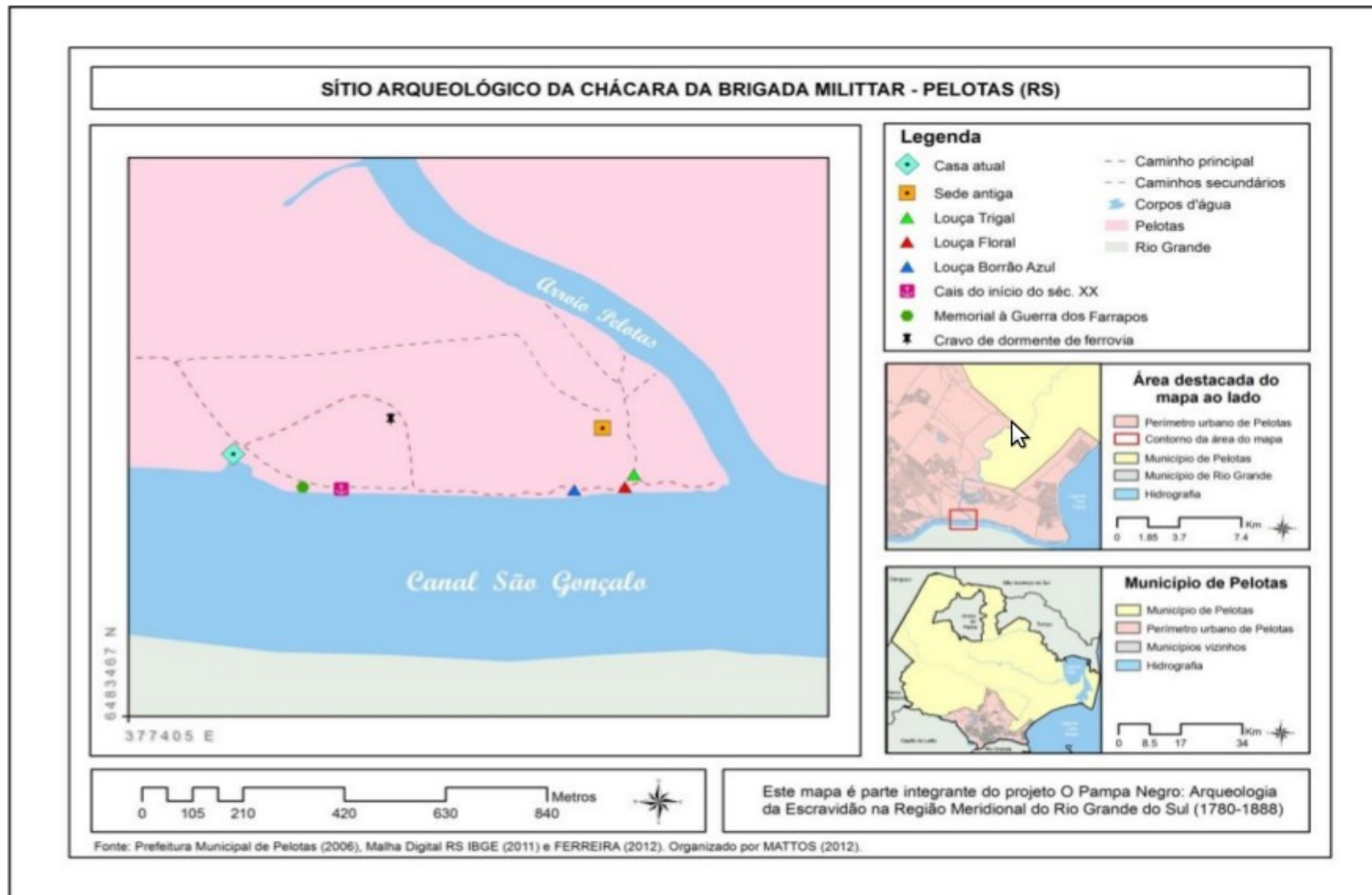
Anexo I. Figura 3. Aventura com uma brasileira. Rudolf Hermann Wendroth. Fonte: (Souza 1970)



Anexo J. Mapa 6. Proposta de Malha urbana de Pelotas no Passo dos Negros. Fonte: (GUTIERREZ, 2011)



Anexo K. Figura 4. Passo dos Negros. Fonte: Debret 1989.



Anexo M. Mapa 8. Distribuição de artefatos arqueológicos na Chácara da Brigada. Banco de dados do LÂMINA. (2012)



Anexo N. Foto 02. Vista da retaguarda de edificação na Chácara da Brigada. Fonte: Banco de dados do LÂMINA (2012).



Anexo O. Foto 03. Vista Frontal da edificação na Chácara da Brigada. Fotos de LOURENSO & ROSA (2011).



Anexo P. Foto 04. Detalhe da construção anexa ao edifício na Chácara da Brigada Fonte: Banco de dados LÂMINA (2012).



Anexo Q. Foto 05. Detalhe das diferentes técnicas construtivas no interior do edifício. Fonte: Banco de dados do LÂMINA. (2012).



Anexo R. Foto 06. Detalhe de madeiramento recente aplicado ao telhado da edificação. Fonte: Banco de dados do LÂMINA (2012)



Anexo S. Foto 07. Cravo da Linha Férrea CIA. De Obras da Barra Geral. Fonte: Banco de dados do LÂMINA



Anexo. T Foto 08 Fragmento de louça: Borrão Azul. Fonte Banco de dados do LÂMINA



Anexo. U Foto 09. Fragmento louça: Floral. Fonte: Banco de dados do LÂMINA (2012)



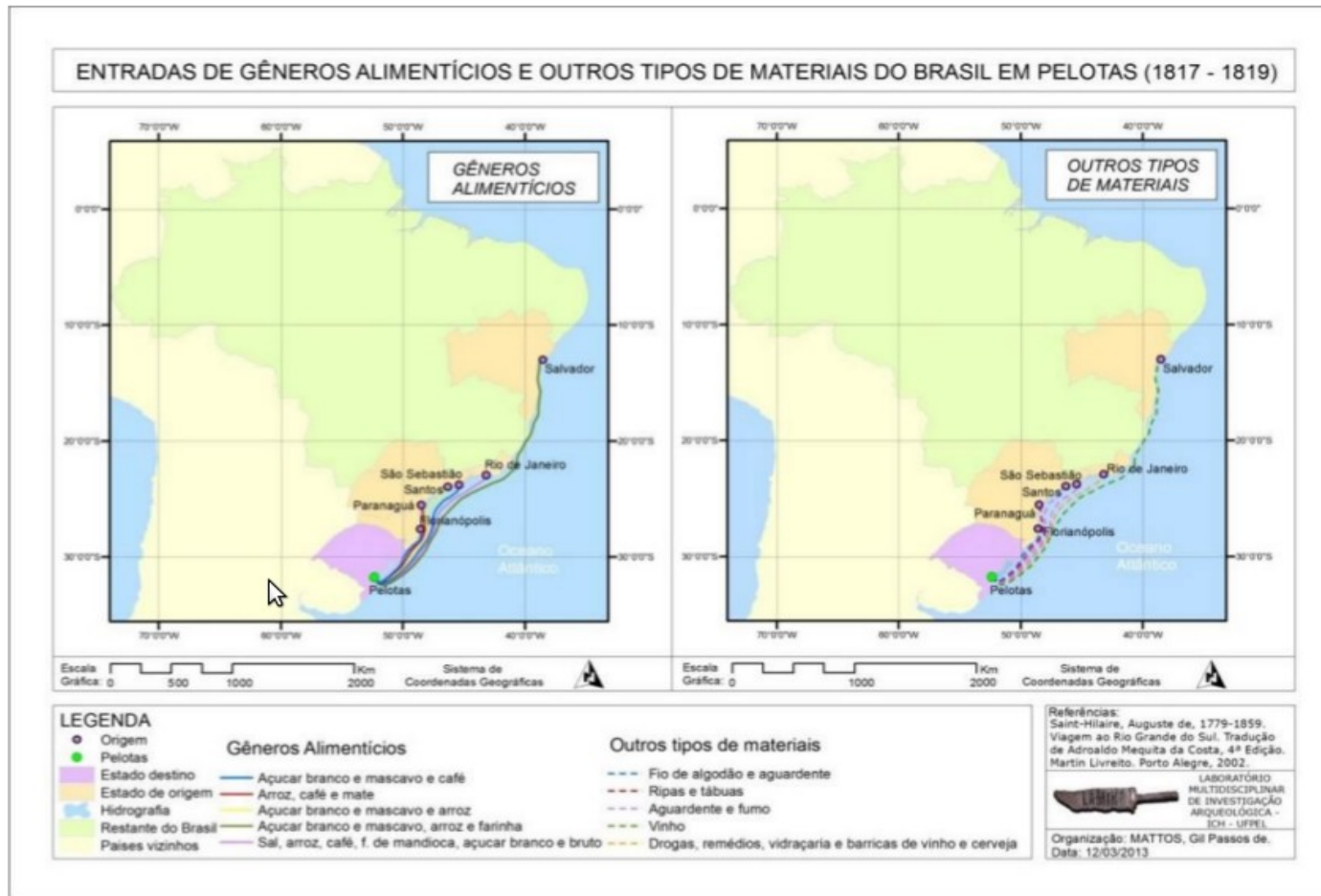
Anexo V. Foto 10. Fragmento louça: Trigal. Fonte: Banco de dados do LÂMINA



Anexo X. Foto 11. Atracadouro associado a CIA. De Obras da Barra Geral. Banco de Dados do LÂMINA (2012). Na foto, aparece o arqueólogo Lúcio Menezes Ferreira.



Anexo Y. Foto 12. Monumento a Batalha Farroupilha do Passo dos Negros. Fonte: Banco de dados do LAMINA



Anexo Z. Mapa 9. Entrada de Produtos em Pelotas (1817-1819). Bando de dados do LÂMINA (2012)



Anexo A1. Mapa 10 Chegada de Escravos a Pelotas. Banco de dados do LÂMINA (2013).



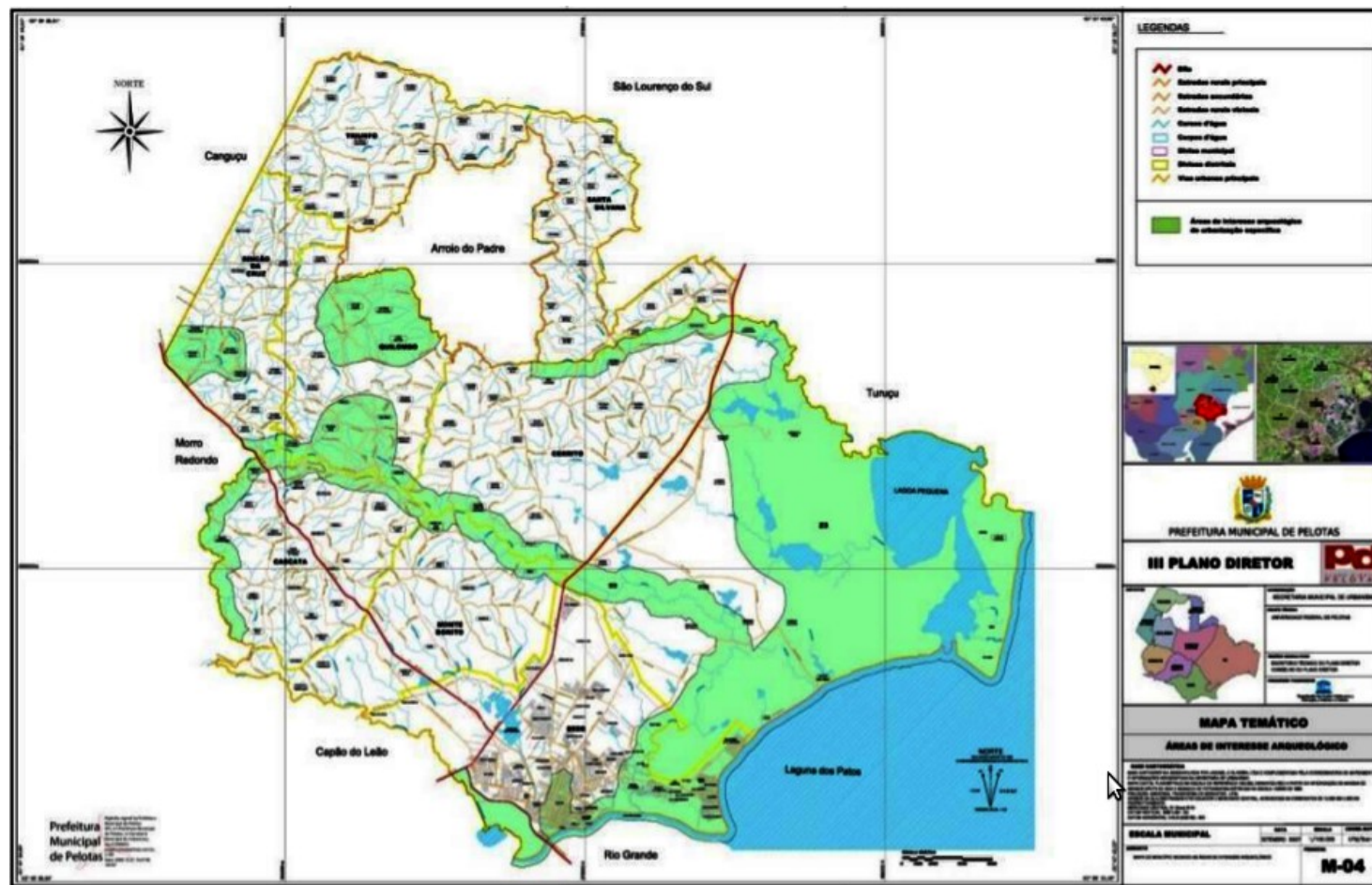
Anexo B2 Mapa 11. Importações de Pelotas em escala transcontinental (1817-1819). Banco de dados do LÂMINA (2013)



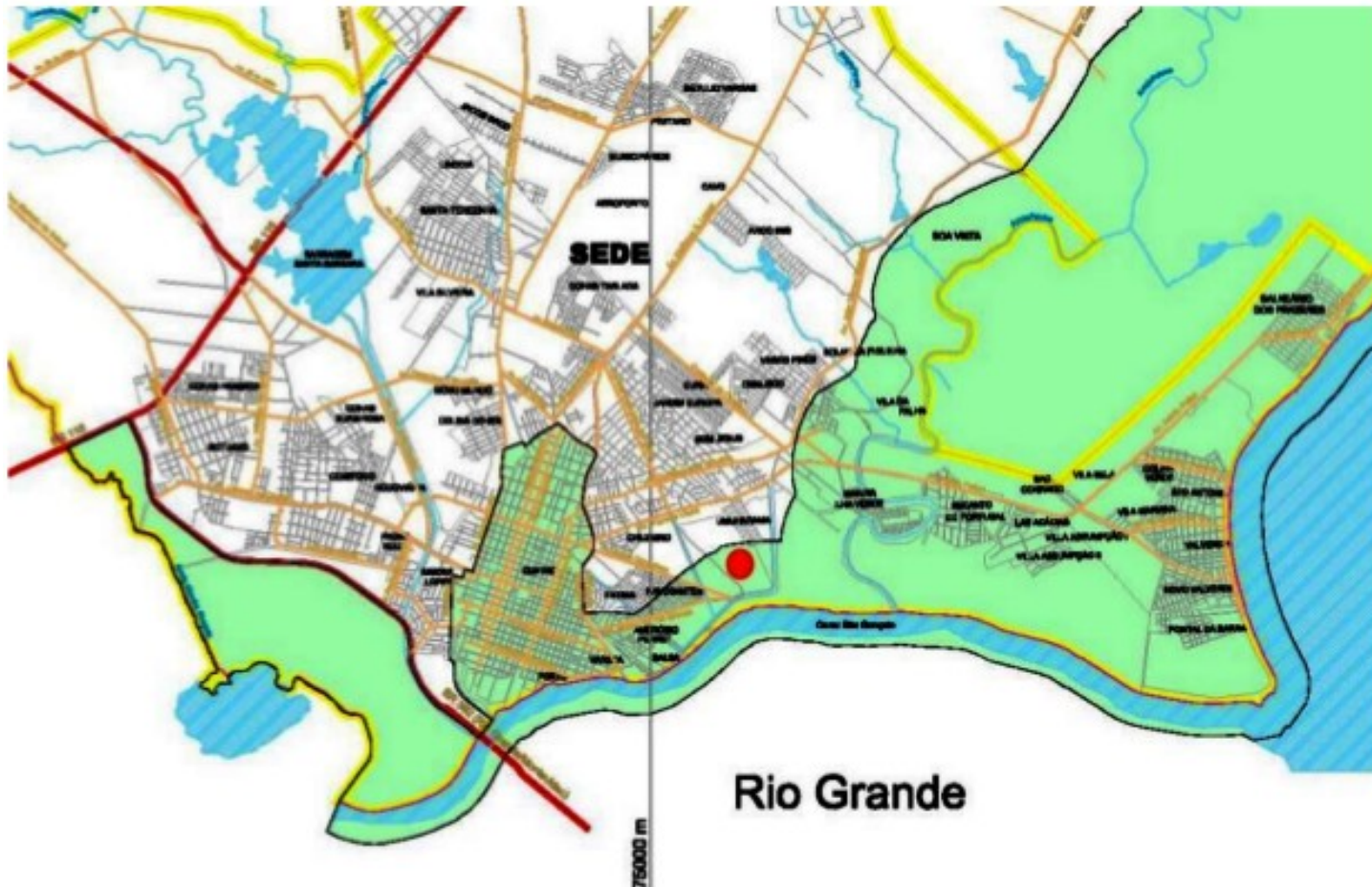
Anexo C3. Mapa 12. Escoamento da produção de Pelotas para demais regiões costeiras do Brasil. Banco de Dados do LAMINA



Anexo D4. Mapa 13. Exportações de Pelotas para países das Américas e Europa. Banco de Dados do LÂMINA (2013).



Anexo E5. Mapa 14. Áreas Especiais de Interesse Arqueológico. Fonte: III Plano Diretor de Pelotas - 2008



Anexo F6. Imagem 01. Ampliação do mapa 15. III Plano Diretor de Pelotas – 2008.